

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os posicionamentos da grande imprensa diária paulista – os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – no tocante à disputa pela transformação da Agenda política e econômica no Brasil entre 1986 e 1989. Neste período, os fracassos dos Planos de estabilização econômica, a elaboração da nova Constituição (com implicações na relação entre Estado e mercado) e a campanha presidencial foram alvos de um intenso embate político/ideológico, no contexto de profundas mudanças internacionais, relacionadas sobretudo ao ocaso do socialismo e à hegemonia da visão neoliberal. A imprensa, em razão de sua capacidade de espalhar idéias, atua como aparelho privado de hegemonia através da formulação de imagens e da utilização da retórica, o que a torna um ator político privilegiado, pois, além do mais, formula e retransmite conteúdos fortemente ideológicos.

PALAVRAS-CHAVE

Neoliberalismo; Agenda; Hegemonia; Imprensa.

ABSTRACT

The aim of the present study is to analyze the press position – newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* – related to the changes in the political and economic Agenda in Brazil between 1986 and 1989. During the period, the failure of the economic stabilization plans, the creation of the new Constitution (with implications for the relation between State and market) and the presidential campaigning were object of a great ideological and political struggle, in the context of deep international changes mainly related to the decline of socialism and to the hegemony of the neo-liberal view. Due to its power of spreading ideas, the press

acts as a private vehicle of hegemony through the creation of images and use of rhetoric, what makes the press a privileged political actor, since, moreover, it formulates and conveys highly ideological contents.

KEY WORDS

Neo-liberalism; Agenda; Hegemony; Press.

SUMÁRIO

I.	Apresentação e problematização	4
1.	Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	22
1.1.	À guisa de conclusão (<i>Folha de S. Paulo</i>).....	90
2.	Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	91
2.1.	À guisa de conclusão (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	158
II.	Conclusão geral	159
III.	Bibliografia	162
1.	Em relação aos referenciais teóricos	162
2.	Em relação ao Liberalismo/Ultraliberalismo e Keynesiano	164
3.	Em relação à imprensa.....	170
4.	Em relação à análise do discurso	174
5.	Em relação à análise histórica.....	176

A AGENDA DA TRANSFORMAÇÃO: A GRANDE IMPRENSA E A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL (A IMPRENSA PAULISTA E A “NOVA REPÚBLICA”)*

Francisco C. P. Fonseca

I. APRESENTAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO¹

Este estudo objetiva investigar o desenvolvimento histórico do liberalismo no século XX – seguindo a tradição da história das idéias. Para tanto, tem-se como pressuposto que as idéias só repercutem caso sejam personificadas por atores sociais concretos; estes, voltam-se à formação do consenso, da hegemonia, que, desta forma, é continuamente perseguida pelos grupos sociais em disputa.

Portanto, este trabalho intenta compreender a hegemonia das idéias neoliberais através da grande imprensa brasileira (notadamente os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*²), num momento de transição mundial da agenda político/econômica e dos valores ético/políticos. Afinal, é particularmente a grande imprensa escrita diária, que discutiremos conceitualmente mais abaixo – através de órgãos que representam verdadeiros aparelhos privados de hegemonia –, o agente de

* O NPP agradece aos alunos que participaram da pesquisa que originou o presente relatório como monitores de pesquisas, Artur Yabe Milanez e André Oliveira Perosa.

¹ Utilizaremos, neste trabalho, a expressão **ultraliberal**, em vez de neoliberal – embora mantivéssemos esta última denominação no título – em virtude do caráter “vulgarizado” que o termo neoliberalismo adquiriu, o que implicou uma baixa capacidade explicativa. Portanto, o sufixo ultra desnuda o caráter radicalizado do “neo”liberalismo.

² Tendo em vista que citaremos inúmeras vezes ambos os jornais neste trabalho, os mesmos serão referidos por suas iniciais agrupadas e em itálico. Assim, a *Folha de S. Paulo* será *FSP*, e *O Estado de S. Paulo* *OESP*.

recepção mais notório da hegemonia alcançada pelas idéias ultraliberais a partir dos anos 80.

Observe-se que a **década de 80** do século XX sintetizou a maior transformação político/ideológica desde o advento das experiências socialistas, a partir de 1917, e do imperante – nos países capitalistas pós-depressão econômica e especialmente pós-2ª guerra – consenso keynesiano acerca da legitimação e necessidade de intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais. Em outras palavras, a **ideologia ultraliberal** – personificada num programa de reformas principalmente econômico, mas também político e mesmo "ético", através da formulação de um novo ethos – logrou ser bem sucedida em seu intento universalizador de pressupostos particularistas (discutidos abaixo) em nome de supostas aspirações sociais comuns, objetivo por excelência ideológico, alcançando um novo consenso³.

Por sua vez, a **prática keynesiana**, por significar intervenção estatal na economia, regulandoa, inclusive de forma direta, com vistas ao contínuo ciclo produção/redistribuição da renda – perpassado por valorações igualitárias no âmbito do capitalismo –, conseguiu solucionar a crise de acumulação capitalista instaurada a partir de 1929. Tal *solução*, por excelência *antiliberal* – e não anti-capitalista, ressalve-se –, desde então colocou à margem os arautos do liberalismo, propugnadores do livremercado como remédio para todos os males da economia⁴.

³ Para Perry Anderson, ao identificar a capacidade universalizante da ideologia "neo" liberal: "Política e ideologicamente (...) o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes." ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo" In GENTIL, Pablo e SADER, Emir. Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995, pág. 23.

⁴ O keynesianismo representou uma nova maneira de gerir os fatores econômicos, pois: "A intervenção econômica do Estado assumiu o nome de 'política econômica', conjunto de medidas discricionárias que afetavam a economia nacional: através do orçamento (política financeira), da política monetária (ação sobre o crédito e a taxa de câmbio), da política social (regulamentação dos salários, instalação de regimes de seguro). (...) O Estado apareceu como um agente econômico particular, emissor e receptor de fluxos que atravessavam toda a economia nacional. Sua

Tanto o *socialismo* como o *pensamento keynesiano* (enquanto princípios teóricos e experiências práticas) estavam, cada qual à sua maneira e com finalidades distintas, e sem que se desconsidere suas ambigüidades e contradições, embuídos de *valores ético/políticos relacionados à igualdade social*, tais como: justiça social, solidariedade coletiva, redistribuição de renda, desconfiança (absoluta, o primeiro, e relativa, o último) em relação à instituição do mercado, crença na necessidade de intervenção e regulação do Estado, entre tantos outros. Estes valores foram personificados, portanto, seja pela tradição socialista, seja social democrata, seja simplesmente keynesiana ("intervencionista") – mas que têm como traço comum a rejeição aos valores liberais vinculados ao mercado, à concorrência, ao individualismo, entre outros⁵. Assim, o *corpus* doutrinário do liberalismo, assentado na propriedade privada, no lucro, na divisão social do trabalho e na valorização da esfera privada burguesa, em última instância prega a "liberdade" (enfaticamente dos agentes econômicos), contrastando, portanto, com a tradição igualitarista, personificada nas vertentes acima delineadas.

Ora, a década de 80 registra justamente o soçobrar daquele conjunto de valores ético/políticos de cunho igualitário, tendo em vista as ações concretas de partidos políticos portadores de plataformas ultraliberais que ascenderam ao poder, originalmente na Inglaterra e logo em seguida nos Estados Unidos⁶. Estes dois

intervenção assumiu um caráter legítimo, não mais em tempo de guerra apenas (imobilização de todos os recursos disponíveis contra o inimigo), mas também em tempo de paz, para sustentar o crescimento econômico. Mudança ideológica considerável [em relação ao período anterior, caracterizado como 'laissez-faire'], que dominou as idéias desde a Grande Depressão dos anos 30 até meados dos anos 70: 'período keynesiano', ligado ao advento da política econômica." BRUNHOFF, Suzanne de. *A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991, pág. 22. Com isso, "(...) a política econômica parece ter-se tornado um atributo natural do Estado." Idem, *ibidem*, pág. 26.

⁵ Ao seu modo, e com valores radicalmente autoritários, o fascismo e o nazismo representaram igualmente a total rejeição dos valores liberais, por mais que mantivessem a propriedade privada. Mais incisivamente ainda, representavam valores antiiluministas.

⁶ De um ponto de vista histórico e econômico, em verdade a primeira experiência concreta de implementação do programa ultraliberal ocorreu no Chile, então sob a ditadura militar comandada pelo Gal. Pinochet desde 1973, e não na Inglaterra de Thatcher (que fora a primeira experiência européia). Contudo, do ponto de vista da propagação ideológica, sem dúvida a Inglaterra, a partir de 1979, e os EUA, a partir de 1980, foram os dois grandes pólos de transmissão do ultraliberalismo. Por sua vez, o fato da implementação de um liberalismo extremado na economia não ter o mesmo correspondente na política, caso da ditadura militar chilena, não chega a ser um problema para o

países, através respectivamente do partido Conservador (liderado por Margareth Thatcher), a partir de 1979, e do partido Republicano (comandado por Ronald Reagan), a partir de 1980, efetivaram reformas internas – acompanhadas por um sem número de contradições – que fundamentalmente privilegiaram o *mercado, concebido como instituição basilar e panacéica da sociedade e o risco pessoal como atributo da liberdade, no bojo de um novo padrão comportamental individualista que deveria se articular ao “mercado livre”*, entre muitas outras reformas; conseqüentemente, o *Estado interventor e regulador passou a ser concebido como óbice à liberdade individual e ao progresso material* (devido, agora, à consideração de seu caráter perdulário, autoritário e paternalista), transformando-se idéias (que foram consubstanciadas em práticas) como justiça social, solidariedade e redistribuição de renda em excrescências a serem suprimidas.

Daí o estabelecimento da avalanche privatista, isto é, a venda de empresas estatais à iniciativa privada como forma (inclusive transformada em mote) de retirar o Estado da atuação direta na economia. Afinal, o papel estatal deveria ser "mínimo" no que tange às relações econômicas, o que significa fundamentalmente a garantia da propriedade privada e dos contratos estabelecidos entre os particulares, e a precedência absoluta da esfera privada em relação à esfera pública, o que implicou num ataque às garantias sociais. Tais reformas compuseram, portanto, uma **nova Agenda político/econômica**, claramente antitética à anterior (keynesiana). Por sua vez, por mais que a literatura aponte a existência de uma crise fiscal e mesmo de processos *estagflacionários* em diversos países de capitalismo central entre os anos 70 e 80, de forma alguma a reversão ideológica em foco pode ser considerada “natural”; tratou-se, pois, de embate ideológico, embate este que os movimentos ultraliberais assumiram a dianteira.

corpus teórico ultraliberal, que tem nas liberdades políticas um corolário não necessário, em função da ênfase ao mercado como locus da liberdade, como veremos.

Especificamente quanto à inserção dos princípios ultraliberais no Chile ver o excelente livro de VALDÉS, J. Gabriel. *Pinochet's Economists - The Chicago School in Chile*. Cambridge University Press, 1995.

Ocorreu, conseqüentemente, que *esta nova Agenda e este novo conjunto de valores ético/políticos, por excelência anti-igualitários*, pois enfatizadores da "liberdade", notadamente "negativa"⁷, além de justificar o desenvolvimento das experiências concretas, especialmente nos dois países citados, passou a se espalhar por todos os quadrantes, com poucas exceções. Tais experiências, e valores que as justificaram/justificam, foram, do ponto de vista tanto da fundamentação teórica quanto da retórica ideológica, providos, entre outros, especialmente por autores como Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, e pelas instituições de produção teórica em que militaram: as Escolas Austríaca e de Chicago⁸.

Em outras palavras, a hegemonia keynesiana vinculada a uma perspectiva "social" da produção e distribuição da renda fora substituída impiedosamente pela avalanche

⁷ O conceito de liberdade negativa é expresso pelo maior líder do movimento ultraliberal, F. Von Hayek, para quem: "Afirma-se, muitas vezes, que nosso conceito de liberdade é meramente negativo. E isso é verdade, no sentido de que a paz é também um conceito negativo, assim como são negativas a segurança, a calma, ou ainda a ausência de qualquer mal ou impedimento. A liberdade pertence justamente a essa classe de conceitos: ela define a ausência de um obstáculo determinado – a coerção do homem pelo homem. Somente se torna positiva mediante o uso que delas fazemos. *A liberdade não nos assegura qualquer oportunidade específica*, mas deixa a nosso critério a forma de usar as circunstâncias nas quais nos encontramos". HAYEK, F. V. Os Fundamentos da Liberdade. São Paulo/Brasília: Visão/UNB, 1983, pág. 15, ênfases nossas.

⁸ A **Escola Austríaca** é constituída por um grupo de economistas que lecionou na Universidade de Viena e sustentou algumas idéias comuns, mais tarde englobadas no marginalismo. O ponto de partida (...) consistiu em chamar a atenção para os fundamentos psicológicos do valor (...) acreditaram poder reconstituir abstratamente os mecanismos da vida econômica." DICIONÁRIO DE ECONOMIA. São Paulo: Abril Cultural, 1985, pág. 144. F. von Hayek já se tornara figura proeminente nesta Escola, onde os fundamentos de seu pensamento já teriam se estabelecido, pois, para ele: "(...) a economia de mercado constitui um sistema auto-regulador (uma 'cataláxia'), que não necessita da intervenção governamental para funcionar de modo harmonioso. A economia de mercado, entregue a seus mecanismos espontâneos, produz (...) um resultado melhor que o que as economias mistas com uma política econômica ativa podem produzir. Durante a grande recessão dos anos trinta, Hayek opôs-se veementemente ao estímulo da conjuntura (pela redução das taxas de juros ou a aceleração dos gastos públicos), sustentando que a única coisa a fazer consistia em deixar as forças do mercado funcionarem." VERGARA, Francisco. Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo. São Paulo, Nobel, 1995, págs. 106 e 107.

Já a **Escola de Chicago**, a qual o próprio Hayek se juntou a partir de 1950, caracteriza-se pelo "(...) pensamento econômico monetarista, reunida em torno de Milton Friedman e outros professores da Universidade de Chicago, que sustenta a possibilidade de se manter a estabilidade de uma economia capitalista apenas por meio de medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado. (...) baseia-se na teoria quantitativa da moeda. (...) Apoiando-se numa forte crença nos mecanismos de competição e nas forças do 'livre mercado', a Escola de Chicago é contrária a qualquer política pós-keynesiana de participação do Estado na expansão das atividades econômicas, sustentando que qualquer intervenção desse tipo é inútil e nociva e que apenas uma correta política monetária pode levar à estabilidade econômica." DICIONÁRIO DE ECONOMIA, op. cit., págs. 147 e 148.

enfanzadora do "mercado livre" de um nova hegemonia, a hegemonia (ultra)liberal – vertente contemporânea do pensamento liberal, caracterizada pelo conservadorismo e pela reação às práticas "intervencionistas" e aos valores sociais. Neo (ou ultra) liberalismo, portanto, que representa uma "releitura" do liberalismo clássico, na medida em que:

"(...) reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, 'reinventando' o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX."⁹

Quanto ao embate ideológico que vimos falando, Eric Hobsbawm assim o historiciza:

"A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (...) Era uma guerra de ideologias incompatíveis. (...) a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão a priori da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século XX, não porque ela ia ter problemas nas Décadas de Crise –

⁹ DRAIBE, Sônia. "As Políticas Sociais e o Neoliberalismo" In REVISTA USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, nº 17, março/abril/maio de 1993, pág. 86.

Por outro lado, Keynes já havia, em 1926, num brilhante artigo denominado "The End of Laissez-Faire", chamado a atenção para o fato do darwinismo ser fonte de inspiração para a doutrina liberal do laissez-faire, que o ultraliberalismo apropria-se. Para ele, a "(...) suposição de [que] condições em que a seleção natural explícita leva ao progresso é apenas uma das suposições provisórias que, tomadas como verdades literais, tornaram-se as escoras gêmeas do laissez-faire. A outra é a eficácia, e, na verdade, a necessidade, da oportunidade de lucros privados ilimitados como incentivo ao máximo esforço. Sob o laissez faire, o lucro cabe ao indivíduo que, por aptidão ou boa sorte, é encontrado com seus recursos produtivos no lugar certo e na hora certa." (KEYNES, J. M. "O Fim do Laissez-Faire", Apud SZMRECSÁNYI, T. Keynes – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1984, págs. 116 e 117, ênfases do autor.)

como tiveram outros tipos de economia –, mas porque se baseava no 'famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade' (Financial Times, 11/11/90). Por outro lado, o governo da sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associial, na verdade antisocial." ¹⁰

A descrição acima demonstra bem o tipo de embate travado entre keynesianos e ultraliberais, num contexto marcado pela dicotomia entre mercado e Estado (por parte do liberais) e pela memória da destruição econômico/social (concebida, pelos antiliberais) como causada pelo liberalismo do tipo “laissez-faire” – esta memória fora transformada em crença. *Pode-se dizer que tal embate domina o século, mesmo hoje; ocorre, contudo, que a hegemonia mudou de mãos.* É neste sentido que Richard Cockett retrata, brilhantemente, as minúcias deste conflito, que remonta as primeiras décadas deste século XX. Segundo ele:

“The debate between Hayek, the economic liberals and Keynes during the 1930s was crucial in sharpening and crystallizing the thinking of the former school, and paved the way for the formulation of an international movement of economic liberals against Keynesian economics, of which the Paris meeting in 1938 [reunido em torno de Walter Lipman – FCPF] was the first small rally. (...) The academic debate between the ‘Keynesians’ and the economic liberals during the 1930s, sometimes referred to as the ‘economic calculation’ debate, was, it could be said, the crucial intellectual debate of the century in the democratic West.” ¹¹

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo, Cia. das Letras, 1995, pág. 399.

¹¹ COCKETT, Richard. Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983). London, HarperCollins, 1995, pág. 34.

É de fundamental importância observar que o autor retrata tanto o debate político/ideológico (onde os *think-tanks* possuem um papel-chave) como o debate acadêmico stricto sensu, reforçando a idéia de que a hegemonia, inicialmente keynesiana, e agora liberal, se estabelecera tanto em termos teóricos como político/ideológicos.

Portanto, a hegemonia ultraliberal é observada mesmo em países como o Brasil, onde o Estado capitaneou com enorme sucesso o modelo "substituidor de importações" – modelo que transformou o país de agrário-exportador em urbano-industrial, possuidor de um mercado interno razoavelmente extenso. É interessante notar que, no contexto latino-americano, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) teve enorme influência quanto às políticas – keynesianas – de industrialização, através de uma perspectiva que levava em consideração a assimetria “centro-periferia” no capitalismo. A figura de Roberto Simonsen, em contraposição ao ultraliberal Eugênio Gudín, sintetiza, nos anos 40, este debate no Brasil¹², depois reinterpretado pela Cepal, em que sobressai a figura de Celso Furtado.

A Agenda político/econômica ultraliberal, de certa forma implementada no início da década de 80 na Inglaterra e nos EUA e logo tornada internacional, produziu efeitos globais, mesmo que diferenciais em cada realidade regional. Resta-nos saber como, no Brasil, tal Agenda, associada aos valores ético/políticos acima delineados, se configurou.

Por outro lado, consideramos ser a **imprensa** – notadamente a grande imprensa escrita – a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz ao mesmo tempo de publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade do que as revistas semanais),

¹² Este debate e questões correlatas são analisados por MORAES, Reginaldo C. C. de. Planejamento: Democracia ou Ditadura? Intelectuais e Reformas Sócio-Econômicas no Pós-Guerra. Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, FFLCH-USP, 1987.

com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, entre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – de maneira não mecânica, contudo – uma dada idéia, opinião, imagem ou representação. Não bastasse isso, as *trincheiras ideológicas* (ocupação das instituições produtoras de cultura, no sentido de constituição de uma visão de mundo), no contexto de uma *guerra de posições* (busca do poder através da conquista cumulativa de espaços político/ideológicos), são particularmente expressas nos jornais, pois os mesmos, para além da clareza dos instrumentos que possuem, certamente objetivam a veiculação de idéias que influenciem seja a chamada opinião pública, sejam os detentores do poder estatal, sejam determinados segmentos sociais (dos quais, por vezes, são porta-vozes). O que pode ser confirmado, a rigor, pela intensa participação que estes jornais tiveram em momentos candentes da história política do país, tais como o envolvimento do jornal *O Estado de S. Paulo* na chamada revolução constitucionalista de 1932 e nas conspirações que levaram ao golpe de 1964 e na influência que o jornal *Folha de S. Paulo* obteve na campanha das "diretas já" em 1984, entre outros exemplos ¹³.

Afinal, a imprensa representa uma das instituições mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira –, caracterizando-se como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia* – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias com vistas à obtenção do consenso acerca de determinadas idéias ou visão de mundo, consenso este consubstanciado em

¹³ A grande imprensa, concebida como ator político/ideológico – perspectiva que adotamos –, deve ser compreendida "(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social." CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino- Imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980, pág. XIX.

Além do mais, a imprensa representa uma instituição "(...) onde se mesclam o público e o privado, [onde] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues." CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988, pág. 18. Cf., também, CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista: 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

hegemonia. Para Gramsci, segundo um de seus maiores exegetas no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, os *aparelhos privados de hegemonia*:

"(...) são organismos sociais 'privados', o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração ampliada, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo "ocidente" – FCPF]; mas deve se observar que Gramsci põe o adjetivo 'privado' entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou 'contratual' – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade."¹⁴

O parco universo leitor de jornais no Brasil não representa propriamente um óbice a tal perspectiva tendo em vista as *funções intelectuais reprodutoras*, exercidas pelos referidos estratos sociais que a eles (jornais) têm acesso, representarem um núcleo capaz de espriar certas idéias e determinada visão de mundo. Tais estratos funcionam, portanto, como (estratégicos) *retransmissores das idéias centrais que a grande imprensa elabora e/ou carrega* – porém, jamais, enfatize-se, de forma automática. Conseqüentemente, a questão central a que este estudo se propõe diz respeito à recepção/transmissão por parte da grande imprensa do novo conjunto de valores que rapidamente se tornara hegemônico em escala global. O discurso ideológico produzido por essa imprensa necessita, portanto, ser analisado com vistas à captação de seu recebimento/formulação das novas idéias liberais agora reluzentes.

¹⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio*. São Paulo, Cortez, 1994, págs. 54 e 55.

Observe-se, por outro lado, que esta perspectiva gramsciana (que adotamos) distancia-se dos "aparelhos ideológicos de Estado", formulado por Louis Althusser, devido justamente à ausência de autonomia para com o aparelho estatal. Cf. ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

Por mais que tenha havido rearranjos no posicionamento do mercado editorial e na influência político/ideológica entre os dois jornais em foco ao longo da década de 80 e mesmo da de 90, são esses os grandes *formadores de opinião do país*, isto é, os órgãos que, na imprensa diária, lançam idéias que potencialmente modelarão a opinião majoritária dos indivíduos, a começar pelos estratos capazes de reproduzi-las; afinal, a mídia propriamente dita, em especial a televisão, possui tanto uma linguagem (em sentido amplo) fundamentalmente fugaz como um público demasiado heterogêneo para que pudesse substituir os periódicos (notadamente os diários) como formadores **nucleares** de opinião. Estes últimos, portanto, possuem um público mais homogêneo, pois, como dissemos, constituído dos, exíguos, estratos médio e superior da hierarquia social brasileira. Na verdade, de certa forma pode-se afirmar serem justamente os jornais (secundados pelas grandes revistas) um dos meios que influenciam o restante da mídia, através da reprodução, nesta, dos grandes eixos formulados pela imprensa escrita – não se desconsiderando, contudo, as divergências de interesses/visão de mundo passíveis de existir entre os mesmos¹⁵.

Por sua vez, os **editoriais** destes órgãos representam a posição oficial do periódico e sua linha de conduta, e que por isso serão alvos principais, com algumas complementações, de nossa análise. Por mais que a elaboração do jornal seja algo extremamente complexo, em função da quantidade de pessoas envolvidas, da diversidade de temas, da velocidade e mutabilidade da informação e do próprio processo jornalístico, que se inicia de certa forma na reportagem e termina impresso nas páginas do periódico, entre inúmeros outros aspectos, há no jornal um linha, um eixo que os editoriais expressam. A forte hierarquia existente nos periódicos demonstra claramente que, apesar desta extrema complexidade, os donos do jornal possuem um amplo controle sobre o processo produtivo – e conseqüentemente sobre o produto final – das notícias, cada vez mais, diga-se, concebidas como mercadoria. Por isso, segundo José Marques de Melo, nas sociedades capitalistas:

¹⁵ Além dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, assim como a revista *Veja*, constituem a grande imprensa brasileira escrita tendo em vista seu caráter nacional. Analisaremos estes outros órgãos em relatórios subseqüentes.

“(…) o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro.

“Assim sendo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana.

[No Brasil, contudo, os editoriais] “(…) embora se dirijam formalmente à ‘opinião pública’, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado.”¹⁶

O *editorial* representa, portanto, segundo a passagem acima, um *locus especial* no jornal, tendo em vista condensar seus múltiplos interesses. Deve-se, contudo, relativizar a afirmação do autor de que, no Brasil, o editorial dialoga fundamentalmente com o Estado, pois, além deste, objetiva, como veremos, influenciar outras arenas decisórias – tais como partidos políticos, movimentos sociais, representantes orgânicos de classes sociais, entidades profissionais, entre outras –, pois representam retransmissores potenciais da opinião do jornal. Por outro lado, o jornal, particularmente através do editorial, pode ser canal de expressão

¹⁶ MELO, José Marques de. A opinião no Jornalismo Brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1994., págs. 96 e 97.

destes setores. Trata-se, portanto, de uma relação dialética, compreensível somente através da observação sistemática do processo histórico e do posicionamento dos jornais perante o mesmo.

Quanto ao **referencial teórico** aqui adotado, tem-se como premissas que consenso e hegemonia são conceitos fundamentais à dominação, ainda mais em se tratando da imprensa, e que os mesmos encontram particularmente em Gramsci (como vimos demonstrando) um aparato teórico/metodológico bastante sólido. Por isso, o arcabouço teórico deste estudo apóia-se fundamentalmente na obra do grande pensador italiano, sem, contudo, desprezar outras contribuições. Mais ainda, não pretende verificar o cabedal gramsciano e sim o tem como premissa. Trata-se, portanto, de um eixo a ser seguido. Concretamente, o instrumental analítico, constituído de categorias que enfatizam o poder da idéias – sem desvincular-se das "bases materiais", porém observando-se sua autonomia –, coloca-nos diante da perspectiva do *embate ideológico com vistas à obtenção de uma dada hegemonia*, ou, em outras palavras, do consenso e da condução (direção) do movimento que o produz. Tal embate, no caso deste trabalho, representa o cerne da questão da substituição da agenda, como deixam claras as obras dos autores ultraliberais, como von Mises, Hayek, Milton Friedman, entre outros (no caso, no campo oposto ao de Gramsci, como vimos mostrando). Mais ainda, a idéia de embate ideológico implica um tipo particular de luta social, sintetizada nas *trincheiras ideológicas*, na medida em que "ganhar posições", paulatinas, no terreno das idéias, possibilita – a um certo prazo e sem que se desconsidere os acontecimentos históricos e as resistências contra-hegemônicas dos opositores – a constituição de uma visão de mundo determinada; no caso, ultraliberal. O conceito de *trincheira ideológica* é parodiado das guerras de trincheiras, no contexto de outras influências do universo bélico que Gramsci se apropria, demonstrando o sentido da complexidade do processo político e da necessidade de ocupação de espaços, notadamente relacionados à cultura, sempre entendida em sentido amplo. Como exemplo deste embate, vejamos como se manifesta o maior expoente do ultraliberalismo, F. Von Hayek, a respeito da importância das idéias e representações com vistas à obtenção da hegemonia.

Observe-se que o *corpus* teórico gramsciano permite-nos captar o significado e o sentido do que afirma Hayek, pois, segundo este:

"Na luta pelo apoio moral dos povos do mundo, a falta de uma sólida filosofia deixa o Ocidente em grande desvantagem. Há muito que o estado de espírito de seus líderes intelectuais se vem caracterizando pela desilusão com seus princípios, pelo desprezo por suas realizações e pela preocupação com a criação de 'mundos melhores'. *Não é com esse estado de espírito que se pode esperar ganhar adeptos. Se quisermos vencer a grande luta que se está travando no campo das idéias* [leia-se liberalismo contra o igualitarismo socialista e keynesiano – FCPF], *devemos, antes de mais nada, saber em que acreditamos.* Devemos também ter idéia clara daquilo que desejamos preservar, se não quisermos perder o rumo."

[E continua o autor, expressando claramente que sua atuação teórico/ideológica visa a obtenção da hegemonia ultraliberal – FCPF –, pois:]

“(...) devemos esperar que, aqui, ainda exista um amplo consenso com respeito a certos valores fundamentais. *Mas este consenso já não é mais explícito; e, para que tais valores voltem a predominar, há urgente necessidade de sua reafirmação e defesa.*”¹⁷

¹⁷ HAYEK, Friedrich Von. Os Fundamentos da Liberdade, op. cit., págs. XXXII e XXXIII, ênfases nossas. Para Perry Anderson, que debateu nos anos 90 no Brasil, em tom coloquial, sobre a hegemonia ultraliberal: "(...) o famoso comentário de Keynes de que todo político prático ou administrador que pensa simplesmente agindo de acordo com o senso comum está, na verdade, implementando as idéias de algum economista maluco já falecido. Ou seja, não dá para escapar da teoria – ela guia as ações das pessoas em posições de comando no Estado, quer estas tenham consciência disso ou não. O próprio Hayek, por sinal, dizia que este era o único comentário de toda a teoria geral de Keynes com o qual ele concordava. No que concerne à experiência do século XX, considero que Keynes estava absolutamente certo ao fazer este comentário nos anos 30. E Hayek demonstrou grande largueza de visão ao captar a importância desse comentário de Keynes." ANDERSON, Perry. "A Trama do Neoliberalismo: Mercado, Crise e Exclusão Social (debate)" In Pós-Neoliberalismo, op. cit., pág. 148.

Como se observa, a passagem acima demonstra a impressionante lucidez acerca da importância e necessidade da conquista dos valores e crenças que fundam um consenso, uma hegemonia. Dessa forma, fica claro que os ideólogos do ultraliberalismo possuíam armas teórico/ideológicas para o embate acerca da hegemonia, tornando-se fundamental para tanto, contudo, a existência de veículos carreadores das idéias que formulavam. Estes veículos foram, entre outros, os centros universitários e notadamente a grande imprensa. Assim, tanto a elaboração de certas idéias – no caso da imprensa nacional vinculadas à realidade brasileira – como a canalização de um conjunto delas (em boa parte práticas, à guisa de um receituário, providas de autores como Hayek, por exemplo), personificadas numa visão determinada de mundo, isto é, o ultraliberalismo, fazem com que a (grande) imprensa seja peça fundamental na montagem do "quebra-cabeças" acerca da – aqui pressuposta – conquista hegemônica por parte do ultraliberalismo. Vejamos, então, como Gramsci define a relação entre a imprensa e seus receptores, isto é, os leitores:

"(...) o elemento fundamental [além do aspecto comercial] para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas ¹⁸.

[Em contrapartida – FCPF:] "Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos 'transformáveis' filosoficamente, capazes, ducteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos 'econômicos', capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento

Além do mais, prossegue o autor: "(...) são as idéias neoliberais que fixam os parâmetros de toda a política econômica. Elas fixam esses parâmetros no sentido em que não existe mais qualquer concepção alternativa coerente de como as economias capitalistas modernas devem ser conduzidas. A tradição keynesiana está quebrada e desmoralizada." Idem, *ibidem*, pág. 149.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, pág. 179.

ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação." ¹⁹

A simultaneidade do caráter ideológico e econômico que o leitor (receptor) possui, em Gramsci, remete-nos uma vez mais à caracterização da grande imprensa, pois estruturada como: a) aparelho privado de hegemonia, b) empresa capitalista, e c) ator político (por vezes assemelhado a um partido político). Esta tripla caracterização pode implicar, *em determinadas circunstâncias*, uma certa tensão e/ou contradição para o jornal, pois eventualmente seus interesses empresariais podem chocar-se, por exemplo, com sua atuação ideológica. De toda forma, o que mais nos interessa é a compreensão da imprensa como entidade fundamental ao embate ideológico em direção a uma hegemonia.

Por outro lado, o movimento/circulação das idéias – igualmente fundamental à análise da reconquista da hegemonia ultraliberal – só se efetiva devido à encampação ou personificação que os atores sociais, de intelectuais à imprensa, delas (as idéias) realizam, o que implica portanto a impossibilidade de sua autonomização, isto é, de sua existência à margem dos grupos (atores) sociais concretos. Um corpo doutrinário de idéias – necessariamente constituído de um "núcleo duro", de valores, símbolos e motes, entre outros elementos – só adquire viabilidade (entendida como capacidade-de legitimar-se e de se apresentar como alternativa de poder) caso os grupos sociais (em sentido amplo) sejam capazes de encarná-lo e promovê-lo, isto é, colocá-lo em disputa com outras alternativas. E isso tendo em vista o contínuo movimento de elaboração, desenvolvimento, hegemonia, ocaso e reelaboração/reapropriação das idéias. Assim foi o que, aparentemente, ocorreu com o ultraliberalismo que, como vimos procurando demonstrar até aqui, resistiu defensivamente por mais de quatro décadas à hegemonia keynesiana, até conseguir suplantá-la. (É claro, obviamente, que, simplesmente, as idéias podem "morrer", isto é, não serem mais encampadas por nenhum grupo social relevante).

¹⁹ Idem, *ibidem*, pág. 163.

Logo, qualquer pretensão ao "fim da história" quando da vitória de uma determinada ideologia sobre outra(s) deve ser vista como um ingênuo devaneio ufanista²⁰.

Tal movimento/circulação das idéias será ainda mais eficaz caso haja uma esfera pública minimamente democrática, vinculada ao referido conceito gramsciano de "ocidente", pois possibilitadora de embates relativamente livres, porém normalmente assimétricos.

No que tange aos **procedimentos metodológicos** utilizados neste estudo, observamos fundamentalmente os *editoriais de ambos os jornais entre 1987 e 1989*²¹ (em razão dos efeitos dos planos de estabilização econômica, do processo constituinte e das eleições presidenciais). A seleção dos mesmos deu-se através da observação cotidiana dos que tivessem relação com os temas previamente agendados – e descritos abaixo; além disso, em função dos editoriais referirem-se especialmente a certas matérias (coberturas jornalísticas), tais como reportagens e cadernos especiais que ambos os periódicos produziram, alguns destes também foram selecionados e analisados. Portanto, procedeu-se de forma a captar o jornal em seu dia-a-dia.

²⁰ Francis Fukuyama tornou-se o símbolo, quando da publicação de seu livro "The End of History and the Last Man. New York: 1992", da euforia capitalista (liberal) acerca do caráter definitivo, isto é, eterno, da vitória do capitalismo – configurada como liberal-democrata – sobre o socialismo, ocorrida com a queda do muro de Berlim e, depois, com o esfacelamento da União Soviética. Sintetizando o apressado espírito vitorioso, Fukuyama previu o "fim da história", isto é, a impossibilidade de outro sistema econômico/político/social (ou, em outras palavras, de outro modo de produção) que não o capitalismo. Tal hipótese provocou enorme controvérsia, sendo contestada paradigmaticamente por Robert Kurz que, em seu "O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993", afirma, como expressa o próprio título, ser o ocaso do socialismo o acontecimento que levará de roldão o próprio capitalismo.

Cf. também ANDERSON, Perry. O Fim da História: De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

²¹ Segundo o projeto original deste estudo, analisaríamos o período compreendido entre 1987 e 1989. Contudo, tendo em vista a agilização do trabalho proveniente tanto do uso de microfilmes como da destreza dos monitores que me auxiliaram na pesquisa, o período de análise foi alargado, passando a incorporar o ano de 1986, fundamental quanto às repercussões do Plano Cruzado na medida em que diz respeito à relação Estado/Mercado.

Por outro lado, é interessante observar também que a eventual ausência, nos editoriais, das temáticas a serem investigadas, notadamente em certas conjunturas candentes, será também um elemento considerável. Dessa forma, procuramos deixar que nossos atores se expressem, sendo, enfatize-se, seu eventual silêncio também uma amostra da realidade no que tange à recepção da Agenda/valores ultraliberais.

Quanto aos *temas componentes da Agenda/Valores em foco*, objetivamente procuraremos observar nos editoriais as seguintes questões, entre outras correlatas:

- a) justiça social e distribuição de renda;
- b) questão tributária (por exemplo, a discussão sobre impostos progressivos ou proporcionais, muito significativa no debate entre os ultraliberais);
- c) mercado, isto é, a concepção do mesmo: se resolutor, ou não, das disfunções da economia, e de que forma: se integral ou parcialmente;
- d) relação Estado/mercado, ou melhor, a concepção de como são/deveriam ser criadas e distribuídas a riqueza;
- e) Estado, ou melhor, concepção de seu papel e funções;
- f) regulamentação e desregulamentação da economia e das relações sociais;
- g) protecionismo e liberalização da economia;
- h) crise econômica (inflação, crise fiscal e déficit público, por exemplo), ou seja, diagnóstico da mesma;
- i) concepção de "modernidade";

- j) relação capital/trabalho;
- k) a própria expressão "neoliberalismo", inusual até então, e mesmo simplesmente "liberalismo";
- l) concepção do papel da imprensa; entre outros eventualmente surgidos da investigação.

Os temas em foco constituem, como dissemos, uma verdadeira Agenda da transformação, pois informam a formulação de temas e questões que alteraram profundamente o modelo de desenvolvimento brasileiro, tendo em vista sobretudo o nacional-desenvolvimentismo construído a partir de 1930.

1. JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

A *FSP* caracteriza-se por sua tênue filiação doutrinária, o que implica essencialmente a mudança de posicionamentos, de forma inclusive radical, ao longo do tempo. Em razão disso, percebe-se uma clara modificação quanto à concepção do papel do Estado e do mercado, pois até 1985 o jornal perfilhava-se claramente ao nacional desenvolvimentismo, destoando do mesmo no período em análise neste trabalho. Já a partir de 1986 o jornal implementou um progressivo mas firme distanciamento da perspectiva nacional-desenvolvimentista, na medida em que a crítica ao papel empresarial e interventor do Estado tornou-se mais vigorosa. Sua filiação à (que poderíamos considerar) social democracia requer, sinteticamente: a) a proteção a certos setores do capital nacional – considerados estratégicos – através de mecanismos alfandegários, e jamais via reservas de mercado; b) a absorção tanto do capital estrangeiro como da tecnologia que o mesmo poderia galvanizar – o que fez com que a *FSP* se opusesse vigorosamente ao nacionalismo e ao que considerou xenófobo; e c) a orientação social do Estado, isto é, sua atuação voltada fundamentalmente às áreas sociais da sociedade. Vejamos brevemente como retrata

tais questões. Em abril 1986, num editorial chamado sintomaticamente “Privilégio das estatais”, em que considera insuficiente a mera venda parcial de ações das empresas do Estado em razão de uma (requerida) transformação estrutural da economia, afirma:

“A persistência e o agravamento, na economia brasileira, de uma *situação em que o Estado concorre abertamente com o setor privado* – ou mesmo o substitui integralmente, tomando a si funções que este poderia desempenhar por sua própria conta – têm motivado *pressões justificadas*, no sentido de que se desenvolva uma política conseqüente de *privatização*. (...) as atividades governamentais viram sua abrangência estender-se para muito além daqueles setores onde sua presença, por razões sociais ou estratégicas, seria indispensável; (...) o principal problema do setor público (...) é o da sua pouca eficiência gerencial. (...) mesmo *naqueles setores produtivos onde a presença do setor público não é descartável a curto prazo*, [é necessário que] se faça uma completa reformulação de mecanismos e práticas administrativas.” (01/04/86, ênfases nossas)

Observa-se, portanto, que o jornal justifica a retirada, *gradual e condicionada*, do Estado na economia em função da crise econômica *e não por razões intrínsecas ao seu funcionamento*, como o fazem os que argumentam com pressupostos ultraliberais²².

²² Segundo um dos principais nomes da Escola Austríaca (ultraliberal), Ludwig Von Mises, o Estado é intrinsecamente imperfeito e estruturado em princípios opostos aos da empresa capitalista, na medida em que pouco racionais, pois: “(...) a marca característica da administração burocrática [Estado] é que ela carece de orientação dada por considerações sobre lucros e perdas, no julgamento do êxito das operações em relação às despesas feitas. É, conseqüentemente, obrigada a lançar mão de expedientes totalmente inadequados, num esforço para compensar tal deficiência (...) Todos os males, (...) isto é, a inflexibilidade, a falta de recursos e sua incompetência em face dos problemas que são facilmente resolvidos numa empresa que vise ao lucro, são o resultado dessa deficiência fundamental. Na medida em que a atividade do Estado se restrinja aos estreitos limites que o liberalismo lhe atribui, as desvantagens da burocracia não podem, de forma alguma, tornar-se muito aparentes.” MISES, Von Ludwig.

Em outras palavras, segundo a lógica aparente da *FSP*, esta procura demonstrar que as condições macroeconômicas internacionais mudaram, o que teria ocasionado ao Estado uma redefinição de suas funções, especialmente tendo em vista seus problemas fiscais, gerenciais e de sobreposição ao setor privado, sufocando-o. O fundamental a reter refere-se, portanto, ao fato do jornal enfatizar os fatores que teriam levado à superação do Estado enquanto empresário, adotando então uma *perspectiva histórica* – procura observar as necessidades de outrora, como a insuficiência de capitais privados, e as de hoje: abundância dos mesmos conjugada à ineficiência da gestão pública empresarial. Nesse sentido, apesar da crescente crítica às empresas estatais – alvo maior das considerações – tangenciar muitas vezes o discurso conservador, dado o caráter pejorativo com que estas empresas são (progressivamente) tratadas, avalia-se que há espaço para a atuação do setor público, desde que remodelado e não voltado à área produtiva. Assim, ao combater o argumento de que a existência de empresas públicas lucrativas provaria a eficácia do Estado empresário, afirma num editorial denominado, provocativamente, “O sofisma das estatais”:

“Caso à parte no zoológico administrativo do Estado brasileiro, as empresas estatais são objeto de polêmica constante. (...) as estatais lucrativas têm como fator decisivo para os seus superávits o fato de se beneficiarem de uma situação de monopólio, que retira a validade de qualquer elogio à sua competência burocrática ou gerencial. A pergunta é inevitável: expostas à concorrência, sem o poder de fixar artificialmente os preços de seus produtos, teriam estas empresas a mesma lucratividade?” (28/06/86)

Liberalismo – segundo a tradição clássica. Rio de Janeiro, José Olympio/Instituto Liberal, 1987, pág. 101, ênfases nossas.

Acompanhando os títulos dos editoriais que, paulatinamente, demonstram o vigor das críticas à atividade empresarial do Estado, o conteúdo dos mesmos torna-se também mais agudo, procurando minar as resistências pró-estatais.

Por outro lado, é importante ressaltar que a *FSP* alude ao tema da privatização/intervenção do Estado demonstrando estar o mesmo na agenda política – daí a recorrência em iniciar os editoriais referindo-se ao debate e à polêmica estabelecidos em torno da existência de tal agenda. O fato de o país estar prestes a passar por um processo constituinte, em que os conflitos se aflorariam dentro e fora do Congresso em torno do papel do Estado e do Mercado na nova Constituição, é fator-chave para compreender tal controvérsia. Afinal, a sociedade se polarizou, sobretudo a partir de 1987 – entre desenvolvimentistas, e assemelhados, e liberais/conservadores –, tendo no bloco à esquerda e no “Centrão” os respectivos representantes destas correntes no Congresso Constituinte. Como sabemos, tal controvérsia – que levaria a um maior ou menor papel do Estado na economia e nas questões sociais, entre outros aspectos – resultou numa nova Constituição que fundamentalmente acomodou interesses e visões de mundo de ambas as tendências. O jornal, como aparelho privado de hegemonia pressionara para que suas posições influenciassem – além do leitor – os próprios constituintes, dado o caráter decisório das opções destes.

Argumentar a favor ou contra a intervenção do Estado implicará, para a *FSP*, avaliar o grau de igualdade social através da redistribuição da renda, isto é, se o Estado atua eficaz e eficientemente para resolver esta questão, pois seria sua atividade primordial nesta quadra da economia brasileira. A radicalização entre **desenvolvimentistas (nacionalistas e esquerda)** – que lutavam por uma maior intervenção estatal na economia e por uma decidida ação do Estado na área social – e **conservadores**, favoráveis a uma maior liberdade ao mercado com a conseqüente desestatização, é criticada pelo jornal, que a vê como “falta de realismo” devido à extrema ideologização que informaria a ambos. Assim a *FSP* se coloca perante as

duas correntes, principalmente no que tange ao referido papel do setor público na economia/distribuição de renda, tendo em vista os debates constituintes:

“O debate sobre as desigualdades sociais no Brasil tem-se envolvido de uma série de preconceitos e resistências (...) o temor de que os futuros constituintes terminem por abalar alguns preceitos básicos da iniciativa privada tem suscitado, *entre os setores conservadores, ressalvas quanto à quaisquer iniciativas de cunho social que puderem ser propostas nesse Congresso.* (...)

“Na verdade, o problema maior é definir qual estratégia deve ser utilizada para combater a pobreza absoluta sem que o governo ceda à tentação de recorrer ao mero assistencialismo (...) e sem que se acredite que apenas o mais completo controle estatal sobre a sociedade será capaz de resolver as presentes injustiças e desigualdades. Não se pretende, obviamente, negar o papel de liderança que caberá ao Estado brasileiro neste processo. (...) trata-se de elaborar parâmetros para uma estratégia econômica de longo prazo que, combinada a uma política fiscal agressiva, crie mecanismos para a redistribuição da renda nacional. (...)

“Da capacidade de conciliar-se a dinâmica do mercado com uma atuação firme no sentido de intensificá-la, eliminando suas distorções e integrando a ela os setores hoje marginalizados, depende o sucesso do sistema de livre iniciativa no país.” (07/07/86, ênfases nossas)

Como se observa nesta longa passagem, o discurso do jornal possui um forte caráter social, dada a insistência com que propugna o estabelecimento de mecanismos fiscais com vistas à distribuição de renda. Por outro lado, não perde a oportunidade de criticar tanto os conservadores, e liberais – resistentes às reformas sociais –, como a esquerda (aí incluídos os nacionalistas), procurando valorizar ao mesmo tempo a chamada “livre iniciativa” e a participação da população excluída nas

“benesses” do capitalismo. *Aparentemente*, portanto, a *FSP aproxima-se* de um pensamento social democrata, keynesiano. Na verdade, o jornal parece mover-se entre dois opostos, pois, se por um lado posiciona-se vigorosamente contra o movimento sindical – invariavelmente considerado nefasto ao país –, de outro se autoproclama moderno e progressista. Afinal, tornou-se a grande referência político/jornalística especialmente desde a campanha das “diretas-já”, alcançando o feito de jornal mais vendido do país²³.

Ainda em relação à defesa na livre iniciativa, tal posição permanece não radicalizada, pois a *FSP* requer que a mesma tenha mais liberdade e mais espaço na economia brasileira, mas de forma alguma aceita a competição sem limites, notadamente entre o capital estrangeiro e o nacional. Há, portanto, um duplo movimento: primeiro, de valorização da iniciativa privada em detrimento do Estado-empresário, fazendo com que este redirecione suas atividades às áreas sociais; segundo, do estabelecimento de formas de proteção ao capital privado nacional – sem o impedimento da entrada do capital estrangeiro – como forma de capacitá-lo à concorrência internacional, preservando os interesses (considerados) “estratégicos” do país. Nesse sentido, a proposta (de setores governamentais) de liberalização de importações – para abastecer o mercado interno e conseqüentemente baixar o preços – de diversos produtos, em função do Plano Cruzado, é descartada pelo jornal. Invoca os exemplos argentino e chileno para demonstrar as repercussões negativas

²³ Entre 1984 e 1986, dados que dispomos, a circulação entre os quatro principais jornais configurava-se desta forma:

(Entre 3ª feira e Sábado)				(Aos Domingos)			
1984	1985	1986	1984	1985	1986		
FSP	209.493	224.857	282.405	FSP	312.505	340.035	412.799
OG	200.121	213.683	263.769	OG	408.248	436.343	486.546
OESP	180.643	190.033	211.453	OESP	349.073	368.100	412.226
JB	139.888	132.499	157.397	JB	237.803	229.729	266.186

(Obs.: *FSP* – Folha de S. Paulo; *OG* – O Globo; *OESP* – O Estado de S. Paulo; *JB* – Jornal do Brasil. Fonte: Anuário Brasileiro de Mídia.)

Como se observa, a *FSP* detinha um grande domínio durante a semana (alguns jornais não circulavam às segundas-feiras), sendo superada, aos domingos, decrescentemente pelo O Globo, o que demonstra a força do aspecto empresa da *Folha de S. Paulo*, de propriedade, como se sabe, do grupo Folha da Manhã S/A.

às economias locais, em nome da baixa da inflação. Para a *FSP*: “(...) é imprescindível que as autoridades governamentais avaliem criteriosamente propostas para atenuar as restrições à importação, a fim de evitar que o desenvolvimento do parque industrial brasileiro seja comprometido.” (02/04/86)

Mais incisivamente ainda, afirma que os setores que exigem tecnologia de ponta, como a química fina, entre outros, deveriam ser efetivamente protegidos – exceto, enfatize-se, por intermédio de reservas de mercado – dado o caráter “estratégico” que representariam ao país. Por isso, apoia firmemente a intenção do governo de proteger o capital nacional neste setor. Esta intenção fora consubstanciada em um projeto elaborado por alguns ministérios. Mesmo discordando parcialmente quanto a certos mecanismos de tal projeto, que permitiria a produção nacional de medicamentos devido, entre outros fatores, aos incentivos governamentais, entre os quais o impedimento à importação de similares aqui fabricados, o apóia, pois, para a *FSP*:

“É justificável a preocupação governamental ao considerar estratégico e prioritário o setor de química fina e, particularmente, o ramo farmacêutico. Os gastos anuais com a importação de produtos dessa área situam-se em torno de US\$1,7 bilhão, equivalente a quase 10% do valor das importações brasileiras. (...) [Por outro lado] uma efetiva proteção à indústria nacional poderia ser proporcionada por uma adequada estrutura de tarifas alfandegárias. Mesmo existindo similar nacional, pode haver casos nos quais as empresas prefiram os produtos importados, ainda que submetidos a altos impostos aduaneiros.

“É legítima a defesa de uma indústria nacional incipiente como a de química fina.” (11/07/86, ênfases nossas)

As divergências do jornal dão-se apenas quanto aos mecanismos (formas) da proteção, na medida em que jamais descarta o capital estrangeiro e, mais ainda,

rejeita terminantemente qualquer iniciativa (considerada) xenófoba ou de isolamento ao capitalismo internacional. Daí sua proposta de elevação das tarifas de importação como forma de incentivar a produção nacional sem que isso impedisse a importação do similar nacional, caso se quisesse – no contexto de outros incentivos, em sentido amplo, governamentais.

Esses exemplos uma vez mais demonstram o distanciamento do jornal em relação ao ultraliberalismo, uma vez que *discurso social e proteção a certos setores do capital nacional* não fazem parte do repertório desta doutrina. Contudo, seu discurso pró-desestatização – concebida, esta, grosso modo pelo jornal como retirada do Estado das atividades empresariais – permanece. Mas também ainda não o será – durante este ano de 1986 – radical. Por isso, o jornal aplaude a maneira “não ideológica” e sim “realista” com que os candidatos a deputado, de linhagens ideológicas distintas – Delfim Netto e José Serra –, estariam tratando do tema em suas campanhas eleitorais:

“Acima das explorações doutrinárias e dos conflitos diretos de poder, a importância de uma crítica à ineficiência estrutural do setor público surge assim na ordem do dia, e parece suscitar um empenho crescente para sua correção, por parte de segmentos de distinta orientação política. *Encarar o assunto com realismo significa, na verdade, reconhecer os profundos desajustes a que a ação empresarial do Estado tem conduzido, assim como a impossibilidade de um processo brusco de privatização das empresas públicas.* A extinção das atividades empresariais do Estado, sua reorientação para os objetivos e prioridades sociais, em que é insubstituível, constitui imperativo ao qual, até agora, não se deu suficiente atenção no país. O processo é, sem dúvida, complexo.” (17/09/86, ênfases nossas)

A passagem acima, especialmente onde a enfatizamos, deixa claro, de um lado a “ética da responsabilidade”²⁴ do jornal e, de outro, sua não vinculação aos ventos ultraliberais. Por mais que se afastasse progressivamente de uma postura nacional-desenvolvimentista, através de fortes críticas aos (considerados) desvios e disfuncionalidades do Estado, rejeita aquilo que ficou conhecido como “privatização selvagem”, isto é, a rápida venda, quase que simultânea, de todas as empresas estatais. Note-se que tal estilo de privatizar ocorreu em outros países, num processo de verdadeiro sucateamento do setor público. A *FSP* descarta-o ao reconhecer a complexidade da questão e, mais ainda, o papel até então desempenhado pelo Estado na economia e na sociedade brasileiras. A isso chamou de “realismo” – em substituição à, considerada, ideologização sobre o tema. Cabe notar, contudo, ser correto afirmar que, mesmo uma postura dita realista pode conter – e normalmente o contém – influências de certas doutrinas. Por isso, preferiremos continuar a denominar esta postura da *FSP* como filiada à “ética da responsabilidade” em razão, por sua vez, seja de sua visão de mundo (social democrata?), seja de seus compromissos/representações sociais (de classe).

Por fim, é importante ressaltar que o jornal continuamente cobrara ações governamentais efetivas no sentido de desestatizar o país, reclamando crescentemente que o governo Sarney faria muito proselitismo mas produziria pouquíssimos resultados nesta questão. Por isso, sem negar, realisticamente, como lhe é usual, o papel do Estado em certos setores, afirma:

“(…) alguns investimentos do governo em programas de infra-estrutura, além de essenciais para incentivar as inversões da iniciativa privada, não poderiam ser realizadas de outra forma. (...) não basta a desestatização; é fundamental para o reequilíbrio financeiro do setor público um esforço no

²⁴ Segundo a clássica distinção de Max Weber, portar a “ética da responsabilidade” implica preocupar-se com as possíveis conseqüências das ações (ou inações) políticas; em contraste, a “ética da convicção” significa levar adiante uma crença independentemente de seus resultados, pois o que importa é fundamentalmente a adesão à mesma.

sentido de promover o saneamento das estatais. [Por outro lado] (...) criou-se um sem-número de programas, comissões e grupos de estudo com o objetivo de redefinir a presença do Estado na economia, mas muito pouco se conseguiu até agora de concreto.” (01/10/86)

Portanto, o jornal cobra ações concretas por parte do governo – e progressivamente irá se irritar com seu, considerado, imobilismo – ao mesmo tempo em que rejeita qualquer iniciativa radical ou que considere informada por algum viés ideológico. O próprio reconhecimento da complexidade do tema o faz ser de certa forma condescendente com o governo Sarney neste ano de 1986, mesmo ao final do ano, quando o Plano Cruzado já estava em franco declínio. Mais ainda, o fato de haver eleições no mês seguinte ao do editorial acima talvez tenha inibido a *FSP* a um enfrentamento mais conflitivo com o poder, até porque, aparentemente, desde que seu novo projeto editorial fora implantado jamais procurou distanciar-se em demasia do pensamento médio de seus leitores e da chamada “opinião pública” como um todo, que, naquele momento, ainda estava “anestesiada” com os efeitos inéditos da “estabilidade” da moeda ²⁵.

²⁵ A relação de maior distanciamento ou proximidade com os leitores, isto é, com a opinião média da sociedade, à luz do Projeto Folha, pode ser apercebida nesta significativa afirmação de Otávio Frias Filho de que “(...) é muito mais útil que a sociedade tenha um jornal que é sensível às mudanças que ocorrem a cada dia, muito mais útil que os leitores tenham um jornal que se modifica à medida que a disposição deles, leitores, vai se modificando, do que ter um jornal fossilizado, que é uma ideologia incrustada na sociedade, que não se modifica há décadas [ou seja, *OESP*] (...) Eu acho que o jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a Folha faz isso. (...) Quando esses leitores tinham uma atitude politicamente neutra, quando eles tinham uma atitude até de endossar o regime, a Folha tinha uma atitude correspondente nessa linha e, quando os leitores se deslocam para uma posição mais crítica, mais reivindicante, a Folha se desloca também.” (Entrevista à revista *Lua Nova*, CEDEC, vol. 1, nº 2, jul/set. 1984, pág. 38) Apesar de muito significativa, por demonstrar explicitamente a ausência de uma vinculação doutrinária por parte do jornal, esta posição de seu diretor-proprietário precisa ser relativizada, pois em diversos momentos, como veremos, a *FSP* manteve certas posições que diferiam essencialmente da opinião da população como um todo e/ou de seus leitores, opinião esta medida através de pesquisas de opinião. Exemplo maior: as empresas estatais (que veremos mais adiante). Entre outros trabalhos importantes que discutem o atual projeto editorial da *Folha de S. Paulo*, cf. o trabalho do jornalista deste jornal que apresenta a perspectiva da própria *FSP*: LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Os Mil Dias*. Tese de livre Docência. ECA/USP, 1987. Em relação ao percurso histórico do jornal, ver CAPELATO, M. H. e MOTTA, C. G. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres, 1981. Já TASCHNER, Gisella. *Folhas ao Vento – Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, focaliza a trajetória da *FSP* à luz da constituição da indústria cultural brasileira. Por fim, KREINZ, Glória A. R.

Em 1987 o jornal prossegue em sua caminhada rumo a um distanciamento²⁶ cada vez maior da perspectiva nacional-desenvolvimentista ou mesmo keynesiana – esta, em termos de indução estatal ao desenvolvimento econômico. Como se verá, fixa-se na idéia – a rigor bastante enfatizada durante 1986, como vimos – de que o papel do Estado é essencialmente social, tornando-se o Estado-empresário um óbice à consecução da justiça social. Novos argumentos e imagens, contudo, serão utilizados como forma de tornar consensual sua visão sobre o tamanho e o papel do Estado na economia, no quadro mais amplo acerca do modelo de desenvolvimento. Por isso, em 1987, questões como privatização, desestatização, reorientação do papel do Estado, livre iniciativa, desigualdade social e suas causas, entre outros temas, continuaram a ocupar espaço considerável nos **editoriais e reportagens** da *FSP*. Não podemos nos esquecer que o processo constituinte iniciara-se efetivamente neste ano, dominando o debate político tendo em vista que seu resultado determinaria as novas regras do jogo político e econômico do país. Daí a imprensa como um todo, e em particular seus maiores formadores de opinião – a imprensa escrita – participarem integralmente do debate, que mais pareceu, em larga medida, uma *guerra ideológica*. Por isso, avançar posições – ainda mais para um jornal ascendente política e empresarialmente, como a *FSP* – na *trincheira político/ideológica* que representou o Congresso Constituinte seria fundamental às pretensões de um *aparelho privado de hegemonia*. Em função desse contexto, logo no início de janeiro a *FSP* publica um editorial intitulado, sintomaticamente, “No rumo da privatização”. Diz o jornal:

Ideologia, Notícia e Mercado – A pós-modernidade tecnocrática da *Folha de S. Paulo*. Tese de Doutorado, ECA/USP, 1990, enfatiza a lógica tecnocrata presente na *FSP*.

²⁶ Podemos falar em guinada em razão de estudos que retratam as posições do jornal anteriormente ao período em foco. Além disso, em minha dissertação de mestrado, defendida no Depto. de Ciência Política da Unicamp, intitulada “A Imprensa Liberal na Transição Democrática” (1994) discuti estes, entre outros, posicionamentos da grande imprensa brasileira.

“O programa de desestatização no Brasil é antigo. É também inoperante e tem apresentado poucos resultados. Os exemplos de privatização são tão raros quanto insignificantes (...)

“O Brasil não segue, assim, o caminho trilhado por algumas das mais avançadas democracias européias. Como mostrado pela reportagem de ontem desta Folha, o retraimento do Estado como produtor de bens e serviços considerados não típicos de governos é a tendência dominante na Europa (...)

“É óbvio que o processo de privatização no Brasil precisa levar em conta as condições específicas de sua economia. Muitos setores de ponta exigem investimentos volumosos que no *passado* justificaram a intervenção estatal e cujos resultados positivos em industrialização acelerada dispensam maiores considerações. (...) [porém] O setor privado nacional demonstra possuir *hoje* uma capacidade de poupança que lhe permitiria participar mais ativamente em áreas que se encontram nas mãos de empresas públicas. Ademais, é notória a maior eficiência do setor privado (...) Mas se o processo econômico tende a prescindir do Estado-empresário, o mesmo não pode ser inferido quanto ao seu papel regulador (...) [através da] presença fortemente reguladora e fiscalizatória do Estado, impedindo que práticas oligopolísticas e predatórias acabem por prejudicar o consumidor e inviabilizar o processo concorrencial.

“É preciso reavaliar a presença do Estado na economia brasileira (...) E nesta empreitada, *a análise do que ocorre em outros países poderá oferecer importantes contribuições.*” (06/01/87, ênfases nossas)

A longa passagem acima de certa forma sintetiza as posições do jornal, pois uma série de elementos que aí se encontram tornar-se-á usual no decorrer deste ano e mesmo nos seguintes. Antes de tudo, o recurso às **reportagens** será um mecanismo

ideológico poderoso de persuasão aos leitores, e *crescentemente adotado*; dessa forma, os editoriais comentam um (suposto) fato, que quase sempre conflui para corroborar os argumentos ou teses propugnados pelo jornal. No caso, as reportagens – tidas e requeridas como imparciais – relatariam as “mazelas” e a “ineficiência” (em sentido amplo) do Estado, representando um silogismo que os editoriais se encarregam de concluir.

Um outro e fundamental tipo de argumento, expresso acima, será, por outro lado, utilizado profusamente a partir deste ano: trata-se da (apresentada como) constatação de que há uma *tendência internacional* no sentido de reduzir a participação do Estado enquanto agente de desenvolvimento, liberando o mercado até então regulado. Daí o constante comentário, nos editoriais, sobre estes processos em diversos países. A lógica do argumento, ao fundamentar-se no diagnóstico de que em praticamente todos os quadrantes o mercado vem assumindo funções que o Estado se intrometera, procura demonstrar que o Brasil, ao retardar seu processo de desestatização, estaria perdendo o “bonde histórico” do desenvolvimento, que teria mudado seu vetor. *O que não se observa, neste argumento, é uma investigação das causas que levaram a tal transformação em escala internacional*²⁷.

No que se refere especificamente ao Brasil, o método retórico/argumentativo utilizado pela *FSP* poderia ser chamado de “histórico-comparativo”, pois procura observar os recursos financeiros e políticos do capital nacional no passado, assim como a conjuntura internacional, notadamente a partir dos anos 30, e nos anos 80. Pode-se concluir deste “método” que o jornal continua a não assumir, de forma

²⁷ De acordo com alguns trabalhos que investigaram a cobertura da grande imprensa especificamente em relação ao tema da privatização, a postura desta, como um todo, teria sido de adesão, à luz do que estava ocorrendo no mundo, pois: "Os exemplos internacionais foram pretexto para a suposta unanimidade a respeito da privatização: Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Leste Europeu, China, México, Argentina e Chile, ninguém está na contramão da história como o Brasil. A associação era fazer crer que economias abertas, sem a presença reguladora do Estado, funcionam e melhor. Todo o noticiário internacional foi recortado fora do contexto e da história." FARIA, Armando Medeiros de. *O Jornalismo Econômico e a Cobertura sobre a Privatização (1990/1991)*. Dissertação de Mestrado ECA-USP, 1994, pág. 135. É interessante notar que a afirmação acima aparentemente contempla o que observamos na *FSP*.

principista, que a livre iniciativa é, por natureza, de forma imanente, superior ao Estado – argumento, este, tipicamente ultraliberal. Logo, *a relação entre Estado e Mercado* (através, neste, *dos capitais privados nacionais e internacionais*) *seria mutável, submetida a variáveis históricas*. Mais ainda, há que se ressaltar a *permanência dos condicionantes à privatização no Brasil*, dada a magnitude da inserção do setor público na economia e a complexidade de se promover um processo de desestatização. Por fim, a precedência da esfera privada sobre a pública pode ser verificada através da solicitação do papel regulador do Estado em relação ao mercado, isto é, seu regramento e fiscalização. Tal regulação, contudo, não deveria ser tomada nem como intervenção empresarial do Estado nem como intermediação das relações privadas, e sim como indutora e garantidora da competição. É por isso que, ao criticar a proibição – considerada indevida – por parte do Estado, na esfera municipal, da abertura do comércio aos domingos, considera que: “É preciso não confundir a idéia do moderno Estado de bem-estar social – que garante aos cidadãos direitos fundamentais – com a orgia regulamentadora que no Brasil sufoca o empreendimento particular, deixando um espaço mínimo de não intervenção.” (06/04/87). É importante observar que o jornal continua aceitando a existência de um Estado de bem-estar, desde que não intervenha demasiadamente no espaço da livre iniciativa.

Mesmo não adotando argumentos ultra ou neoliberais, a *FSP* torna-se mais e mais combativa do Estado-empresário e interventor. Em função disso, novos argumentos serão esgrimidos com o objetivo de substituí-lo desses papéis. Estes argumentos, que veremos abaixo, destoam dos até então apresentados, pois creditam ao Estado males que o mesmo não possuía, na visão do próprio periódico, até recentemente. Nesse sentido, afirma o jornal que:

“As estatais sobrecarregam com seu prejuízo as contas do governo, financiam projetos sem receber nada em troca, apoiam-se em programas sem viabilidade e sem retorno, pois o sistema de mercado não rege o seu comportamento (...)

“Não há razão para que esta máquina de distorções se mantenha indefinidamente a pressionar o déficit público.(...)”

“Nada explica que o Estado se mantenha, permanentemente, controlando empresas de modo ineficaz e em prejuízo de toda a sociedade.” (06/04/87)

Como se observa, as estatais, que anteriormente eram “vítimas” da política macroeconômica do governo federal (e mesmo da dívida externa), tendo suas tarifas congeladas e conseqüentemente sua capacidade de investimento profundamente afetada, passam agora a vilãs do *déficit* público. Isto representa uma guinada bastante significativa no discurso do jornal.

Por outro lado, em sua pregação em prol de um capitalismo competitivo, em que a iniciativa privada tivesse um papel preponderante – quiçá dirigente, para além, portanto, de dominante –, fará uma crítica impiedosa ao comportamento do empresariado nacional. Isto faz com que a *FSP* por diversas vezes aponte a dubiedade do capitalista brasileiro, que teria um discurso liberal mas requereria, sempre que pudesse, a proteção estatal a seus negócios. Nesse sentido, critica-o por, reunido no “I Encontro da União Brasileira dos Empresários”, solicitarem (seus membros) do governo federal créditos oficiais, investimentos públicos em infraestrutura e uma política de rendas. Para o jornal: “Em outras palavras, o que se deseja é uma nova intervenção do Estado na economia, para socorrer a iniciativa privada; ainda pouco tempo atrás, registre-se, foi exigida – e obtida – a liberação de preços.” (15/04/87). A contradição diria respeito justamente à demanda por liberalizar os preços, até então tabelados, e, logo em seguida, a nova demanda por proteção. Mais incisivamente ainda, a *FSP* aponta o “Capitalismo de fachada” (título de um editorial, em dezembro) que representaria o capitalismo nacional em função do apoio (pressão) dos empresários à resolução baixada pelo Banco Central garantindo (isto é, fiando) os empréstimos de bancos privados a empresas endividadas. Para a *FSP*:

“O paradoxo evidencia-se na atitude – característica de alguns setores empresariais – de disparar baterias contra o intervencionismo estatal, defender o livre jogo do mercado, pedir menor governo e, ao mesmo tempo, reivindicar do Estado facilidades e concessões para salvar grupos que enfrentam dificuldades. São distorções típicas de uma tradição paternalista e assistencialista, agravadas e multiplicadas pela fragilidade de uma economia subdesenvolvida.” (02/12/87)

A incisividade deste editorial é bastante significativa. Mas, voltando ao papel do Estado, o jornal manterá suas críticas à xenofobia presente nos setores nacionalistas e à esquerda no Congresso Constituinte assim como às resistências dos conservadores à atuação social da esfera pública. Um dos pontos mais citados diz respeito ao *capital estrangeiro*, que os segmentos nacionalistas queriam, segundo a *FSP*, extirpar da economia brasileira. O jornal mostra-se francamente favorável à participação deste capital na economia nacional, exceto em alguns setores, como a química fina e mesmo a informática, entre outros, com a renitente condição de que a proteção ao capital nacional somente poderia ocorrer por via tarifária. Em outras palavras, dever-se-ia taxá-lo para promover a indústria nacional, em alguns casos, e não impedi-lo de entrar no país. Afinal, o país teria um profundo *gap* tecnológico em relação a outros países que necessitaria ser rapidamente superado. Por isso, para o jornal: “O que precisa ser evitado, acima de tudo, é a xenofobia anacrônica, que só faria por retardar o desenvolvimento econômico e social do país.” (16/04/87) – caso da mineração, entre outras, tendo em vista que os constituintes à esquerda quereriam impedir que o capital estrangeiro atuasse nesta área.

O jornal combate, portanto, em várias frentes, sendo contrário: a) ao Estado-empresário e interventor; b) aos sindicatos, de modo geral considerados compulsivamente grevistas; c) ao empresariado nacional sedento por proteção, a despeito de seu discurso liberal; d) aos constituintes de esquerda e nacionalistas, por verem no Estado o grande agente de desenvolvimento; e) aos constituintes conservadores, por serem resistentes aos avanços sociais propiciados pelo Estado; e

f) a todos os que não observam as tendências internacionais. Quanto à esta última, é interessante observar que a de expressão *Opinião Pública* também será utilizada como forma de indicar o movimento pelo qual caminha o mundo. Ou seja, as tendências internacionais seriam as mesmas da *Opinião Pública* – estariam enveredando pela revalorização do mercado com a conseqüente diminuição do papel do Estado na economia. Para a *FSP*, portanto: “Um mínimo de sensibilidade às *tendências da opinião pública*, entretanto, bastaria aos constituintes para decidir de modo a não sacrificar, com algumas frases de efeito e restrições legislativas arbitrárias, os *interesses pragmáticos do país*.” (18/04/87, ênfases nossas). O pragmatismo referido é o mesmo dos anos anteriores (então denominado como realismo), isto é, a rejeição a que se adotem princípios ideológicos. Pragmatismo é, pois, para o jornal, antítese de ideologia e, mais ainda, seria algo voltado àquilo que se concebe como “bem comum”, pode-se inferir, na medida em que o “país” sairia ganhando.

Deve-se ressaltar, contudo, que em plena era de ascensão de grupos portadores de bandeiras ideológicas de estirpe ultraliberal – casos de Thatcher e Reagan, entre outros – e, mais ainda, de efetivas reformas informadas por esta ideologia, propugnar pragmatismo em detrimento de valores ideológicos parece algo pouco crível. Afinal, se a própria *FSP* não se cansa de apontar as tendências internacionais pró-mercado, e, sendo tais tendências parcialmente resultantes deste discurso ideológico, é claro que as mesmas seriam claramente ultraliberais, reconheça ou não o jornal. A maneira incisiva com que retrata este movimento leva-nos a concluir que a *FSP* pode – como os diversos indícios apontam – não aderir ao programa e valores ultraliberais como um todo, mas aceita integralmente, sem questionar, o **sentido** deste movimento. É isso que se depreende de seus argumentos, tais como estes esgrimidos em editorial denominado “Economia e privatização”:

“Não é novidade que os países ocidentais de maior desenvolvimento atravessam um período de valorização do papel da economia privada e de refluxo do Estado-empresário. Esse verdadeiro processo de retomada da

iniciativa particular sequer se limita aos governos baseados em forças conservadoras. (...) Não faltam, assim, exemplos de países que escolheram a alternativa privatista; não faltam resultados extremamente favoráveis obtidos por políticas amplas de transferência das empresas governamentais para a sociedade.

“São casos que não podem ser desprezados pelas economias excessivamente estatizadas (...)” (15/06/87)

Como se observa, é difícil dizer-se não influenciado pela ideologia hegemônica, por mais que não se concorde inteiramente com a mesma, pois justamente as tão propaladas “tendências internacionais” nada mais representam do que a progressiva instauração, nos mais diversos quadrantes, da configuração de um Estado *aproximativamente*²⁸ (neo ou ultra) liberal.

Em função desse clima ideológico as ácidas críticas aos partidos e idéias à esquerda tornaram-se mais freqüentes; ademais, o embate ideológico na Constituinte, como já ressaltamos, radicalizou ainda mais as opiniões, não ficando o jornal fora deste diapasão. Por outro lado, é fundamental enfatizar o caráter social que o jornal mantém em seu discurso, pois é favorável a um Estado atuante apenas em áreas voltadas ao bem-estar social. Por isso, ao criticar a esquerda faz questão de, quase

²⁸ Falamos em Estado “aproximativamente” neo, ou ultra, liberal em função de que o programa como um todo desta doutrina jamais fora integralmente implementado nos países em que o Estado de bem-estar social fincou raízes históricas. Nestes, houve resistências dos setores sociais organizados e dependentes da seguridade do Estado, pois conseguiram manter certos níveis de investimento social estatal. Afinal: “(...) o Estado de bem-estar chegou a ser uma instituição absolutamente central na vida cotidiana de grande parte da população. Nos Estados Unidos, a renda primária de pouco mais de 40% da população depende do setor público. Em alguns países europeus, esta porcentagem chega a 65%, considerando tanto aposentados e assalariados quanto os receptores de outras transferências públicas. Neste sentido, o Estado de bem-estar continua sendo uma esfera fundamental nas sociedades desenvolvidas. A manutenção destas instituições não significa que os Estados de bem-estar 'realmente existentes' possuam hoje os recursos suficientes ou a capacidade necessária para enfrentar os crescentes problemas sociais existentes nos países capitalistas avançados.” (...). THERBORN, Göran. “A Crise e o Futuro do Capitalismo” In Pós-Neoliberalismo, op. cit., págs. 46 e 47.

sempre, também criticar os conservadores, procurando diferenciar-se de ambos. Para o jornal:

“Teses como a de uma tributação progressiva da propriedade improdutiva, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, legislações que inibam a atividade de monopólios na economia, assim como outras medidas em favor da redistribuição de renda, têm a expressiva vantagem de, uma vez estabelecida a regra para que apontam, permitir à sociedade que se regule por si mesma em função da nova circunstância. (...)”

“Propostas legislativas como estas se afastariam, assim, de um ultraliberalismo que na verdade mal disfarça o interesse por uma completa omissão do Estado frente ao problema social. Mas há um verdadeiro abismo entre as tentativas de intervenção habitualmente preconizadas pela esquerda e um projeto que se utilize, com regras legais definidas e de longo prazo, da própria dinâmica do mercado para orientá-lo (...) na direção de uma maior justiça social.” (04/07/87, ênfases nossas)

A passagem acima mostra, portanto, a crítica ao mesmo tempo à esquerda e aos ultra ou neoliberais, o que faz com que a *FSP* mova-se num terreno ideologicamente minado. Afinal, defende a retirada do Estado da economia sem se assumir ultraliberal – numa era ultraliberal – e, por outro lado, defende a consecução de políticas sociais sem perfilhar-se à esquerda. Tal posição não é facilmente compreendida pelos atores sociais e, notadamente, pelos seus próprios leitores, como algumas vezes o próprio jornal reconheceu, como veremos mais adiante.

Nesse contexto, as propostas de proteção generalizada ao capital nacional são criticadas pelo jornal – que, como vimos, as aceita apenas para certos setores e desde que por via tarifária –, pois acredita que as empresas nacionais precisam ser competitivas e mais autônomas perante o Estado. Quanto ao empresariado nacional,

acredita que o mesmo acostumou-se a décadas de proteção estatal, eximindo-se de assumir um papel ativo e de liderança no desenvolvimento. Por isso, aplaude ostensivamente o artigo do presidente da Fiesp, Mário Amato, publicado no jornal, condenando o Estado por tornar o país incontrolável devido à sua atuação na economia, encontrando-se eivado de interesses privados, de incompetência e de inoperância. Para a *FSP* esta é uma iniciativa fundamental do empresariado, pois:

“É conhecida a lamentável colaboração que o setor público tem prestado ao agravamento da situação econômica brasileira, (...) impedindo, enfim, que a livre concorrência assumira o papel que dela se espera em um regime de mercado.

“Não é menos verdade que setores significativos da iniciativa privada, habituados à sombra providencial do Estado, têm sido muitas vezes complacentes com esta histórica perversão do capitalismo brasileiro. (...) [o] empresário Mario Amato (...) contrariando um comportamento convencional, proferiu publicamente suas críticas às distorções econômicas, éticas e sociais geradas pela atuação do poder público. Trata-se de um inequívoco avanço no sentido da modernização das mentalidades empresariais (...)” (31/12/87, ênfases nossas)

A *FSP* requer, portanto, que os capitalistas nacionais corram riscos no mercado, autonomizando-se perante o Estado. Por isso, a referida “modernização das mentalidades empresariais” implica *luta ideológica*, luta esta que o jornal passa progressivamente a se dedicar através de suas críticas e da formulação de imagens e representações. Mais ainda, acredita que os nacionalistas estariam completamente equivocados em privilegiar demasiadamente a empresa nacional – diferenciando-a da estrangeira –, como queria a bancada à esquerda na Constituinte, na medida em que contribuiriam para a ineficiência, a acomodação e o paternalismo, sem qualquer ganho substantivo para o país, especialmente num momento de redefinição do capitalismo internacional. Para a *FSP*, as **empresas brasileiras**:

“(...) segundo a anacrônica mitologia nacionalista, atenderiam com mais intensidade e fidelidade os interesses sociais do país – o que, evidentemente, resta provar.

“A internacionalização do capital, mais do que uma tendência da expansão econômica, é hoje uma realidade evidente, reconhecida até mesmo por países socialistas anteriormente ‘fechados’. A dinâmica desta realidade não oferece qualquer garantia à idéia de que os detentores do controle acionário de empresas mantenham laços de fidelidade com seus países de origem ou de infidelidade com as economias onde atuam – especialmente quando se leva em conta a lógica da rentabilidade dos investimentos.” (27/10/87)

O jornal expõe suas posições antinacionalistas com vigor, antecipando-se, de certa forma, àquilo que alguns anos mais tarde fora (e ainda o é) denominado globalização. Em outras palavras, não acredita haver vantagem no fato do capital ser nacional; ao contrário, continua a requerer a presença do capital estrangeiro, tendo em vista que a estrutura produtiva e financeira do modelo de acumulação do capitalismo seria substancialmente diferente do que era até há pouco. A *FSP* demonstra, com esta posição, estar atenta e de certa forma vinculada às transformações mundiais, moldando seus argumentos também em função destas sinalizações – ou mesmo, alternativamente, em razão de possíveis “alianças empresariais” com capitais internacionais. Além disso, demonstra uma vez mais não seguir um linha ideológica rígida, como aparentemente o faz seu principal concorrente, o jornal *O Estado de S. Paulo* (que veremos mais adiante).

Há que se ressaltar, por outro lado, que a existência de interesses nacionais e mesmo a necessidade de proteção a certos setores econômicos nacionais (estes, como já havíamos comentado) continuam, contudo, presentes no discurso do jornal. Mas é em nome do *pragmatismo, das tendências internacionais, da saturação do modelo estatal* – com sua alegada ineficiência, corrupção e irracionalidade – e da

modernização que a *FSP* combate renitentemente a intervenção estatal na economia, além de sua híper-regulamentação. Afinal, para o jornal: “A modernização do Brasil está, portanto, inviabilizada por uma interferência estatal exagerada.” (28/10/87)

Por fim, é interessante notar a concepção do jornal em relação à democracia, pois vinculada ao mercado. Pode-se verificar isso quando das comemorações dos 70 anos da revolução russa, especialmente num momento, como em 1987, em que se debatia no mundo inteiro as reformas de Gorbachev na União Soviética, que implicaram aberturas ao mercado e uma certa democratização política – o jornal considerou tratar-se da adoção de certos princípios liberais. A aplicação destes princípios seria inevitável caso aquele país quisesse se modernizar; além do mais, as reformas estariam sendo ditadas pelo pragmatismo (travestido de liberalismo). Especificamente quanto ao conceito de democracia, expresso nesse contexto de crise e reformulação do socialismo, *a FSP vincula mercado como pressuposto à democracia*. Apesar dos percalços promovidos por uma economia de mercado, esta ainda seria o sustentáculo para a liberdade, pois:

“Nada mais criticável (...) do que considerar a liberdade de mercado e a democracia como um simples luxo ou como conseqüência de um humanismo sentimental, mesclado de oportunismo e cálculo. (...) *os aparentes caprichos do mercado, antes do que perturbações indesejáveis para os fins do progresso e da eficiência econômica, são uma condição essencial para sua viabilidade.*” (31/10/87, ênfases nossas)

Observamos, portanto, em 1987, que o jornal prossegue vigorosamente em seu afastamento em relação ao nacional-desenvolvimentismo (keynesiano), ao mesmo tempo que também não perfilha-se nem ao ultraliberalismo (ao menos não de forma integral) nem às teses da esquerda. Seria, talvez, uma espécie de social – tendo em vista sua preocupação, e propostas, que levassem à justiça social – *liberalismo*, devido à ênfase, deste, no papel empreendedor do mercado. É importante ressaltar que a adesão a certos pontos da agenda ultraliberal em curso durante a década de 80

jamais é admitida como tal, e sim, reitere-se, como *pragmatismo* que levaria à *modernização*. Mais que isso, a crítica aberta ao ultraliberalismo, notadamente a seus adeptos no Brasil, demonstra que o jornal não quer ser visto como conservador ou mesmo (neo)liberal. Procura incansavelmente postar-se ao que o discurso político identificaria como “centro”, com uma leve inclinação à esquerda, em função de seu discurso social. Afinal, particularmente a partir de 1984 o país demandou por democratização (em sentido amplo) e a *FSP* de certa forma procurou sintetizar tal demanda, a começar por sua decisiva atuação na campanha das “Diretas-Já” – isso fez com que se aproximasse de diversos grupos sociais da chamada “sociedade civil”, tendo, inclusive, o próprio jornal se auto-inserido nesta definição.

Em 1988, assim como em 1987, porém com maior ênfase devido à finalização do processo constituinte, a agenda política fora dominada pelos temas que conformariam a nova Constituição, notadamente aqueles referentes à ordem econômica. Como não poderia deixar de ser, a *FSP* procurou mobilizar a chamada *opinião pública* em torno de vários pontos que considerava fundamentais.

Além do envolvimento com a controvertida ordem econômica, que continuaremos a ver mais adiante, o jornal continuou a se posicionar perante os sucessivos planos de estabilização iniciados com o Plano Cruzado. É possível extrair de seus posicionamentos em relação aos mesmos alguns elementos importantes que nos auxiliem à compreensão da visão do jornal tanto sobre o liberalismo como no que tange à transição de agendas. Nesse sentido, o *tabelamento de preços* representa um notável exemplo; a maneira como o jornal o considera permitir-nos-á certas conclusões. Assim, por mais que tenha criticado os constantes tabelamentos e congelamentos de preços devido aos sucessivos fracassos – sendo o Plano Cruzado seu maior exemplo –, com o argumento de que tais práticas impediriam a existência de uma verdadeira economia de mercado, apóia o controle de preços (tabelamento) dos setores oligopolizados da economia, pois:

“Não há como evitar que os setores oligopolizados continuem sob estrita vigilância das autoridades econômicas, pois suas condições de mercado não opõem resistências significativas a práticas abusivas na determinação de preços. Nestes casos, o controle deve perdurar, e seu afrouxamento somente deverá ocorrer quando houver garantias da presença de maior competitividade.” (27/01/88)

Nos demais casos, isto é, nos setores considerados competitivos, o jornal afirma ser inaceitável a intervenção estatal nos preços; nestes setores, a *FSP* julga, contudo, ser possível tabelá-los apenas e tão-somente em momentos excepcionais, como paliativo, pois uma economia de mercado necessitaria de liberdade para produzir. O mais importante nesta questão, entretanto, diz respeito: a) *ao caráter não principista (ou doutrinário) com que o jornal trata o controle de preços*, demonstrando não perfilhar-se ideologicamente ao liberalismo enquanto modelo a ser seguido; b) à não adesão à agenda ultraliberal, que recomenda a liberalização do mercado, *particularmente quanto a este tópico*. Este aspecto não deve, por sua vez, obnubilar a oposição do jornal no que tange à intervenção do Estado no mercado, especialmente no que diz respeito aos preços, pois, para a *FSP*, deveriam variar de acordo com a oferta e a demanda, apenas.

Além disso – e ainda antes de aprofundarmos as controvérsias constituintes, iniciadas em 1986 –, há que se notar que a *estratégia* de comparar o modelo de desenvolvimento brasileiro com o de outros (diferentes) países *acentua-se em 1987*. Tal comparação invariavelmente conflui para a crítica da, considerada: excessiva participação do Estado na economia, do desmedido intervencionismo e da demasiada regulamentação. Em outras palavras, a *FSP* quer demonstrar que os mais diversos países faziam reformas liberalizantes/desestatizantes, *estando o Brasil cada dia mais atrasado* mesmo em relação a países socialistas como a China. A comparação das reformas efetivadas neste país com o Brasil foi, aliás, objeto de um longo editorial intitulado justamente “Da China ao Brasil”. Para a *FSP*:

“A década de 80 pode ostentar, como um de seus acontecimentos mais expressivos, a reformulação profunda de toda uma visão do desenvolvimento histórico, de toda uma série de dogmas e doutrinas que, há mais de um século, eram mais ou menos admitidos por largos contingentes de opinião. Tanto a ‘glasnost’ de Gorbatchev como a renovação econômica da China vão traduzindo, com alguns meneios e reverências ideológicas, a profunda incapacidade de se obter mais eficiência e crescimento econômico a partir de uma organização estatal centralizada, de um planejamento irracional e autoritário.

“Enquanto isto, o Brasil, até aqui considerado uma das potências emergentes, um dos países mais dinâmicos desta segunda metade do século, vai conhecendo, num quadro de estagnação que se prolonga por toda a década, os resultados do predomínio de preconceitos ideológicos anacrônicos – aqueles mesmo que os países socialistas se encarregam de superar –, de uma ausência lamentável de estratégias de longo prazo e de uma incapacidade crônica de resolver os desequilíbrios de seu desenvolvimento.” (14/04/88, ênfases nossas)

É interessante notar que o jornal faz uma crítica generalizante ao papel do Estado – seja no socialismo, seja no capitalismo central (como vimos em outras passagens), seja em países como o Brasil (nacional-desenvolvimentistas). *O Estado teria deixado de ser um indutor ao desenvolvimento para tornar-se obstáculo à modernização em geral e tecnológica em particular, ao progresso e à justiça social.* Mais ainda, a passagem acima mostra o balanço que o jornal faz da década de 80 ao considerar positivo o ocaso do socialismo e, conseqüentemente – por mais que negue, com já o afirmamos acima –, a ascensão do ultraliberalismo, *ao menos em alguns de seus aspectos.* Talvez poder-se-ia considerar que a *FSP* simplesmente adere à onda “neo” liberal – apesar das diversas ressalvas que faz – tendo em vista um alegado benefício social resultante das reformas informadas por esta linha de pensamento. Acreditamos, contudo, que seu posicionamento remete a influências

mais complexas – seja como for, a lógica que concede primazia ao privado provém fundamentalmente desta doutrina que, de certa forma, é abarcada pelo jornal, a começar pelos temas e termos da agenda.

Ao nível interno, por outro lado, referente ao papel dos capitalistas brasileiros nesta nova etapa do capitalismo – que seria mais flexível, competitivo e sem a proteção do Estado –, a *FSP* não só manterá sua posição crítica (como já o indicamos) como mostrará que os mesmos estariam fazendo *lobby* no Congresso Constituinte para que a Constituição mantivesse ou criasse novos privilégios ao setor – *estariam, portanto, dissonantes tanto das novas tendências internacionais quanto de seu papel como líderes de um capitalismo competitivo*. Por isso, ao comentar um conjunto de emendas do empresariado com vistas a suprimir o que consideravam absurdo na primeira versão do projeto então aprovado pelos constituintes, dispara ácidas críticas aos capitalistas nacionais. Note-se que tais emendas foram enviadas através do “Movimento de Unidade Empresarial”, criado à época para defender as posições da chamada “livre iniciativa”, o que fez com que o jornal lamentasse ainda mais a ambigüidade dos empresários, pois, para a *FSP*:

“Se as lideranças empresariais acertam ao criticar esses exemplos de nacionalismo desinformado [influenciados pela concepção de que certos setores econômicos seriam essenciais à segurança nacional – FCPF] – assim como o delírio intervencionista de tabelar os juros bancários –, é de lamentar, embora fosse previsível, a ausência de consenso quanto à outro escândalo patente do atual projeto [constitucional]. O documento não propõe que se suprima a anistia às dívidas de pequenos empresários. Aqui, *o corporativismo e o interesse próprio parecem ter falado mais alto do que qualquer compromisso doutrinário. É um triste liberalismo, o daqueles que insistem em privatizar o lucro e socializar os prejuízos; omissões desse tipo são sintomáticas de um atraso ideológico e de um oportunismo que não têm, nos deputados e senadores constituintes, seus únicos representantes.*” (08/07/88, ênfases nossas)

Como se observa, o jornal não poupa o empresariado. As críticas às “omissões” são muitas, sendo a passagem acima apenas uma amostra de sua irritação com o que definiu, sintomaticamente, como um “triste liberalismo”, pois considerado apenas discursivo, sem substância. O que aparentemente demonstra que a *FSP*, ao requerer um liberalismo coerente por parte do empresariado, considere-se a si própria liberal. Não necessariamente ultraliberal – que implica, como vimos, uma radicalidade pró-mercado –, mas sim cada vez mais define-se como possuidora de uma visão de mundo informada por valores provenientes do liberalismo, no que tange particularmente ao papel e função da empresa privada. Este papel parece dizer respeito, como já aludimos, não apenas ao caráter produtivo, em sentido estrito, mas principalmente *político/ideológico*, isto é, ao papel dirigente, além portanto de dominante (este, que intrinsecamente já o seria, em função de estarmos numa sociedade capitalista)²⁹.

Mais interessante ainda é observar que a acidez das críticas, tanto ao empresariado, tido como acostumado à proteção estatal, como em relação a todos aqueles requerentes da intervenção/intermediação do Estado nas relações produtivas e sociais (nacionalistas, esquerda como um todo, sindicalistas, entre outros); enfim, a acidez das críticas aparentemente será informada pelo cabeçal teórico esgrimido por Raimundo Faoro em *Os Donos do Poder*. Ao observarmos o estilo argumentativo, a utilização de certas expressões (correntes naquele livro) e a visão histórica apresentada pelo jornal, a semelhança será evidente, emprestando, inclusive, aos editoriais, um tom acadêmico pouco comum. Este aparente perfilhar ao autor citado parece ser uma estratégia do jornal – ou mesmo uma espécie de

²⁹ Entendemos que o caráter dominante no que tange às classes diz respeito à posse desigual da propriedade e mesmo ao sentido mais estrutural da distribuição do poder político/econômico numa conformação capitalista, em que os donos do capital, queiram ou não, ocupam papel-chave. Já o caráter dirigente implica a obtenção do domínio por um viés eminentemente ideológico, em que se elaboram justificações valorativas (ideológicas), imagens e representações acerca das relações sociais, dando um sentido às mesmas, isto é, dirigindo-as. A perspectiva gramsciana uma vez mais ilumina esta distinção. A respeito do caráter de dominação as reflexões de Charles E. Lindblom – *Politics and Markets*. RJ, Zahar –, e Claus Offe – *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, contribuem para nossa análise.

achado – tendo em vista o crescente ataque que faria às consideradas posturas antiliberais e mesmo anticapitalistas de vastos setores da sociedade brasileira, a começar pelos empresários. Para o jornal, num combativo editorial denominado “Capitalismo sem risco”, o Estado – e em última instância a sociedade como um todo –, através do BNDES, estaria arcando com o prejuízo de empresas que seriam “privatizadas” (como há pouco referido); contudo, a *FSP* remete à história brasileira e mesmo à sua cultura política – patrimonialista ambas, depreende-se – o fato do capitalismo nacional não aceitar os riscos intrínsecos ao seu funcionamento. Diz o jornal que o modelo brasileiro poderia ser compreendido:

“(…) em grande parte, [como] um *capitalismo sem risco*. (...) [espera-se] que o Brasil venha a ter um setor privado digno do nome, em que lucrar seja resultado da eficiência, e na qual ter prejuízo e falir sejam a punição inexorável da incompetência e da falta de espírito empresarial. Um setor privado que, enfim, corra os riscos inerentes ao regime de livre empresa. (...)”

“Trata-se de um *capitalismo parasitário*, que não apenas custa caro para a população como *ainda inibe o surgimento dos verdadeiros empreendedores*, aqueles que aceitam riscos, buscam lucros mas também se acham preparados para arcar com perdas.

“Em um cenário como o atual, não se pode a rigor falar da existência de livre iniciativa. Ao contrário, esta se sente tolhida por um intervencionismo que serve apenas para *privilegiar alguns aventureiros*, em nome de uma alardeada preocupação com os custos sociais inerentes a um processo de falência.

[a radical substituição destas práticas:] “É uma exigência que pode desagradar ao burocrata estatal, sempre atento aos próprios privilégios, a seu prestígio social e às mordomias que arranca de uma população

mergulhada na miséria; que pode prejudicar o incompetentes, os parasitas, os que enriquecem à custa da falência pública.

[O Estado não pode ser] “(...) o pressuroso agenciador de favores aos falidos, o protetor dos empresários amigos do governo, o instrumento impune da violência econômica e da injustiça social.” (26/08/88, ênfases nossas)

A posição do jornal é bastante clara, fazendo questão de associar privilégios demandados por empresários à estrutura burocrática estatal propícia a tais demandas, num ciclo marcado pela usurpação dos bens públicos pelos segmentos privados, isto é, pelo patrimonialismo – o fato da *FSP* não nominar desta forma sua visão do modelo brasileiro, amparado na história, de forma alguma modifica sua aparente vinculação às categorias de Faoro³⁰.

Há muitos aspectos importantes na passagem acima, notadamente naquilo que se refere ao tipo de capitalismo vigente no país – comparado ao que deveria existir. Se os capitalistas são criticados, neste e em vários outros editoriais, seria o Estado o agente maior de crítica, pois, antes de tudo, seu aparato/forma de intervenção é que “inibem a iniciativa privada”, infantilizando-a com sua *proteção paternal*. Mas também seria o Estado o causador de um capitalismo nacional concebido como “atrasado, parasitário, sem risco”, desestimulador dos espíritos empreendedores, como o seria (idealmente) o *empresário schumpeteriano*, pode-se inferir. Por fim, a passagem acima revela a radicalidade da crítica ao Estado, ao creditar ao mesmo

³⁰ Para Faoro, historicamente no Brasil o “(...) Estado projeta-se, independente e autônomo, sobre as classes sociais e (...) a nação. Estado e nação, governo e povo são realidades diversas, que se desconhecem, e, não raro, se antagonizam. (...) (pág.45). Quanto às empresas, já no século XIX: “A regulação econômica do Estado fez-se sentir, com particular veemência, no comércio e indústria. Praticamente tudo dependia do governo, com autorizações, favores, tarifas protecionistas e concessões; fora da faixa do Tesouro não conseguia medrar a iniciativa particular.” (pág. 211). Por fim, em relação ao liberalismo: “Enquanto nas leis e na doutrina a República fazia praça de seu liberalismo, a calculabilidade racional das empresas tornava-se mera fantasia, com os caudais de papel-moeda que eram atirados no mercado.” (pág. 249). FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. RS, Ed. Globo, 1959.

todos os males do país, inclusive a injustiça social. Neste aspecto, omite ou desconsidera, simplificando, que o Estado é resultante de uma série de relações sociais e, mais ainda, que numa sociedade capitalista a “injustiça social” é, antes de tudo, legatária da maneira como a riqueza é apropriada, cabendo ao Estado uma parte, portanto não exclusiva, nesta questão. Ocorre, contudo, que justamente a *iniciativa privada* – que o jornal tanto quer valorizar – tem um peso central na criação de riqueza e na *repartição da renda*, fato que o discurso do jornal parece não relevar em sua real dimensão. Tudo parece como se o Estado, sobranceiro a tudo e a todos, abrigasse “seus” amigos – independentemente das relações sociais –, favorecendo ou prejudicando a quem quisesse.

Nesta mesma linha, um outro editorial, publicado um pouco antes deste que acabamos de ver, já sinalizava o olhar retrospectivo da história brasileira à luz do patrimonialismo, do estamento burocrático, enfim, do Estado em lugar da sociedade. Este editorial é curiosa e paradoxalmente denominado “A exaustão do Estado” em referência a uma frase de Sarney em discurso na Escola Superior de Guerra, onde prometera atitudes privatistas – a curiosidade e o paradoxo justificam-se tendo em vista as práticas pouco liberais da “Nova República”, como aliás a própria *FSP* incansavelmente apontou. De toda forma, neste editorial o jornal combina passado histórico com mudanças no capitalismo contemporâneo internacional, procurando demonstrar com isso a completa irracionalidade do modelo brasileiro e sua conseqüente necessidade de mudança. Mais ainda, sublinha uma vez mais o fato dos outros países, das mais diversas estirpes, estarem se modernizando, isto é, desestatizando-se (em sentido amplo), o que faria com que o “fosso” entre o restante do mundo e o Brasil aumentasse vigorosamente. É interessante notar que progressivamente o número e a diversidade de países a serem comparados ao Brasil aumentam. Para o jornal:

“(...) se em países mais desenvolvidos o gigantismo estatal é uma realidade preocupante, em sociedades como a brasileira o fenômeno ganha proporções ainda mais dramáticas. *Aqui, o subdesenvolvimento*

aliou-se ao atraso político, de tradição populista e autoritária, para tecer, sob a espessa couraça do setor público, uma monstruosa rede de laços de dependência baseados no favor, no clientelismo, na proteção cartorial, no tráfico de influência e na corrupção. O problema (...) tem origens estruturais, identificáveis no modo como a sociedade se organizou, ‘de cima para baixo’ (...)

“Como nunca, o Estado brasileiro investiu-se, a um só tempo, de funções empresariais, assistencialistas, reguladoras e protetoras. *Criou-se um verdadeiro país à sombra do Estado.* (...) Emergiu, igualmente, deste universo em expansão, uma tecnoburocracia com reivindicações de autonomia face aos mecanismos de controle do Estado pela população. Refratário, a princípio, a qualquer ingerência extra-administrativa, este estamento passou (...) a estabelecer canais os mais enviesados, de intercâmbio com o sistema político.” (15/06/86, ênfases nossas)

Observa-se, portanto, de uma forma ainda mais nítida, a semelhança apontada entre esta maneira de enxergar o passado e o presente da vida brasileira e a perspectiva expressa por Faoro. A visão da tecnocracia (do regime militar) como um “estamento” – conceito utilizado por Faoro à exaustão em *Os Donos do Poder* para outros períodos históricos mais longínquos – é reatualizada pelo jornal ao analisar a história recente do país. Os estamentos representariam uma camada especial, reciclada aos longo dos tempos, mas que teriam como fio condutor o fato de existirem em função do Estado, criando uma rede clientelística ao seu redor, suprimindo a independência e a iniciativa individuais e podendo qualquer possibilidade da sociedade se diversificar, autonomizando-se. Parece que a *FSP* continua o livro de Faoro a partir do momento histórico em que este encerrou sua análise.

Por outro lado, este viés patrimonialista/estamental da sociedade brasileira é combinado com apelos ao *pragmatismo*, ou melhor, a *FSP* continua a apelar para

tanto, rejeitando mudanças abruptas, no melhor estilo, como já comentado em outras ocasiões, dos portadores da “ética da responsabilidade” weberiana (por sinal, como se sabe, R. Faoro assume-se ostensivamente um seguidor de Weber). Esta “ética”, contudo, de forma alguma suprime a possibilidade da *FSP* se posicionar em função de algum grupo social que eventualmente considere-se porta-voz; ao contrário, tal perspectiva a reforça. De toda forma, o jornal parece realmente demonstrar afinidades com a estirpe weberiana de análise. Portanto, o pragmatismo uma vez mais será requerido quando das propostas governamentais de abertura da economia brasileira, notadamente no sentido de uma liberalização de importações. Por isso, para o jornal:

“É certo que mudanças não podem ocorrer indiscriminadamente da noite para o dia. (...) Certamente o governo deve conceder um período para que estes reajustes surtam efeito, estipulando um cronograma razoável, mas não complacente, para a liberalização. Não há, contudo, o menor sentido em perpetuar uma situação de atraso e baixa competitividade. (...) Os que não obtiverem êxito, não merecem ser mantidos às custas dos sacrifício do consumidor e da modernização econômica” (06/06/88)

Mas o pragmatismo dá-se também em função da constatação de que os países de capitalismo central, em especial os EUA, são protecionistas, obrigando o Brasil a ter cautela para abrir sua economia, o que implicaria, portanto, em não aderir ao ultraliberalismo, até porque “(...) os EUA defendem o liberalismo econômico, mas seus gestos, como agora [imposição de sobretaxas aos produtos brasileiros exportados para aquele país – FCPF], freqüentemente apontam na direção inversa.” (07/08/88) Logo, para a *FSP*, entre o discurso (ultra)liberal e a prática há, muitas vezes, um fosso. Uma vez mais observa-se, portanto, o papel mediador do jornal, buscando mover-se em campos ideológicos minados, o que lhe exige grande capacidade para defender suas posições (assim como, possivelmente, de certos segmentos sociais que julgue importante).

Ainda no que tange ao *pragmatismo* e à adoção de *cautelas* com vistas à reversão do modelo de desenvolvimento do país, o jornal se opõe à possibilidade de substituir-se monopólios empresariais públicos por privados. Afinal, demanda por um *capitalismo competitivo*, sem o domínio de grupos mono ou oligopolísticos – independentemente da propriedade do capital. Por isso, ao criticar os defensores da exclusividade (monopólio) estatal em diversos setores econômicos na Constituinte, afirma que:

“Desde que se criem mecanismos para impedir a formação de monopólio privado no setor – o que seria ainda mais grave do que a presença do Estado – a restrição [isto é, a exclusividade estatal – FCPF] deve ser abolida, cabendo à legislação ordinária regulamentar as formas de participação [acionária].” (09/02/98)

Apesar da solicitação por cautela e pragmatismo o discurso da *FSP* continua o mesmo no que diz respeito à necessidade de reorientar as funções estatais, assim como seguir as *tendências internacionais*. Outros argumentos, contudo, serão adicionados com vistas a convencer tanto a chamada opinião pública como os decisores (particularmente) do Congresso Constituinte. Nesse sentido, ao historiar as iniciativas pró-privatização no Brasil o jornal articula argumentos antigos e novos, pois:

“Num primeiro momento, a intenção de diminuir a presença do Estado na economia achava-se vinculada às tentativas de desburocratização da máquina administrativa (...) Mais recentemente, com a *tendência* de atenuação da participação estatal no setor produtivo, levada a cabo em vários países da Europa, também o Brasil passou a preparar planos para transferir para a iniciativa privada um número significativo de empresas, principalmente aquelas que passaram ao controle governamental através de processos de salvamento executados pelo BNDES. (...) [mas] apenas um pequeno número de empresas foi efetivamente transferido. (...) e,

mesmo assim, mediante a concessão de financiamentos oficiais para os compradores.

“Dentro de um contexto em que é necessário ajustar a economia brasileira a condições de estabilidade de preços e de equilíbrio orçamentário do setor público, a idéia de privatização assume um papel primordial.” (28/12/88, ênfases nossas)

Como dissemos, a passagem acima demonstra que os argumentos ligados à tendências internacionais (pró-desestatização), que deveriam ser seguidas, permanecem no discurso do jornal, e uma vez mais sem qualquer alusão ao fato dela representar a hegemonia ultraliberal. Aqui, permanece a idéia – expressa em outros editoriais – de que a privatização deveria ocorrer em função de “imperativos práticos”, jamais ideológicos. Igualmente, o fato do Estado, através do BNDES, ter financiado as empresas privatizadas é criticada por implicar privilégios. Mais importante, porém, diz respeito à nova consideração de que a privatização significaria “estabilidade nos preços e equilíbrio orçamentário” – em outras palavras, as estatais seriam a causa da instabilidade dos preços, da inflação, do desequilíbrio no orçamento, da crise fiscal... Note-se que, no limite, o Estado, através de suas empresas, seria o grande vilão dos males da economia brasileira, sendo a privatização sua panacéia. Aqui o discurso radicaliza-se, ao menos ao nível do argumento. Mas mesmo antes do editorial acima – que faz uma espécie de balanço do ano –, os argumentos antiestatais avolumar-se-iam em 1988, tendo em vista a *concepção tragicamente negativa* que o papel empresarial do Estado irá adquirir no discurso do jornal, para quem estas empresas:

“(...) não enfrentam as injunções do mercado, não demitem nos momentos desfavoráveis da conjuntura, não diminuem gastos de custeio ou privilégios funcionais, não têm necessidade de se afirmar como empreendimento competitivo e se prestam a todo tipo de favores clientelistas”. (26/04/88).

Note-se que a *FSP* passa a enxergar as empresas públicas como se fossem privadas, pois adota a lógica e mecanismos destas últimas para avaliá-las, o que distorce completamente qualquer avaliação realista, realismo este tão apregoadado para se reformar o Estado. Trata-se, portanto, de uma *estratégia ideológica*, resultante de sua progressiva radicalização discursiva.

Por outro lado, em 1988 particularmente um tema se sobressaiu na agenda política em função dos trabalhos constituintes: trata-se, como aludimos, das disputas, iniciadas antes e aguçadas agora, acerca dos termos do novo capítulo constitucional dedicado à “ordem econômica”. Para a *FSP*, haveria setores atrasados (os nacionalistas e a esquerda), que não teriam se apercebido das transformações do capitalismo, daí sua ojeriza ao capital estrangeiro. Por isso, o país ainda viveria:

“(...) o dilema de optar entre um ‘desenvolvimento nacional-popular’ ou escolher os caminhos da abertura e da modernização. (...)”

“Não se trata, evidentemente, de desconsiderar a existência de uma dimensão nacional; não se trata também de abandonar qualquer cautela quanto à destinação e circulação dos capitais externos que venham a ser investidos no país. Mas há uma enorme diferença entre fixar normas mínimas para a operação dos investidores estrangeiros e levantar impecilhos a que o Brasil tome parte da internacionalização econômica do mundo contemporâneo. (...) O que está em jogo é uma decisão fundamental: se o país escolherá o sentido dinâmico da modernização ou se, ao contrário, será engessado pela inércia de um nacionalismo anacrônico e ineficiente.” (26/04/88)

O recorrente tema da *modernização* reaparece aqui uma vez mais como forma de condenar os opositores do jornal, considerados “atrasados”, “extemporâneos”, “anacrônicos”. Mesmo com as cautelas de sempre, o jornal apóia decisivamente a abertura da economia brasileira e irá criticar inclusive o Centrão – agrupamento

liberal/conservador no Congresso Constituinte, opositor das teses em geral da esquerda e dos nacionalistas – por convergir com a esquerda quanto à proteção da empresa nacional através da definição constitucional da mesma. Neste aspecto, é interessante observar: a) uma vez mais, a dificuldade com que a *FSP* se posiciona perante as forças no Congresso Constituinte, transitando num “campo próprio”, aparentemente sem vinculações orgânicas; e b) a maneira como invoca e se refere à opinião pública – tema constante em se tratando de projetos de desenvolvimento para o país. Vejamos como este último tema aparece no que tange à referida definição de empresa nacional, objeto de convergência entre o Centrão e os setores à esquerda (através, esta, da Comissão de Sistematização na Constituinte). Para a *FSP*, este episódio:

“Surge como uma homenagem ideológica a *um dos mais persistentes equívocos de setores certamente ponderáveis da opinião pública*: o de julgar que, num país sem suficiente capital próprio, o caminho da soberania nacional e do bem-estar da população passa pela criação de uma série de normas e privilégios que distorcem o sistema de mercado (...)

“Resultado de um amplo acordo [no Congresso Constituinte], tais decisões não deixam de refletir, aliás, uma *tendência arraigada em muitos setores da opinião pública*. (28/04/88, ênfases nossas)

A passagem acima é significativa não só pelo seu conteúdo, como já apontávamos, mas também e, principalmente aqui, pelo tema da *formação do consenso*, pois, afinal, a *FSP* constata que amplas parcelas da chamada opinião pública não comungam a visão do jornal quanto ao capital nacional; ou, inversamente, a *FSP* discorda e se distancia de amplos setores da chamada opinião pública. É interessante notar que o jornal não só mantém seu discurso como progressivamente (ênfatize-se) o torna mais agressivo, *apesar* da opinião pública em boa medida discordar da *FSP*. A hipótese que sugerimos para compreender este problema da aparente dessintonia

entre a *FSP* como *aparelho privado de hegemonia* e sua “base” é que o jornal, notadamente num momento de transição tão complexo como este, pressentiu que a luta ideológica seria demorada. Em outras palavras, que décadas de nacional-desenvolvimentismo e de autoritarismo necessitariam de um longo período para que uma opinião majoritária pudesse se alinhar às teses “liberais” (esta expressão deve ser tomada neste momento de forma necessariamente ampla). Tratar-se-ia, portanto, uma vez mais e de forma clara, de uma verdadeira *guerra de trincheiras ideológicas* – daí a importância conferida pela *FSP* a expressões como “sociedade civil” e “cultura política”, entre outras. Tal *guerra* implicaria, ao que parece, uma contínua tentativa de “despertar as consciências” de seus leitores – potenciais retransmissores de opinião em função de sua posição social, aliás diligente e sistematicamente captada por pesquisas sócio/econômicas e de opinião realizadas pelo próprio jornal.

Voltando à convergência Centrão/esquerda, é interessante notar que a *FSP* chama-os respectivamente de “falsos liberais e falsos progressistas”, na medida em que estariam aumentando o fosso entre os países desenvolvidos e o Brasil, além de prejudicar a redistribuição de renda, pois manteriam o Estado atuante em áreas inapropriadas.

Um outro tema que confluiria para a necessidade da reversão do modelo brasileiro diz respeito à chamada “crise fiscal”, isto é, a incapacidade do setor público em obter poupança e, conseqüentemente, promover investimentos. Para a *FSP*: “O Estado não consegue mais gerar recursos para manter suas atividades na área produtiva ou na área social. (...) Frente a este impasse, coloca-se como alternativa de política econômica o avanço do processo de privatização de certas atividades estatais.” (29/08/88). O jornal, como se vê, abre um amplo leque de argumentos, opiniões, imagens, símbolos e representações para provar que o Estado exauriu a economia e faliu a sociedade.

Prega, portanto, reformas orientadas pelo liberalismo, liberalismo que não encontraria, contudo, adeptos sérios no Brasil. É o que se depreende das críticas ao

empresariado (já vistas) e, agora, fins de 1988, com o prenúncio da campanha eleitoral de 1989, às primeiras candidaturas presidenciais, como veremos. Para a *FSP*, portanto, os que falariam em nome do liberalismo seriam conservadores, desprezando a *questão social* como um elemento central à moderna prática liberal que o jornal procura demonstrar-se identificado. Afinal, o **liberalismo brasileiro**, descortinado na Constituinte, seria:

“(...) incapaz de angariar apoio popular a suas teses, pelo simples fato de que, ao excluir mais que incluir, ao estruturar-se sobre a pobreza, o sofrimento e a desesperança de milhões, o capitalismo brasileiro – não por acaso adjetivado de ‘selvagem’ – *é visto com justificada desconfiança. Decorre daí a anemia política de um ‘centro’ impotente para ir além da declaração de intenções e da convocação abstrata à negação de seu oposto*” (06/12/88, ênfases nossas)

A passagem acima impressiona pela acidez com que critica os liberais, genericamente chamados de “centro”, e reforça duas conclusões: a) o perfilhar da *FSP* a um certo tipo de liberalismo, que privilegia o mercado na arena econômica mas faz com que o Estado atue socialmente; e b) a tentativa de *dirigir* um possível movimento liberal/modernizante – a rigor esboçado pelo “Centrão, mas, como dissemos, distante das posições do jornal em vários aspectos importantes –, o que fez com que a *FSP* aparentemente tivesse que aprofundar ainda mais sua “ética da responsabilidade”, pois, afinal, não possuía forças suficientes para persuadir com seu “projeto modernizador” (que, aliás, fora constantemente proclamado vigente no interior do próprio jornal).

Por fim, um primoroso editorial em fins de 1988 delinea definitivamente a questão da agenda/pensamento liberal à luz, contudo, das premissas ideológicas da esquerda. Com o sugestivo título “A esquerda em busca do moderno”, o jornal, em estilo eminentemente acadêmico, afirma que o liberalismo teria ressurgido em função da

incapacidade do pensamento à esquerda se modernizar. Fazendo uma espécie de jogo de espelhos, a *FSP* diz que:

“O avanço de uma perspectiva neoliberal não é, por certo, um fenômeno que se restrinja ao ambiente brasileiro. Ao contrário, corresponde à crise do ‘Welfare State’ na maioria dos países desenvolvidos, às exigências de eficiência impostas pela reorganização do mercado mundial (...) e, sem dúvida, às tentativas de revitalizar os mecanismos de mercado em países como a União Soviética e a China.

“No Brasil, as propostas neoliberais conheceram, todavia, um destino peculiar. (...) O regime autoritário instaurado em 64 percorreu trajetória curiosa. Iniciou-se sob a égide de propostas econômicas liberais (...) [no entanto] O feroz desenvolvimentismo do governo Médici e, posteriormente, a política estatizante e substituidora de importações levada a cabo pelo presidente Geisel fizeram com que, curiosamente, os setores conservadores aderissem a um tipo de política econômica que, a rigor, contradizia alguns de seus princípios essenciais (...) Atualmente (...) O neoliberalismo purificou-se (...) das injunções políticas a que se submetera durante décadas, para firmar-se agora com especial elegância teórica. Na verdade, o liberalismo coexiste pacificamente com aquilo que há de mais arcaico e tradicional na vida política brasileira: o uso do poder de Estado como simples instrumento para favorecer alguns grupos (...) [Por outro lado] Dividindo-se entre as inviabilidades de um nacional-populismo ultrapassado e a mística de um basismo (...) *a esquerda deixou que as questões da modernização, da reforma do setor público e do desenvolvimento econômico (...) fossem monopolizadas pelo liberalismo.* O que segue, sem dúvida, uma tendência presente em outras partes do mundo (...) Uma dupla exigência se coloca, portanto, no debate brasileiro. Assim como o *liberalismo precisa responder às questões que o ‘Welfare State’ soube, a seu modo, equacionar,* (...) a esquerda terá de reagir aos

desafios de um país que não pode recuar em seu processo de desenvolvimento – sob pena de tornar-se, ela própria, instrumento da barbárie.” (04/12/88, ênfases nossas)

Esta extensa passagem é, como dissemos, primorosa, pois representa uma detalhada e clara análise do ressurgimento do liberalismo, no mundo e no Brasil. É curioso, no entanto, que credite à esquerda as razões para tal feito liberal. Afinal, houve uma série de fatores estruturais e conjunturais que minaram o modelo keynesiano então vigente, sendo um deles a própria *guerra de guerrilha ideológica* capitaneada pelos ultraliberais. Portanto, creditar exclusivamente às idéias/movimento à esquerda a hegemonia ultraliberal é, no mínimo, uma brutal simplificação. Mas o que nos importa aqui é situar esta análise da *FSP*, pois confluenta com seu progressivamente radicalizado discurso até aqui de que o Estado seria o grande obstáculo à “modernização” capitalista. Por sua vez, nunca é demais ressaltar, é fundamental notar que o jornal continua não aderindo – *ao menos aparentemente* – aos pressupostos ultraliberais como um todo, pois é crítico quanto à *vinculação dos mesmos aos setores conservadores, especialmente no Brasil*, o que por si só já representa um outro argumento. Igualmente, observa-se a permanência do discurso social em seus editoriais, como já o demonstramos em outras oportunidades, o que parece ser referendado agora quando afirma que o liberalismo *precisa* responder a questões que a social democracia keynesiana o fez. Mas não deixa de ser sintomático, enfatize-se, compreender o liberalismo à luz da esquerda, numa espécie de crítica ideológica indireta a esta. Compreenderemos com mais acuidade esta perspectiva do jornal ao analisarmos seus posicionamentos em 1989, o que faremos a partir de agora.

Em razão da campanha eleitoral para a presidência da República – fundamental tanto no que tange à redemocratização quanto ao modelo vindouro de desenvolvimento do país –, em 1989 a *FSP* dedicou extensos espaços à análise dos candidatos presidenciais, especialmente em função de seus projetos de desenvolvimento. O tema da – necessidade – de reversão do modelo nacional-

desenvolvimentista continuaria mais do que nunca na pauta do jornal, o que fez com que cobrasse dos candidatos um posicionamento claro perante tal reversão. Mais ainda, é neste momento eleitoral que o jornal expõe, alardeando-o, seu projeto editorial auto-requerido apartidário e moderno. Em outras palavras, por mais que novos argumentos tenham sido, como veremos, esgrimidos no sentido pró-desestatização do país/atuação do Estado apenas em áreas sociais/abertura/internacionalização da economia brasileira, a essência do discurso continuou aparentemente a mesma, apenas mais radicalizado. A campanha eleitoral aguçaria, contudo, os ânimos, inclusive da suposta neutralidade da *FSP*.

Antes de averiguarmos essas questões, outras posições referentes a determinados aspectos, tais como: a) a elaboração de um código de defesa do consumidor; b) o controle dos meios de comunicação pela sociedade; e c) a demanda da comunidade científica para que houvesse um ministério específico para a área, entre outros, cada vez mais desnudam a *visão de mundo/projeto para o país da FSP*. Quanto ao primeiro (código de defesa do consumidor), o jornal propugna uma suposta autonomia da sociedade perante o Estado, por intermédio de uma visão particular do que isso signifique, pois: “A defesa do consumidor cabe, antes de mais nada, ao próprio consumidor. O Estado não deve se imiscuir nas transações privadas, exercendo tarefas próprias dos agentes privados.” (13/02/89) A *FSP* esquece-se, contudo, que um tal código existe, por exemplo, nos EUA, desde o início deste século, tendo normatizado e mesmo civilizado as relações entre produtores/vendedores e consumidores. Quanto ao polêmico tema do controle dos meios de comunicação pela sociedade, defendido no caso pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o jornal mostra-se absolutamente contrário, com um argumento tipicamente liberal, pois: “(...) o controle dos meios de comunicação é feito através do mercado: se uma emissora não atende as demandas do público, ela perde sua audiência. As tentativas de impor um controle externo esconde apenas o objetivo de restabelecer a censura (...)” (11/02/89). Importa-nos aqui o argumento, e não a suposta correção ou não do que se defende – e o argumento mostra-se ao mesmo tempo *oportunist*a, pelo fato de envolver a própria imprensa escrita, e

liberal, por delegar ao mercado, supostamente democratizador e fidedigno das opiniões, os limites da imprensa. Desconsidera-se, portanto, o poder dos meios de comunicação de manipular informações, imagens...e mesmo de “criar necessidades”. Por fim, o terceiro exemplo (demanda pela criação de um ministério para a área de Ciência e Tecnologia) é visto pelo jornal como dependência da sociedade perante o Estado, e seria revelador: “(...) do cartorialismo crônico, do desvio burocrático, da incompreensão básica do papel do Estado que domina a sociedade brasileira. (...) A recriação do Ministério da Ciência e Tecnologia (...) afronta ainda a necessidade de cortes reais nos gastos públicos (...)” (20/03/89). A *FSP* fala em recriação por causa da supressão deste e de outros ministérios e empresas estatais pelo Plano Verão, mas que posteriormente fora vetado pelo Congresso. O jornal propôs uma fundação autônoma, sob supervisão do Estado, para cuidar da área em foco.

O sentido que se observa nestes três exemplos – bastante heterogêneos – é um só: mercado (capital e consumidores) e sociedade civil devem autonomizar-se em relação ao Estado, visto fundamentalmente como autoritário. Para tanto, a *FSP* radicaliza seus argumentos e sua retórica. De toda forma, sua visão de mundo aparece mais fortemente, na medida em que o *universo privado torna-se paulatinamente preeminente em relação à esfera pública*, o que aproxima-a, aqui, dos ultraliberais.

Por seu turno, o caráter ainda mais radicalizado do discurso pode ser notado tanto por certas posições que adota como por ostentar tal radicalização. O contexto acima citado da tentativa do executivo de extinguir certos ministérios e empresas estatais, em função do Plano Verão, sendo vetado pelo Parlamento, exacerba o ânimo da *FSP*, para quem “(...) o Poder Legislativo se desmoraliza perante a opinião pública” (11/02/89). Mais ainda, mesmo que não surtissem efeitos econômicos relevantes, tendo em vista a dimensão da esfera pública no Brasil – pois as poucas estatais a serem privatizadas assim como os ministérios extinguíveis seriam uma espécie de “grão de areia no deserto” –, para a *FSP*: “(...) a idéia da privatização das estatais exercia uma função simbólica inestimável. Sinalizava para a sociedade brasileira

(...) se haveria ou não determinação política para diminuir gastos, combater a ineficiência e estancar o desperdício.” (15/02/89, ênfases nossas). Como se observa, por mais que não resolvesse absolutamente nada em termos econômicos, privatizar e extinguir ministérios seria importante por razões simbólicas (ou ideológicas?), emitindo, o Estado, um sinal privatizante. Trata-se claramente de uma exacerbação até então inédita. Por fim, para o jornal a sociedade deveria exigir que o Congresso referendasse as privatizações, pois: “Trata-se de redobrar esforços – *num movimento implacável e intransigente por parte de toda a sociedade* – no sentido de que, contra as pressões de uma fisiologia devastadora e criminosa, este espírito [modernizador, através da privatização – FCPF] finalmente prevaleça.” (16/02/89, ênfases nossas). Como se vê, o jornal assume a *intransigência e a implacabilidade*, aparentemente distanciando-se da “ética da responsabilidade” – que implica uma certa moderação – até então vigente; isso ocorre naqueles tópicos altamente irritáveis ao jornal, como é o caso da demora ou mesmo inércia para se proceder à privatização. Aparentemente passa a adotar a “ética da convicção”, ao menos em certas ocasiões.

Apesar desses momentos mais ríspidos, como os vistos acima, a defesa de um capitalismo redistribuidor de renda continua como uma marca no discurso da *FSP*; em verdade, este argumento se fortalece. O jornal, aliás, tenta por todos os meios mostrar que há formas e formas de se privatizar, isto é, poderia haver uma entrega sem controles das empresas estatais ao setor privado ou uma espécie de “capitalismo popular” (o jornal não usa esta expressão, cunhada por Thatcher, mas o sentido de suas propostas caminha nesta direção), em que as ações destas empresas seriam vendidas aos trabalhadores, entre inúmeros outros instrumentos considerados modernizantes e democratizadores. Para a *FSP*:

“Não há motivos, assim, para encarar o tema da privatização sob uma ótica preconceituosa e envelhecida. Podem-se encontrar fórmulas capazes de torná-la, não só um mecanismo indispensável de agilização do Estado brasileiro, mas também um instrumento de nítido interesse social, que

contribuísse para a construção de um capitalismo mais solidário e avançado no país (...)

“Trata-se de recuperar o papel social do Estado, e expulsá-lo de todos os setores onde a iniciativa privada possa substituí-lo com vantagem.”
(19/02/89)

Como dissemos, mesmo a maior radicalidade pró-privatização não substituiu o discurso social, enfatizador de um Estado atuante somente nas áreas típicas de um *Welfare State*. Em outras palavras, até este momento não podemos afirmar que a *FSP* tenha abraçado a causa ultraliberal, tendo em vista que esta implica uma espécie de “reprivatização” da questão social ao enxergar o homem através de um certo “darwinismo social”. Dessa forma, o tema que o jornal elegeu como central na agenda do governo Sarney, particularmente a partir de sua segunda metade, fora o da reversão do papel do Estado, que deveria, portanto, ser profundamente reformado. Para a *FSP*, que continua a esgrimir outros argumentos nesta direção, como veremos, faltaria ao país um “Projeto” que delimitasse claramente as funções do Estado, da sociedade (em sentido amplo) e dos capitais privados (nacionais e estrangeiros). Por isso, num editorial afirmador justamente desta ausência de um projeto nacional, o jornal diz que:

“Qualquer que seja a tendência ideológica que se queira esposar, parece incontornável, por exemplo, um debate mais profundo a respeito dos objetivos e do perfil do Estado brasileiro. A crise do atual modelo de intervenção governamental sobre a economia manifesta-se com clareza, à medida que se esgotou o potencial investidor do poder público, o papel de incentivador do desenvolvimento econômico que este teve a partir de 1930.

“Trata-se de encontrar uma resposta para este problema (...)

“(...) outro dos temas (...) [qual] o lugar que caberia ao Brasil numa redivisão ampla do mercado internacional. Que setores estimular (...) em quais inovações tecnológicas concentrar esforços, são questões a necessitar de uma resposta urgente.” (25/02/89)

A *FSP* propõe um debate acerca do modelo brasileiro. Por vezes, como agora, seus argumentos são serenos; em outros momentos, radicalizados e profundamente ideologizados. Seja como for, o jornal propõe em editorial o “desmontar a máquina”, utilizando-se, como já havíamos afirmado anteriormente, mas com maior intensidade ainda, do **recurso estratégico das reportagens especiais** para provar que o Estado estaria falido, conseqüentemente sobrecarregando a sociedade. Enfatize-se que tal recurso desmonta o argumento de apartidarismo e neutralidade que procura esposar, especialmente quando da cobertura das eleições presidenciais, que veremos mais abaixo. Afinal, *tais reportagens possibilitam que os editoriais comentem o que parece ser fato consumado, quando, na verdade, trata-se de uma versão possível, entre inúmeras outras*. No referido editorial afirma-se que:

“Não há como combater eficazmente a inflação no Brasil sem um ajuste fiscal capaz de equacionar os desequilíbrios orçamentários do setor público.

“Enquanto perdurar a insuportável convivência entre o poder público, os políticos e grupos de interesses será impossível dar efetividade às medidas de austeridade, de desregulamentação e de privatização, sem as quais o reequilíbrio orçamentário do setor público jamais será concretizado. O mais grave (...) [desta] inatividade na política de privatização, é que setores básicos da indústria brasileira serão paulatinamente sucateados pela impossibilidade de o governo efetuar os investimentos necessários para a sua modernização.” (07/03/89)

O aspecto mais importante deste argumento diz respeito ao travamento do empresariado nacional por parte do Estado que, além de produzir *déficits*, não possui capacidade de investimento em áreas essenciais à economia e, o que é pior, impede que a iniciativa privada o faça, devido ao grau de intervenção nas relações econômicas, produzindo *desestímulo, incerteza e ineficiência*. Um outro argumento importante dirá respeito à suposta fuga de capitais ao exterior em função do gigantismo e da irracionalidade estatais. Uma vez mais utilizando-se de **reportagem especial**, agora sobre a “fuga de capitais” do país, publicada normalmente um dia anterior ao do editorial que a comenta, diz a *FSP* que: “A manutenção deste modelo [nacional-desenvolvimentista], para o qual convergem o obscurantismo de esquerda e o arcaísmo de direita (...) vai-se tornando entretanto insustentável pela própria força da realidade. O processo de fuga de capitais não é o menor sintoma deste fato.” (18/04/89). É interessante notar que, por mais que ainda houvesse certas mediações a respeito das assimetrias de poder entre o capitalismo central e o periférico – tema, a rigor, bastante enfatizado até 1985 e tornado progressivamente secundário a partir de 1986 –, o jornal sublinha essencialmente o “dever de casa” não feito pelo Brasil, isto é, a desestatização.

Em 1989 a *FSP* já não demonstrava qualquer ânimo com o governo Sarney – a rigor, logo no início da “Nova República” os sinais de descontentamento com a ausência de uma direção ao governo já se tornavam evidentes nos editoriais, como procuramos apontar. Assim, aparentemente só lhe restaria criticar o governo e o modelo de desenvolvimento *com vistas a estabelecer uma nova agenda*. Seu ceticismo aparece claramente ao afirmar que:

“Muito pouco se pode esperar do ‘choque verão’; menos ainda do governo Sarney e da maioria dos parlamentares brasileiros. A sociedade vai pagando o preço de seu atraso político, de sua complacência com a fisiologia, de seus tabus doutrinários, de suas deficiências e desníveis no que tange à sua capacidade organizativa e de acesso à informação.”

“(...) mais e mais se vêem indícios, aliás, da ênfase com que a opinião pública está disposta a apoiar iniciativas de modernização econômica, de combate ao empreguismo e ao desperdício.” (19/04/89, ênfases nossas)

Este editorial mostra-se contraditório, pois ao mesmo tempo em que demonstra um amargo ceticismo – aproximando-se, em seu estilo, das lamúrias de um militante comprometido com sua causa ao vê-la derrotada – afirma que a opinião pública estaria, da mesma forma como a *FSP*, disposta a uma reversão do modelo estatal brasileiro. A primeira parte da citação representa uma verdadeira disjunção em relação à segunda, até porque elenca-se uma série de fatores desestimuladores de qualquer otimismo. O jornal mantém-se inflexível quanto à necessidade de reforma do Estado à luz de premissas liberais na economia – por mais que permanece não se autoproclamando “neo” liberal. Afirma, portanto, que:

“Defender o princípio da livre iniciativa, da competição e da concorrência não significa abandonar um conjunto específico de regras e normas, que visem a corrigir as distorções eventuais que possam ocorrer. Mas significa reduzir a intervenção do Estado ao seu mínimo indispensável (...) Só por uma extrema pressão da opinião pública, por um implacável espírito de cobrança e de inconformismo – inconformismo, em última análise, com o próprio estado de desagregação política e social em que o país se vê mergulhado – será possível superar esse quadro.” (04/04/89, ênfases nossas)

É interessante notar que, pela primeira vez, a *FSP* utiliza a expressão “Estado mínimo” (ou com mínimas funções), mas não a interpreta à guisa do “laissez faire” em razão uma vez mais da atuação social que o Estado deveria ter. Por outro lado, expressões como “extrema pressão”, “implacável” e “inconformismo” demonstram, também uma vez mais, o espírito extremado com que concebe a tarefa de rever o Estado, o modelo de desenvolvimento adotado e a própria maneira de compreender o governo Sarney. Este espírito presidirá a avaliação de toda iniciativa estatal, nos

três níveis de governo, com o argumento de que haveria uma, *aparentemente, intrínseca* “(...) incapacidade do Estado administrar com um mínimo de racionalidade e competência.” (22/05/89). Além disso, apesar dos obstáculos erguidos pela intervenção estatal:

“A estrutura econômica do país é (...) fundamentalmente saudável, mostrando uma enorme capacidade de reação a estímulos favoráveis. Falta, entretanto, uma remodelação do setor governamental (...). Todo este potencial de expansão acha-se comprimido por uma estrutura governamental arcaica, viciada e esgotada.” (18/05/89).

É curioso este argumento, pois se o Estado há muito impediu o florescimento de uma verdadeira iniciativa privada, como cansou de afirmar, torna-se absolutamente paradoxal que esta mesma iniciativa privada tivesse se constituído de forma dinâmica. Trata-se de uma contradição lógica nos argumentos. Devemos, contudo, creditá-la muito mais a razões de estratégia ideológica, que se personificam na retórica cotidiana do jornal, mas que desmentem, enfatize-se, sua imagem de apartidário (em sentido amplo) e neutro. Esta suposta independência também se desnuda pelo fato de 1989 ter sido marcado como o primeiro ano de vigência da nova Constituição e como contexto da campanha presidencial – os últimos dois grandes acontecimentos que culminariam na redemocratização. Isso aparentemente fez com que o jornal procurasse cada vez mais ressaltar sua visão de mundo, pois tratava-se, uma vez mais, de uma guerra de posições ideológicas com vistas a influenciar a nova agenda pós-redemocratização.

Voltando ao conteúdo de suas demandas, o jornal mantém sua posição no que tange ao controle de preços nos setores oligopolizados, como o automobilístico, com o clássico argumento de que os preços devem ser livres apenas nos setores competitivos, que representariam o capitalismo moderno, tão enfaticamente requerido. É interessante notar também que o jornal adota como praxe a

apresentação de propostas a qualquer iniciativa estatal e mesmo empresarial. Numa palavra, a tudo aquilo que implique o modelo de desenvolvimento.

Nesse universo que combina argumentos “sérios” e propostas concretas, de um lado, e imagens fantásticas e fortes expressões ideológicas, de outro – ou, em outros termos, “ética da responsabilidade” com “ética da convicção” –, um aspecto chama-nos a atenção. Trata-se da maneira autoritária com que se refere aos *setores à esquerda no espectro ideológico, na medida em que os desqualifica, isto é, reduz à insignificância, ao preconceito e ao atraso seus (da esquerda) argumentos em prol da atuação do Estado na economia e, conseqüentemente, os propositores destas teses*. Toda vez que comenta idéias, propostas e atores desta estirpe o faz em tom de bazófia, considerando seus adeptos – como já vimos em passagens anteriores, e veremos com mais denodo quando analisarmos sua concepção acerca dos candidatos presidenciais – extemporâneos, anacrônicos sem, portanto, nada a dizer. Por isso, a esquerda – aliás, alvo preferido dentre o espectro ideológico –, ao negar a desestatização (em sentido amplo) seria, em essência, “(...) submissa a preconceitos ideológicos ultrapassados (...)” (09/08/89). Ora, este tipo de consideração, profundamente desqualificadora, como dissemos, é típico do que nos anos 90 tornou-se conhecido como *pensamento único* – aquele que impede o dissenso, impondo-se como única alternativa, de forma supostamente unânime, o diagnóstico e o receituário liberal, em função justamente do fechamento dos canais a outras formas de pensar. Como se vê, a autoproclamada vinculação democrática da *FSP* necessita ser vista com muita cautela, pois há muitos elementos claramente autoritários, especialmente na forma (estratégias de consenso) com que procura veicular suas idéias.

Voltando às posições do jornal perante a agenda liberal, a *FSP* mantém-se contrária aos subsídios, notadamente à agricultura, pois acredita que a produtividade aumentaria com a competição e o esforço próprios do agricultor. Dessa forma, acredita que os subsídios têm “(...) promovido a manutenção de baixos níveis de produtividade; obstaculizado o desenvolvimento tecnológico e (...) [a]

competitividade dos produtos do país; e, além disso, agravado dramaticamente a situação financeira do setor público.” (19/08/89). A mesma posição será adotada quanto aos subsídios regionais (notadamente para o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste), isto é, o jornal será contrário, mas com um argumento adicional: a verba enviada para estas regiões torna-se apropriada por grupos privados, em detrimento dos que realmente necessitariam. Por isso, afirma que:

“Ninguém ignora que uma política de desenvolvimento para as regiões mais pobres do país é prioridade básica em qualquer projeto de modernização. Redistribuir regionalmente a renda exige, entretanto, uma *presença efetiva do Estado nos âmbitos em que sua contribuição é realmente indispensável*, como educação e assistência médica para a população carente.” (05/08/89, ênfases nossas).

Há, portanto, o prosseguimento de uma linha ideológica por parte do jornal que, ao radicalizar suas pressões quanto à retirada do Estado das atividades produtivas também pressiona (talvez sem a mesma radicalidade) por sua atuação essencial nas áreas sociais.

Em meio a essa guerra ideológica em que se revaloriza o **liberalismo**, a discussão acerca do **socialismo** não passaria em branco, ainda mais com as reformas políticas e/ou econômicas, dependendo do caso, na China, União Soviética e na Polônia, entre outros países. A *FSP*, ao comentar tais reformas chega a certas conclusões sobre ambas as doutrinas, pois, para ela:

“*Não há liberdade política onde não há liberdade econômica. Esta antiga máxima do liberalismo parece se despir de conotações ideológicas e encontrar a sua confirmação no terreno dos fatos no processo de democratização da Polônia. (...) a simples possibilidade de que uma economia de mercado possa surgir como superação do socialismo lança*

uma luz mortiça sobre o futuro da URSS e do modelo socialista.”
(27/08/89, ênfases nossas)

Aparentemente a *FSP* parece se gabar dos acontecimentos que paulatinamente fizeram ruir o socialismo e, mais que isso, da suposta vitória do capitalismo – informado e justificado pelo liberalismo, aqui tomado em sentido amplo. Afinal, se a liberdade econômica (de mercado) é condição inerente à liberdade política, o socialismo é tido como uma impossibilidade democrática. Logo, as reformas supostamente liberais levariam à derrocada do socialismo. Tal silogismo é uma vez mais atenuado quando o jornal explicita seu não alinhamento ao ultraliberalismo, por mais que veja com bons olhos a hegemonia de algumas de suas premissas. É claro, também uma vez mais, que é difícil para o jornal “jogar a água fora sem fazer o mesmo com a criança” (à guisa de nosso velho ditado popular), ou seja, não é uma tarefa simples defender alguns pontos do ultraliberalismo – como a supremacia do privado sobre o público, a obstrução causada pelo Estado, entre outras questões – sem se declarar “neo” liberal. Ainda mais num momento em que a adesão, direta e indireta ao mesmo, fora evidente em várias partes do mundo. Por isso, o jornal não se cansa de dizer qual o seu projeto/perfil de reforma do setor público no Brasil. Para ele: “A reversão de um sistema baseado na tutela do Estado sobre a economia pode dar lugar a um modelo liberal clássico ou a um reforço do seu papel de promotor da justiça social.” (29/09/89). Com todas as letras, afirma pretender a segunda opção, com o forte (e reiterado) argumento de que a modernização do capitalismo nacional implicaria a inclusão no mercado consumidor das massas despossuídas.

Por fim, é interessante observar que, para a *FSP*, seria *óbvio* para quem quisesse enxergar que o Estado estaria atuando em áreas que não mais lhe caberiam, tornando-se um peso para o país. Para o jornal: “Esse diagnóstico [seria] inequívoco, para o qual *convergem setores cada vez mais amplos da opinião pública (...)*” (12/09/89, ênfases nossas). O ponto central aqui diz respeito a esta suposta tendência “inequívoca” da opinião pública, pois uma pesquisa realizada pelo próprio

jornal – menos de um mês depois do editorial acima, através do Datafolha – sobre a opinião do brasileiro acerca do Estado mostrou exatamente o contrário. Isto é, as respostas majoritariamente demonstraram haver confiança e satisfação com o papel da esfera estatal. Assim comenta o jornal os resultados da pesquisa num editorial sintomaticamente intitulado “O tabu da privatização”:

“Enquanto que, da Argentina de Menem à URSS de Gorbachev, verifica-se com *crescente ímpeto um processo inequívoco de liberalização econômica*, que não parece recuar diante dos diversos preconceitos que se opõem ao regime de mercado, *a pesquisa de opinião publicada pela Folha demonstra com clareza o vigor de uma mentalidade oposta a essa tendência na maioria da população brasileira*. Que 73% dos entrevistados se manifestam a favor da manutenção do Banco do Brasil nas mãos do Estado, não chega a surpreender – trata-se de questão bastante polêmica (...) Mas que um organismo como a Embratur (...) encontre 52% dos entrevistados contrários à sua privatização (...) é sinal (...) de (...) uma forte inércia ideológica (...) Uma reforma terá de ser feita. O exemplo de diversos países do mundo aponta nessa direção. Resta saber quanto de crise, (...) de miséria, (...) de impasse terá ainda de surgir até que isso ocorra no Brasil.” (22/10/89, ênfases nossas)

A passagem acima é bastante significativa, particularmente no que tange ao tema da obtenção do consenso. Afinal, o pensamento médio dos entrevistados em São Paulo e no Rio de Janeiro – a pesquisa não foi feita apenas com leitores do jornal e sim com o público em geral – destoa profundamente do que defende a *FSP*. O questionário inquiriu os transeuntes com as seguintes 3 perguntas, obtendo as seguintes respostas:

a) “Como você avalia a eficiência dessas empresas?” – trata-se das seguintes empresas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Telesp, Embratur e Rede Ferroviária Federal. Neste tópico, todas as empresas foram consideradas ou

“muito eficientes” ou “um pouco eficiente”. O item “nada eficiente” obteve a minoria de votos;

b) “Essas empresas devem continuar públicas ou serem privatizadas?” As respostas a esta pergunta foram esmagadoramente pró-manutenção das mesmas na esfera pública, sendo que o índice mais baixo alcançou 52%; e

c) “Na sua opinião o que seria melhor para o Brasil”? – as respostas, estimuladas, colocavam como alternativas: “que as empresas particulares dirijam toda a economia” (obteve apenas 14% das respostas), “que o governo dirija apenas serviços básicos” (obteve 24% das respostas) e “que o governo dirija tudo na economia” (obteve o expressivo índice de 43% das respostas).

Estes índices gerais da pesquisa – que fora desdobrada em sexo, idade, renda familiar mensal, escolaridade, região e PEA – mostram portanto uma realidade bastante diferente do que pensara e propugnara o jornal. Mais ainda, mostram que as “tendências inequívocas da opinião pública” – conforme alardeadas pelo jornal – iam, ao menos até 1989, em direção contrária ao que afirmava e requeria a *FSP*.

O problema que se coloca aqui refere-se ao entendimento desta disjuntiva que, aparentemente, deixou o jornal perplexo, sem que, contudo, mudasse sua posição. O fato do jornal ser uma empresa que, como qualquer outra, objetiva o lucro, faz com que jamais possa se afastar demasiadamente de seus leitores. (Reitere-se que a pesquisa não se refere aos seus leitores, e sim ao público em geral de duas capitais; relembre-se que o jornal faz periodicamente uma pesquisa com seus leitores para orientação interna da direção, denominada “Perfil do Leitor”). De toda forma, o importante a ressaltar diz respeito à dessintonia de idéias e imagens, o que faz com que o editorial que as comenta seja bastante cauteloso, diferentemente de seus arroubos radicalizantes que vimos. A *FSP* não se dará por vencida, e continuará procurando modificar esta visão acerca do Estado – a guerra de guerrilhas ideológica mostrar-se-ia ainda mais difícil, portanto.

Por outro lado, é interessante notar que os exemplos internacionais continuam rondando o imaginário do jornal. As reformas no socialismo, em meio a um ambiente ultraliberal, teriam representado o golpe definitivo nas conformações sociais estruturadas em função do Estado. Igualmente, na América Latina vários países teriam enveredado pelo caminho das reformas liberalizantes – apenas o Brasil estaria de fora deste movimento avassalador. Nesse sentido, ao elogiar os ajustes – que jamais denomina de “neo” liberais ou influenciados por agências internacionais, tais como o FMI – que diversos países latino-americanos fizeram em suas economias, o jornal acredita que:

“Enquanto o Brasil adia a tomada de decisões duras, porém necessárias para sua recuperação econômica, outras economias como a da Venezuela, do México, e também do Chile e do Uruguai, conseguem superar suas dificuldades. É lamentável que justamente o Brasil, cujo potencial é reconhecidamente o mais notável de todas as economias latino-americanas, seja aquele onde os riscos de retrocesso econômico sejam os mais presentes.” (08/06/89)

Inúmeros exemplos foram dados pelo jornal, vinculando sempre os tais ajustes – que, na verdade, implicariam um amplo processo de desestatização/reversão do modelo de desenvolvimento – às possibilidades de dinamismo econômico e tecnológico (modernização), em função de uma esperada onda de investimentos internacionais. Estes ajustes se dariam à guisa dos “tigres asiáticos”, notadamente a Coreia do Sul, que teria sabido flexibilizar a intervenção estatal, protegendo seletivamente apenas os setores potencialmente competitivos de sua economia³¹.

³¹ Uma vez mais, a utilização de exemplos internacionais, que se dão à exaustão no jornal, não dão conta da complexidade do mundo contemporâneo, que é marcado, por um lado, pela pressão do movimento ultraliberal, em vários níveis e, por outro, pela constituição de blocos regionais e entidades multilaterais. C. Vaitos, versando sobre esta complexidade, afirma: “Nationally, deregulation, privatization, (...) are making significant impacts on the structure, ownership patterns, conduct, and distributional aspects of several sectoral markets. This process has been intensified under the pressure of neo-liberal philosophies of parties in power in major countries. Such policies have spilled-over and are explicitly governing the terms which multilateral or regional financial institutions relate to

Para a *FSP*, portanto, a reversão do modelo vigente só traria vantagens ao país, pois: a) desinibiria os capitais, nacionais e estrangeiros, que estariam constrangidos em investir num país com altíssima participação direta e regulamentadora da esfera estatal na economia; b) faria do país uma economia competitiva, superando o patrimonialismo, resultante, este, da inflada participação do Estado na sociedade como um todo; c) possibilitaria o “resgate social” em função da nova atuação estatal em áreas “típicas” do Estado, reinserindo, com isso, enormes parcelas da população no mercado nacional; d) contribuiria decisivamente para a modernização do capitalismo nacional, pois integrado internacionalmente, competitivo internamente e distribuidor de seus benefícios a amplas parcelas da população, então excluídas; e e) possibilitaria à iniciativa privada assumir seu papel dirigente na economia e na política do país, tornando o Estado secundário no que tange à dominação ideológica (depreende-se); entre outros pontos.

Vejamos, agora, como a *FSP* se coloca perante as candidaturas à presidência da República, especialmente no que tange ao projeto destas em relação ao papel do Estado na sociedade como um todo e na economia em particular. Note-se que as colocações do jornal contribuem para desnudar sua própria visão de mundo.

A *FSP*, ao comentar a campanha presidencial em seus editoriais procurou demarcar claramente sua posição editorial, requerida como apartidária, independente e comprometida apenas com os interesses dos leitores. Logo, praticamente todo o editorial que opinasse sobre a campanha como um todo e sobre as candidaturas em particular faria referência ostensiva ao projeto editorial. Vejamos, primeiramente, o

developing countries. They are also central to the process of foreign debt conditionalities and debt recycling negotiations”. VAITSOS, Constantine V., “Radical Technological Changes and the New ‘Order’ in the World-Economy” In Review, vol. 12, nº 2, 1989, pág. 159, ênfases nossas.

Observa-se, portanto, que as premissas ultraliberais estão uma vez mais presentes na linha de atuação dos organismos multilaterais, expressando, conseqüentemente, tanto uma dada correlação de forças como a ideologia mais apropriada aos interesses dos possuidores de maior capacidade decisória. A tudo isso, a *FSP* parece se omitir. (Veremos, na seção seguinte, que *OESP* terá o mesmo procedimento).

posicionamento sobre algumas candidaturas e, logo em seguida, a tão propalada linha editorial.

Iniciaremos pelo decidido comentário que o jornal fez quando o PSDB lançou seu programa político, em fevereiro, externando seu projeto social-democrata. Para a *FSP* que, apesar de aplaudir a compreensão do partido sobre a “crise fiscal do Estado”, o “gigantismo do setor público”, o “atraso tecnológico” e as mazelas da “questão social”, acredita que, se o PSDB:

“(…) se define como partido social-democrata deve assumir com todas as letras o significado histórico desta opção: um compromisso de manutenção da propriedade privada e da economia capitalista, ao lado da ênfase na democracia política e da diminuição das desigualdades sociais.

“Evidentemente, nada obriga a que uma política de reformulação do Estado e de estímulo ao desenvolvimento venha a ser formulado segundo os princípios de um liberalismo extremado, omissos frente à questão das desigualdades sociais e à busca de mecanismos capazes de integrar o assalariado nos benefícios do sistema de livre iniciativa.” (22/02/89)

Em outras palavras, para o jornal o PSDB se esquivaria do lado capitalista da social-democracia, envergonhando-se da defesa do mercado, posicionando-se de forma ambígua frente ao capitalismo. O jornal cobra-lhe, então, justamente um compromisso firme neste aspecto, procurando firmar sua aparente posição social-democrata ao defender o mercado ao mesmo tempo em que requer políticas sociais. O fato de rejeitar o que chamou de “liberalismo extremado” – isto é, o ultra ou ultraliberalismo – é, nesse contexto, importante, pois referenda sua (repita-se) auto-requerida postulação social democrática.

Por outro lado, ao criticar a candidatura Ulysses Guimarães pelo PMDB, em função deste político representar, para a *FSP*, o antigo estilo do PSD de fazer política – ou

seja, poucas reformas e uma intensa disputa de bastidores –, acabou expressando o que seria seu *candidato ideal*, pois, para a *FSP*, certas características do candidato peemedebista, tais como:

“A capacidade de administrar conflitos, a habilidade de compor tendências irreconciliáveis, o domínio da lógica que rege as máquinas políticas têm pouca valia quando se trata de *enfrentar as brutais distorções do Estado e um alarmante quadro de estagnação que se verifica na economia. A necessidade imperiosa de remodelar a máquina do Estado, de promover cortes violentos na administração pública, de impor padrões de racionalidade e eficiência, de extirpar o déficit público, de levar a cabo uma política de privatização, exige um presidente ousado, empreendedor, dotado de qualidades administrativas e de uma visão estratégica de modernização, que Ulysses Guimarães definitivamente não possui*”. (03/05/89, ênfases nossas)

Esta passagem é muito importante, pois mais que um candidato ideal a *FSP* apresenta uma agenda completa de reformas a qual o futuro presidente deveria voltar sua atenção. O figurino fora lançado, restando saber qual personagem se encaixaria nele. Certamente os candidatos à esquerda não o seriam, pois tanto Lula quanto Brizola seriam considerados a encarnação da extemporaneidade, do atraso, do preconceito ideológico, entre outros argumentos que vimos à exaustão.

Por outro lado, em agosto a *FSP* identificou o que chamara de uma inesperada guinada liberal na campanha, em função de declarações de assessores econômicos dos dois candidatos à esquerda, que teriam declarado a possibilidade de privatizar certos setores estatais. Para o jornal:

“E surpreendente, e sem dúvida positivo o predomínio que algumas teses do liberalismo econômico parecem obter em setores políticos até há

pouco tempo extremamente refratários a admiti-las sequer como tema de discussão. (...) [isto se daria em função da] Frágil e desesperada tentativa de ‘aggiornamento’ ideológico ou [seria] reflexo de uma *tendência incontornável, imposta pela própria realidade econômica e pelas pressões da opinião pública?*” (04/08/89, ênfases nossas)

Chama-nos a atenção duas questões colocadas na passagem acima enfatizada. Em primeiro lugar, o jornal referenda sua posição anterior de que desestatizar (em sentido amplo) não mais se daria em função de alguma vinculação ideológica (isto é, do liberalismo) e sim seria um “dado da realidade” que, portanto, “naturalmente” se imporia perante os agentes sociais. *Trata-se, em verdade, de um efetiva estratégia (argumentativa) ideológica.* Mais ainda, trata-se de uma representação que objetiva construir uma imagem que lhe interessasse, representação esta que adere a certas políticas ultraliberais, além de uma adesão ainda maior ao movimento internacional de reformas claramente inspiradas no ultraliberalismo sem, contudo, ser ultraliberal (como afirma e procura demonstrar) em função da questão social. Em segundo lugar, o que o jornal chama, ainda na passagem acima, de “pressões da opinião pública”, diz respeito a pressões que ela, *FSP*, implacavelmente faz enquanto aparelho privado de hegemonia. Em diversas situações este recurso discursivo é utilizado, demonstrando, além disso, um alto grau de cabotinismo que, no decorrer do tempo, tornou-se marca do jornal. Afinal, como a própria *FSP* demonstrou – como vimos acima – a opinião pública mostrou-se “satisfeita” com a intervenção do Estado. Logo, o significado da expressão *opinião pública* varia de acordo com a situação, podendo ora ser a *opinião média da população ou do leitor*, ora a *opinião do próprio jornal*. Trata-se de uma sutileza, fundamental, contudo, à compreensão dos posicionamentos do jornal.

Para a *FSP*, portanto, o problema central do país, que as campanhas deveriam eleger como tema seria o da “(...) modernização do Estado e a austeridade nos gastos públicos (...)” (13/08/89). Note-se que não fora este o tema central que permeou a agenda eleitoral, e sim a questão da moralidade administrativa (candidatura Collor,

mesmo que, como se viu, apenas como recurso “marketológico”) e do combate à desigualdade social (candidatura Lula), apenas para citar os dois candidatos que chegaram ao segundo turno. Seja como for, a reforma do Estado fora uma demanda da *FSP* – e eventualmente dos grupos sociais que de alguma forma ela representasse –, mas não constou prioritariamente da agenda política como uma unanimidade.

Quanto à esquerda, como dissemos, recaíram as maiores críticas, em função principalmente de seu alegado estatismo. Particularmente o PT, por ser o maior partido de oposição neste espectro ideológico, fora o alvo maior do jornal, até porque suas propostas achavam-se diametralmente opostas às suas (*FSP*). Para o jornal, portanto, o PT (no contexto da esquerda como um todo) deveria se decidir entre o arcaico e o moderno, tendo em vista que este partido estaria numa: “Encruzilhada entre um modelo de terceiro-mundismo tacanho (...) e uma abertura para as questões da modernização do Estado e da sociedade, que vêm tomando vulto em países tão distintos como a Inglaterra de Thatcher e a URSS de Gorbachev (...)” (24/04/89). Observe-se, uma vez mais, que *o fato de países tão distintos fazerem reformas* – que a *FSP* afirma confluírem para a mesma direção, apesar do modo de produção não ser o mesmo – *retiraria o caráter ideológico das mesmas*. Conseqüentemente, os que se posicionassem contrários ao sentido reformista deste movimento seriam, por dedução óbvia, “atrasados”,³².

³² A pretensa “desideologização” do mundo contemporâneo, notadamente nos anos 80, não encontra apoio na literatura que analisa este período. Por exemplo, Eric Helleiner mostra que a liberalização das amarras estatuídas em Bretton Woods em relação especialmente ao capital financeiro foram paulatinamente sendo suprimidas, supressão esta que beneficiou enormemente os EUA, que, para tanto, utilizaram-se de seu forte poder de pressão. Mais ainda, o autor aponta a influência dos ideólogos ultraliberais, favoráveis à desregulamentação financeira (e econômica em geral), pois, segundo ele:

“Followers of neo-liberalism favoured a liberal financial order on the grounds that it would promote a more efficient global allocation of capital and would prevent the state from using ‘police power’ to interfere with the freedom of individuals to move their money across border”. Por fim, mapeia os atores componentes do que denomina “bloco neoliberal”: “The ‘neo-liberal bloc’ involved private financial interests and conservative financial officials, as well as multinational industrial interests whose frustration with capital controls grew as their operations became increasingly global in the 1960s and 1970s”. HELLEINER, Eric. “From Bretton Woods to Global Finance: A World turned Upside Down” In Stubbs, R. e Undershill, R (eds.). *Political Economy and the Changing Global Order*. St. Martins’s Press, New York, 1994, pág. 167.

Quanto às candidaturas que de alguma forma seriam consideradas “liberais” – note-se que liberal, aqui, tem o sentido de *não ou anti-estatista* –, o jornal viu, inicialmente, com muita má vontade a candidatura Collor e com alguma boa vontade a candidatura Afif Domingos. Ao comentar ambas as candidaturas num sintomático editorial denominado “Descrédito do estatismo” – é interessante notar que o tempo todo a *FSP* afirma por contrastes, isto é, para versar sobre os liberais refere-se à esquerda –, diz que:

“(…) o fenômeno eleitoral de Collor de Mello – por mais precário e inconsistente que se comprove sua postulação – reflete aspirações generalizadas da opinião pública. (...) O ‘marajá’ não é propriamente o corrupto, mas o símbolo do empreguismo e do desperdício dos recursos estatais. (...) o que surge, com mais e mais clareza, é um fenômeno mais amplo – a circunstância de o Estado (...) ter se transformado no principal impecilho para a modernização do país.

“Não é por acaso, assim, que na esteira de um processo internacional de descrédito das idéias intervencionistas e estatizantes, a sensação de que cumpre reformar em profundidade o padrão de comportamento do poder público no Brasil se fortalece. (...) A urgência de reformas nesse modelo como que absolve, no julgamento popular, candidatos que, vindos de um passado autoritário, fortalecem essa necessidade com maior ênfase (...)”
(20/09/89)

É interessante como o jornal interpreta o fenômeno Collor, pois procura enxergá-lo como expressão do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista. Em outras palavras, por mais crítico que fosse – e realmente o foi, como veremos – da candidatura do governador de Alagoas, na medida em que esta foi se fortalecendo passou a observar confluências de pontos de seu projeto (da *FSP*) com o do candidato. Quanto a Afif Domingos, do Partido Liberal – visto aparentemente com bons olhos –, a própria fragilidade do candidato e do partido fez com que o jornal

não lhe desse grande espaço, apesar da identidade de pontos de vista quanto ao “gigantismo estatal”.

A candidatura Collor, então, fora vista com grande descrédito em boa parte da campanha, pois, para a *FSP*: “Não tem um programa, tem uma imagem; não tem um partido, tem um simples veículo para seu personalismo; não diz nada, apenas o que se imagina que ele está dizendo.” (11/06/89). Mas antes mesmo, em maio, a *FSP* já mostrava desprezo pela candidatura ao afirmar que Collor “(...) é a expressão de um vazio político. (...) vazio de conteúdo e de projeto para o país. (...) [é um] engodo de proporções históricas (...) uma candidatura de ilusões (...) [um] sonho de verão, hipnótico e fugaz como uma imagem na tela de TV.” (07/05/89). Quando da vitória de Collor, contudo, o jornal procura relacioná-la à clássica demanda da reversão do modelo de desenvolvimento. Por isso, num editorial intitulado “O imperativo das reformas”, afirma que:

“A vitória de (...) Collor (...) traz em si um duplo componente. De um lado, é inegável que o ‘establishment’ econômico-financeiro conhece um movimento de tranquilização (...) De outro, o PT sai das eleições fortalecido como uma real alternativa de poder. (...) *Um projeto de incentivo às forças do mercado e de liberalização da economia, para o qual tendem os setores que apoiaram Collor de Mello, só poderá ser implementado de fato, assim, se houver disposição e firmeza no propósito de integrar setores crescentes da população nos benefícios do sistema de livre iniciativa.* (...) Uma alteração profunda nesse relacionamento entre o econômico e o político [patrimonialismo] terá de ser feita. A vitória de Collor de Mello representa a expectativa de que essa exigência seja cumprida.

“Não haverá maior equívoco, por parte do ‘establishment’ econômico, do que tomar o resultado das eleições como garantia de que nada será preciso mudar. É possível que Collor não venha a atender o imperativo de fazer

amplas reformas. Dificilmente, entretanto, os setores hegemônicos (...) terão oportunidade tão clara de empreendê-las por sua própria iniciativa, de modo consensual e politicamente sem traumas.” (19/12/89, ênfases nossas)

Antes de tudo, este editorial possui um tom mais tênue e conciliador, omitindo o “vazio” que tantas vezes o jornal afirmou caracterizar-se a candidatura Collor. Mais importante, contudo, é o fato do jornal manter suas posições propugnadas até aqui: a afirmação de um capitalismo competitivo e independente do Estado e a atuação deste nas áreas sociais como forma de incluir os contingentes excluídos. Também o fato de identificar o que chamou de “establishment” como o responsável pela vitória de Collor é uma questão relevante, pois paradoxal, na medida em que seria estranho que, de repente, as elites passassem a possuir sensibilidade social. Mais ainda, num certo sentido a própria grande imprensa poderia ser considerada como pertencente ao “establishment”. De toda forma, a *FSP* acredita que a vitória de Collor potencialmente pudesse significar um impulso para as reformas tão demandadas por ela. Tendo em vista a polarização entre uma candidatura à esquerda (Lula) e outra dita liberal – mesmo que conservadora –, é claro que o jornal optaria pela última, pois toda sua pregação fundamentalmente era contra as premissas básicas da esquerda, como vimos à exaustão. Assim, por mais que o jornal deixasse claro que Collor não era o candidato de seus sonhos, seja pelo seu passado – que vasculhou e denunciou, como veremos mais adiante –, seja pela acusação de que o mesmo não possuiria um projeto, seja ainda pela sua fragilidade partidária, entre outros motivos, a *FSP* viu em sua candidatura, notadamente na fase final da campanha, a possibilidade que tanto requerera de execução de reformas orientadas para o mercado. Apoiou-o, contudo, com cautela, como o demonstra o editorial acima citado.

Vejam, agora, como a *FSP* apresenta seu projeto editorial. Com isso, poderemos observar: a) como vê a si mesma; e b) com mais profundidade ainda, como vê as candidaturas presidenciais no tocante à propalada agenda ultraliberal. Ainda no

início do ano, quando o quadro eleitoral apresentava-se pulverizado, a *FSP* expressara, ao criticar a possibilidade de Jânio Quadros disputar a presidência da República – possibilidade esta que o jornal considerou absurda, dadas as características “personalista, autoritária, demagógica, populista e irresponsável” (sic) do ex-presidente –, suas intenções editoriais nestas eleições esperadas por mais de vinte anos:

“Esta Folha tem por compromisso diante de seus leitores o de manter o mais inflexível apartidarismo; não concebe a imprensa como veículo para a defesa deste ou daquele candidato, mas como um instrumento para o debate e uma arma de crítica intransigente das propostas e procedimentos de quaisquer postulantes à Presidência.” (05/03/89).

Mais significativo, contudo, fora a opinião do jornal sobre a possibilidade – que as pesquisas eleitorais mostravam como um cenário possível à época – de dois candidatos à esquerda, Lula e Brizola, chegarem ao segundo turno das eleições. O editorial que analisa tal cenário – que identifica como péssimo ao país – combina *projeto editorial com opinião política ostensiva*, tendo aí sua importância maior. Diz a *FSP*:

“Não se trata (...) de desencadear uma ‘guerra santa’ contra este ou aquele candidato: o compromisso desta Folha é manter um distanciamento crítico frente a todas as postulações. (...)”

“Interessa apenas observar até que ponto uma disputa entre dois candidatos de esquerda no segundo turno significaria um empobrecimento e uma deturpação do debate político. Empobrecimento, porque (...) o dilema mesmo, que constitui a sociedade brasileira – (...) a opção entre o estatismo e a livre iniciativa, entre a integração no mercado internacional e a idéia de uma autarcização da economia exige um debate claro e aberto nas próximas eleições.

“Um desafio importante está colocado, pois, para as forças que se opõem a Lula e a Brizola. Resta saber se estão aptas a respondê-lo com clareza. A democracia só tem a ganhar se isto acontecer.” (21/02/89, ênfases nossas)

A passagem acima demonstra claramente que o tão propalado apartidarismo, *se entendido como tomar partido de idéias*, não se justifica no jornal. Mesmo em sentido estrito, isto é, não aderir a um partido político, pode também não se justificar, pois, não bastasse a fragilidade partidária histórica no país – que faz com que praticamente ninguém seja partidário em função da não consolidação mesmos –, o importante é saber se a *FSP* apóia ou não algum candidato por um partido que possua pontos confluentes com os que ela, *FSP*, diz perfilhar. Como a passagem acima demonstra com nitidez, certamente todo o campo à esquerda está longe do horizonte de apoio do jornal; resta-lhe, contudo, o campo que vai do centro (de definição imprecisa) à direita, ao qual, por sinal, concita que se organize e combata as candidaturas à esquerda, como se viu acima. O que é, obviamente, partidarismo, ao menos no aspecto político/ideológico.

De toda forma, quanto mais o quadro sucessório fora se tornando nítido o jornal igualmente intensificou seu auto-requerido papel de “fiscal” do passado e das propostas dos candidatos. Mais ainda, deixou claro que o papel da *moderna* imprensa nas democracias seria justamente este – uma vez mais o tema da modernidade se apresenta no jornal, agora voltado a si próprio. Para a *FSP* haveria, por parte da imprensa, “O dever de desconfiar”, título de um longo editorial voltado, uma vez mais, à explicitação de sua postura editorial nas eleições. Tal dever se expressaria em relação a toda e qualquer proposta dos candidatos mas em especial no que tange à sintonia, ou não, entre conteúdo das propostas e passado dos postulantes, ou ainda (caso do editorial referido e que veremos abaixo) à utilização do marketing político em detrimento dos conteúdos das propostas. Para o jornal:

“Uma tentativa desesperada de neutralização, de pasteurização, de superficialização das atitudes e dos comportamentos parece orientar a campanha política: o desempenho de Collor nas pesquisas eleitorais tem indicado o sucesso desta estratégia.

“Um jornalismo que não queira compactuar com este processo; que se recuse a servir como linha auxiliar de um vasto mecanismo de administração anônima das atitudes políticas; que não se contente com a superficialidade ilusória das imagens bem comportadas terá de exercer (...) ao máximo o seu espírito de crítica e a sua desconfiança, contra todas e quaisquer candidaturas.(...)”

[Por outro lado] “*Nada seria mais equivocado do que pretender que determinado órgão de imprensa atue como se fosse um substituto da sociedade, como se pudesse, pela manifestação de suas simpatias, de suas esperanças subjetivas, agir como um colégio eleitoral imaginário e privilegiado, que precedesse, com suas escolhas e inimizades, uma decisão que pertence apenas ao eleitor.*” (21/06/89, ênfases nossas)

A fiscalização ativa e independente é o que propõe o jornal e, de fato, procedeu dessa forma com todos os candidatos. Ocorre, contudo, que uma cobertura jornalística não se circunscreve à adoção de um método homogêneo de acompanhamento a todas as candidaturas, nem mesmo à distribuição de espaços jornalísticos semelhantes. Uma cobertura é feita com sutilezas que, certamente, não são nos editoriais que se apresentam com toda sua expressividade. Não que os editoriais não “denunciem” as preferências do jornal – como vimos, fica claro antes de tudo que os candidatos à esquerda não são apoiados pelo jornal. Tal sutileza foi possível captar especialmente pelo fato da *FSP* ter publicado durante todo o mês de outubro, portanto muito próximo das eleições, *reportagens diárias denominadas “Menos Governo, Menos Miséria”*, vinculando ostensivamente a existência de graves desigualdades sociais no país – expressas no lema “menos miséria” – às

alegadas e supostamente demonstradas mazelas do setor público, identificadas com a expressão “governo”; logo, menos miséria significaria menos governo. Conseqüentemente, todos os candidatos identificados com o “aumento” das funções do governo quereriam, mesmo que não soubessem/quisessem, mais miséria³³.

Mais ainda, tendo em vista a polarização Lula/Collor, fica claro que a FSP, com este conjunto de reportagens que, de forma inédita durou cerca de três semanas, com matérias diárias sobre os mais diversos setores, apoiou a candidatura Collor por representar o anti-estatismo. Uma vez mais, o pretendido apartidarismo se desvanece, sutilmente, em nome seja de uma visão de mundo, seja de interesses que eventualmente representasse. Ou ambos.

Ainda na passagem acima, sublinhamos sua parte final tendo em vista que o jornal afirma não “querer substituir a sociedade” em seus julgamentos eleitorais. Em verdade, como *aparelho privado de hegemonia* de fato não se trata de substituição, mas sim de indução de seus leitores através da criação de imagens, representações – tais como o apartidarismo, entre outras –, que lhe possibilitasse fazê-los reproduzir as idéias que (o jornal) esposasse. É claro que esta função “reprodutora”, anteriormente aludida, implica persuasão, sutilezas de todo o tipo, além de estratégias articuladas num projeto editorial que se tornasse orgânico e sistemático.

³³ Esta série de reportagens, comentada diariamente nos editoriais, versou sobre inúmeros temas, tais como: renúncias fiscais, monopólio estatal do Petróleo, análise de índices sociais, burocracia, educação pública, estrutura tributária, subsídios e patrimonialismo, entre tantos outros. Todos os temas abordados procuraram demonstrar ostensivamente a inépcia governamental quanto à “questão social” em função do atendimento privilegiado a segmentos, especialmente os burocráticos, corporativos e empresariais. Logo, quanto menos governo, menos miséria. Assim comentou o jornal quando da última reportagem da série:

“Em meio a uma campanha sucessória que se debate no vazio de propostas, na demagogia de promessas inespecíficas e na leviandade de agressões verbais, a série de reportagens que hoje se encerra procurou destacar, com exemplos concretos e impressionantes, a pertinência de uma discussão profunda e radical dos problemas estruturais da economia brasileira. O título “Menos governo, menos miséria” expressa um imperativo que, não mais de uma perspectiva teórica, mas *pelas imposições da própria realidade*, mostra-se com especial agudeza para qualquer projeto consistente de mudança na sociedade brasileira.” (20/10/89, ênfases nossas).

É interessante notar que, quando do início da série de reportagens, no início de outubro, o jornal publicou um editorial na primeira página – com o referido título da série – como forma de demonstrar a gravidade do assunto – tal estratégia é um artifício poucas vezes utilizado, o que, por si só, é um indicativo de suas das intenções.

Este, por sua vez, paulatinamente incluiu altos investimentos em marketing – o mesmo que o jornal tanto criticara nas eleições – como forma de consolidar uma imagem de independência que, além do mais, valeu ao *jornal enquanto empresa* um brutal aumento de faturamento³⁴. Essa perspectiva supostamente independente do jornal fez com que todos os candidatos fossem criticados por alguma irregularidade que tivessem cometidos em suas vidas políticas pregressas, a ponto de vários deles – assim como alguns de seus eleitores – terem reclamado de uma suposta perseguição ou caráter destrutivo do jornal. O fato de vários deles queixarem-se da mesma atitude fez com que a *FSP* pudesse alegar possuir um álibi que provaria sua efetiva independência. Por isso, afirmou em editorial intitulado “Doa a quem doer” que:

“Não corresponde a uma imprensa crítica e madura o papel de forjar imagens róseas da realidade; tampouco seria o caso de ver, nas investigações a que se dedica, pretensões destrutivas e vingadoras contra este ou aquele candidato. (...) A isenção e o apartidarismo não excluem (ao contrário, fundamentam-no) o ímpeto crítico e a procura intransigente da verdade. Que cada eleitor deposite suas esperanças no candidato que preferir; a função do jornalismo não é justificá-las nem fazer a sua escolha, mas a de, doa a quem doer, contribuir para que os mitos se dissipem.” (29/06/89)

O editorial acima tratava especificamente de denúncias sobre as gestões Collor e Brizola, mas pode ser generalizado para todos os outros candidatos. É interessante

³⁴ Ainda não dispomos de dados sobre faturamento, mas é de domínio público que o jornal, ao expandir enormemente suas vendas, auferiu lucros compatíveis com estas. Além do mais, em 1995 construiu um verdadeiro parque gráfico nas cercanias de São Paulo; não bastasse isso, a modernização do processo produtivo do jornal, notadamente através da aquisição de tecnologia e equipamentos importados, é um processo constante na *FSP*, sendo assimetricamente acompanhado pelos outros jornais. Por exemplo, em 1989 o jornal faz alarde, em reportagem com tom ufanista, por ter investido US\$ 10 milhões em equipamentos “com recursos próprios”. Mais ainda, na mesma reportagem faz considerações acerca da circulação dos jornais concorrentes, demonstrando sua superioridade nas vendas em relação aos seus principais concorrentes. Diz que, no primeiro semestre de 1989, o diferencial era: “(...) 5,85% superior ao registrado pelo ‘O Globo’ (...), 33,07% sobre ‘O Estado de S. Paulo’ (...) e 44,50% em relação ao ‘Jornal do Brasil’ (...)” (19/11/89).

notar, por outro lado, que, *estrategicamente*, por diversas vezes atitudes administrativas de um candidato conservador eram criticadas (denunciadas) ao lado das mesmas atitudes de um candidato à esquerda. A passagem acima demonstra isso, e a que citaremos agora também. Denominado “A imprensa e a sucessão”, este editorial comenta as reclamações de Lula e Collor quanto à cobertura da imprensa, mas que deve ser interpretada como reclamações à *FSP*. Para ela:

“As críticas que o PT tem feito à cobertura da imprensa à campanha presidencial, assim como as inconvincentes reações do candidato (...) Collor às notícias dando conta de seguidas irregularidades em seu passado administrativo, convergem num mesmo fenômeno ideológico: o de atribuir a paixões e a interesses políticos aquilo que, na verdade, corresponde ao mais elementar dever da imprensa nas democracias: o de informar seu público. (...) As dificuldades da candidatura (...) Lula (...) não serão diminuídas pelo fato de se atribuir aos órgãos de comunicação a responsabilidade pelo insucesso (...)

“Fernando Collor (...) tem procurado responder ao noticiário que evidencia (...) o descompasso entre a imagem de austeridade (...) e a realidade de favorecimentos, de empreguismo e de descontrole administrativo que marcou sua gestão em Alagoas.” (08/08/89)

Em função de seu projeto editorial, personificado nestas investigações/exposição da vida administrativa de todos os candidatos, a *FSP* sentiu a necessidade de saber de seus *leitores assinantes* como os mesmos encaravam sua cobertura da campanha. Para tanto, fez uma pesquisa, em agosto, comentada em editorial intitulado, à guisa de Rui Barbosa, “O dever da imprensa”:

“É amplamente majoritária (...) entre os assinantes, a opinião de que a Folha não faz campanha contra nenhum candidato: 80% dos entrevistados

têm esta avaliação. (...) [Para] 68% (...) o jornal não apóia nenhum dos postulantes. (...) para os que consideram que a Folha apóia um candidato, aparece em primeiro lugar o nome de (...) Collor (...) – o mesmo que, segundo os entrevistados que julgam o jornal em campanha contra algum dos postulantes, é apresentado como o principal alvo dessa presumida iniciativa.

“A Folha não apóia Collor ou qualquer outro candidato; não está em campanha contra ele nem contra qualquer de seus concorrentes; exerce apenas o dever de investigação e de crítica que é essencial à imprensa nas democracias”. (15/08/89)

Como se observa, o jornal fez de sua suposta independência um trunfo que, a rigor, fora aparentemente aceito por seus leitores – é bem verdade que a pesquisa não incluiu leitores que comprem o jornal nas bancas –, trunfo este que a possibilitou: a) aumentar suas vendas, como já o afirmamos; b) fazer desta estratégia um verdadeiro mote político/ideológico que, em sendo aceito, permitira à *FSP* sustentar suas posições de forma extremamente sutil, configurando-se como um jornal eminentemente opinativo, em nome, contudo, da objetividade – como, aliás, vimos em Gramsci; c) influenciar progressivamente as esferas decisórias; e d) apoiar idéias, candidatos, partidos, projetos...sem que explicitamente se fizesse notar.

1.1. À guisa de conclusão (*Folha de S. Paulo*)

Muito brevemente, cabe apenas ressaltar que a *FSP* apoiara pontos importantes da agenda ultraliberal sem ser propriamente uma adepta desta doutrina, em função – nunca é demasiado repetir, pois fundamental – de sua defesa em prol da atuação social do Estado, ao menos até 1989. Em outros termos, fora ultraliberal em larga medida sem jamais aderir integralmente ao ultraliberalismo e, mais ainda, utilizou-se da hegemonia que esta doutrina progressivamente alcançou no mundo sem parecer

conservadora, tornando-se, de alguma forma, ela própria (*FSP*) hegemônica. Moveu-se, portanto, num terreno minado; sua estratégia, contudo, permitiu que adentrasse no chamado “campo progressista” com uma agenda provinda em grande medida do conservadorismo ultraliberal. Mostrou-se, por fim, um ator político/ideológico, uma empresa e um aparelho privado de hegemonia, fazendo do tema da “modernização” um mote ao mesmo tempo autoreferente e como expressão de um suposto projeto para o país.

2. JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Secularmente, o jornal *O Estado de S. Paulo* caracteriza-se por defender posições liberais/conservadoras e tradicionalistas. Sua existência secular fez com que a visão de mundo que possui se tornasse um amálgama, na medida em que liberdade, sobretudo de mercado, convive com a defesa renitente da ordem e da hierarquia social. Estas características podem ser apercebidas no período de análise em foco, a começar por 1986, quando *OESP* se posicionou perante o primeiro e mais contundente choque econômico elaborado pelo governo Sarney. Tais posicionamentos pautaram-se, desde o início, pela afirmação de “apoio crítico”. Por tal apoio deve-se entender a imediata e contínua realização de críticas, inicialmente muito comedidas e sempre ressaltadas como “construtivas”. Tendo em vista a lógica informadora do Plano – a heterodoxia econômica – ser diametralmente oposta à apregoada pelo jornal, legatária, esta, da ortodoxia monetarista, o comedimento aludido apresenta-se como paradoxal.

Várias razões são alegadas para o apoio ao Plano: por patriotismo, tendo em vista a adesão popular e a necessidade de estabilizar-se a economia do país, sendo a inflação deletéria tanto às relações econômicas quanto ao equilíbrio político; por restaurar a autoridade do Estado – originalmente “mística e enigmática”, porém desprestigiada devido, entre outras razões, a crise econômica –, sintetizada no poder Executivo; por acabar com o “capitalismo financeiro”, no qual o investimento na

especulação (com o advento da figura do "rendeiro") desestimularia o capitalismo produtivo e competitivo, entre outros. Observe-se que *OESP* desenvolve estes argumentos paralelamente ao *apontamento dos riscos e efeitos colaterais* – intrínsecos ou decorrentes da aplicação do Plano – existentes com a decretação das medidas econômicas. Procura postar-se, portanto, como *guia*, conselheiro do governo federal, pois estaria imbuído do mais nobre espírito: o de contribuir (e torcer) para que o Plano desse certo. Assim, tão logo as medidas foram anunciadas afirma que, por:

"Dever patriótico impõe acreditar no êxito das medidas anunciadas (...) Por temer essa quebra de estabilidade [de relações, havida precariamente entre o presidente Sarney e o PMDB – FCPF] e o confronto já aberto com a CUT, o dever patriótico impõe acreditar em que as providências (...) adotadas dêem certo" (01/03/86).

Como dissemos, o apoio emprestado ao Plano e ao governo não seria incondicional, pois:

"O apoio crítico (...) tem uma única função: a de mostrar os riscos que podem advir da má concepção dos planos (se ela de fato existiu), e de sua má implementação. Essa forma de apoio, que não exclui a visão crítica, é o único subsídio com que conta o chefe de governo, nesta altura em que o suporte popular à sua decisão é quase unânime, para proceder a mudanças de rumo e poder conseguir realizar seus objetivos se perceber erros não previstos.

"O Executivo tem a obrigação de assinalar ao povo que a inflação não acabou. Falar-se de *inflação zero* é mistificação grosseira. (...) Por desejarmos que o governo acerte, porém, é que não podemos calar diante dos perigos pressentidos. (...) o plano de salvação da moeda brasileira – que é a salvação da autoridade governamental – repousa em algo

imponderável, que se chama esperança! Da qual, sem dúvida, partilhamos!" (04/03/86, ênfases do jornal)

A popularidade das medidas adotadas teria restabelecido a desgastada autoridade do governo federal, conferindo-lhe respeito e confiança por parte da população, essenciais ao exercício pleno do governo, à manutenção da ordem e à restituição da aura que, em essência, possui a idéia mesma de autoridade. Por outro lado, aspectos não relacionados ao universo da economia, como a "torcida" e a "esperança" (elementos vinculados à fé), são invocados para o apoio ao Plano. Este, apesar dos riscos trazidos, possuiria certas virtudes: a tentativa de combate aos males profundos da economia brasileira, como a inflação e suas conseqüências, caso (ênfatize-se) da correção monetária, que produzira "(...) um capitalismo financeiro, em que a rentabilidade era maior se aplicando o dinheiro do que trabalhando--se" (02/03/86).

Se o apoio ao Plano é explícito, os riscos dele advindos, como dissemos, são imediatamente apontados, sendo progressivamente enfatizados seus efeitos negativos à economia e sociedade brasileiras. Tais riscos seriam de várias ordens, a começar pela transferência à população do poder fiscalizatório do Estado, via "fiscais do Sarney", pois:

"Quando o povo tem prazer em exercer funções de polícia contra os comerciantes (na malhação do Judas, em Brasília, não se escreveu no boneco 'os ricos?') e *o governo necessita desse estado de espírito para derrotar os inimigos declarados da propriedade privada, será de estranhar que muitos concordem em sacrificar a livre iniciativa* e, se necessário para tanto, a ordem jurídica? (...) O grave (...) é que esse estímulo a que cada brasileiro seja o fiscal do outro (e amanhã o delate para não ser delatado) é dado por certo tipo de propaganda que assimila a *fiscalização oclocrática* à conquista da cidadania. (...) tudo aquilo que se jogou contra o autoritarismo [é utilizado], agora, para pavimentar um

Estado em que o prestígio dos governantes decorrerá do fato de os brasileiros se transformarem em fiscais do comportamento econômico dos outros". (01/04/86, ênfases nossas)

O receio de que a fiscalização popular se transformasse em luta de classes, elegendo se, a população como um todo, os empresários como os culpados pela crise econômica, é evidente. Mais ainda, o temor pela subversão completa das ordens econômica (desrespeito à lei da oferta e da procura, precedência da intervenção e do controle estatais em detrimento da iniciativa privada, entre outros) e jurídica (desrespeito às normas do direito econômico e à estrutura jurídica garantidora dos direitos de defesa e contestação, mormente empresarial) fora preocupação central, não podendo o Estado combater os subversivos (PT/CUT) com a mesma prática destes. (Ressalte-se que, para *OESP*, o Plano ao combater a inflação conseqüentemente combateria a esquerda, sobretudo os sindicatos e o PT, considerados inimigos pelo jornal). Portanto, a preocupação com a repetição das transgressões, em matéria econômica, havidas durante o regime militar evidenciará, desde cedo, uma das mais vigorosas críticas formuladas à aplicação das medidas econômicas.

Isto porque, no decorrer da aplicação do Plano utilizou-se o governo de órgãos e instrumentos jurídicos criados pelo regime militar, respectivamente o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) – ironicamente denominada como "a velha senhora" – e o Decreto-Lei. Assim, à negativa do ministro da Fazenda à solicitação empresarial do descongelamento de preços, com o argumento de que se tratava de "privilégio", acredita o jornal que: "Ter conta si as iras do ministro da Fazenda, a ameaça da Sunab e do CIP e a espada de Dâmocles da Receita Federal, além da constante ameaça de greves operárias, esse é o privilégio de que vivem hoje os empresários que desejam aumentar sua produção, mas não trabalhar com prejuízos certos e permanentes." (10/07/86)

Já em 1987, ano de instalação dos trabalhos constituintes, o tema da nova Constituição, juntamente com o ocaso do Plano Cruzado, ocupam – como vimos na seção anterior – a agenda política; aliadas a ambos, velhas questões como a relação capital/trabalho, a relação Estado/mercado, o papel dos empresários e da livre iniciativa, as tendências internacionais pró-mercado, entre outras – que se manterão por todo o período analisado neste relatório –, se constituem como pontos fulcrais de análise por parte de *OESP*. Veremos neste ano em foco (1987) algumas destas questões, sobretudo as referentes à crise do Plano Cruzado, pois as demais ocorrerão à exaustão nos anos em seqüência analisados. Note-se, contudo, que mesmo em 1986 as críticas ao Cruzado foram se avolumando.

Afinal, para o jornal, o Plano Cruzado teria trazido efeitos diversos à sociedade brasileira. No que tange aos trabalhadores que, ao exigirem reajustes em seus salários, seja por reposição de perdas seja por aumento real, estariam, inconsciente ou deliberadamente, atentando contra a estabilização da economia (que jamais se daria sem a adequação entre oferta e procura, donde o arrocho salarial cumpriria importante papel), assim como contra os empresários. Já estes últimos, estariam pressionados por dois lados: pelo governo, com seu rol de ações arbitrárias, e pelos sindicatos que, para conseguir seu intuito salarial, deflagrariam greves. O governo federal estaria privilegiando os verdadeiros conspiradores do Plano Cruzado (CUT, CGT, PT) ao considerar o empresariado culpado pela desestabilização da economia promovida pelo Cruzado, pois:

"Contra os empresários (...) desencadeiam-se fúrias presidenciais. A CUT e a CGT, que anunciam greves sobre greves para dentro em breve, essas continuam sendo embaladas pelo ministro do Trabalho. Este é de fato um estranho país. Um país cujo presidente da República (...) lança sobre os que sofrem as conseqüências de seus erros [os empresários – FCPF] a acusação de pretender desestabilizar as instituições; *de conspirar, em suma*. Estranho país, este, em que com toda certeza ninguém procurará verificar como é possível desestabilizar um governo que conta com o

apoio maciço das Forças Armadas (...)" (10/01/87, ênfases do jornal e grifos nossos)

A defesa dos proprietários, contraposta aos trabalhadores e seus representantes, é evidente. É necessário dizer, contudo, que o que seria válido para os empresários no tocante à impossibilidade dos mesmos desestabilizarem o governo ou as instituições – o apoio militar ao presidente – também o seria para os trabalhadores; em verdade, a efetividade seria ainda maior tendo em vista os recursos de poder, aí incluída a capacidade econômica (com todas as suas conseqüências), ser incomparavelmente maior que o da força de trabalho.

Por seu turno, o controle de preços provindo do Cruzado equivaleria a uma "polícia de preços", pois: "(...) após ela virá a polícia política e ao fim e ao cabo, como nas farsas que a história nos faz ver todos os dias, virá a polícia de costumes" (22/08/86)³⁵.

O governo também teria se utilizado de leis que teriam perdido, na avaliação do jornal, a legalidade (caso da Lei Delegada nº 4, possibilitadora do confisco de mercadorias), pois criadas no regime parlamentarista de 1961/63 e, portanto, votadas "(...) sob o império de uma Constituição que previa a existência de 'leis delegadas' (...) ab-rogada[s] à vista da inexistência de norma jurídica mais abrangente que lhe desse[m] origem" (10/10/86). Não seriam mais condizente, portanto, com o *status* jurídico do país. Uma das conseqüências desta lei – o confisco do gado bovino para o abate como tentativa de reabastecer o mercado, tendo em vista a escassez e o ágio – fora, então, considerada típica ação "jacobina", pois, no caso, implicara:

³⁵ Como nossa análise procurou seguir uma certa cronologia do período, mas tentou ao mesmo tempo proceder a uma observação temática, por vezes citaremos editoriais, como neste caso, entre outros de anos anteriores ao ano em foco de exposição (sobretudo em relação a 1987/1986).

"(...) autoridades dispostas a desapropriar rebanhos, indiciar pecuaristas e escarmentar empresários. (...) A Lei Delegada nº 4 não vige apenas para a pecuária de corte; amanhã ela atingirá o setor de armarinhos, depois de amanhã, o de tecidos, em seguida o de papel higiênico" (20/09/86) .

Por outro lado, o uso da força policial e mesmo militar, caso da Polícia Federal como força auxiliar na implantação das medidas econômicas – desde o confisco do boi à espionagem/intimidação ao mercado financeiro, entre outras atuações consideradas arbitrárias –, mereceu pesadas críticas por representar, o governo Sarney, "(...) *o mais sofisticado Estado policial que já se estabeleceu no Brasil* – nem na República Velha, nem sob Vargas, nem sob os militares os direitos dos cidadãos foram tão ameaçados, e a verdade tão vilipendiada." (26/04/87, ênfases nossas). Afinal, para *OESP* o governo estaria se utilizando da estrutura montada pelo regime militar, o "entulho autoritário"³⁶, aperfeiçoando-o contudo, como o demonstrariam os esforços para a criação de novas leis proibitivas a certas práticas empresariais, como a "Lei do Colarinho Branco".

Vejamos agora a *concepção de mercado por parte do jornal* para, aí sim, podermos prosseguir no acompanhamento de suas posições em relação ao significado do Plano Cruzado (sua avaliação) para os empresários. Isto implica a relação do jornal com este segmento e, conseqüentemente, a visão de fundo que possui acerca do capitalismo. A maneira como concebe este ator central de uma sociedade capitalista embasa, juntamente com os interesses que defende (estando, ambos, articulados, como veremos), as críticas feitas ao Plano, pois momento de redefinição das regras do jogo econômico. Assim, para o jornal, cada vez mais contrariado com as medidas intervencionistas preconizadas pelo Plano, como o congelamento prolongado de

³⁶ Na verdade, a expressão "entulho autoritário" implica cerceamento às liberdades civis e políticas, atingindo fundamentalmente os trabalhadores, em razão de impedir greves, e os movimentos políticos. Não é utilizada, portanto, em relação ao tolhimento econômico, até porque os militares privilegiaram sobremaneira o capital. Trata-se, portanto, de uma (re)leitura do significado do chamado "entulho" autoritário.

preços e o confisco de mercadorias, entre outras (consideradas) arbitrariedades, há pouco explicitadas, a ordem do mercado teria sido subvertida, pois:

"Existe, não escrita, mas felizmente ainda robusta, a lei que em economia se conhece como da oferta e da procura, versão prática do princípio que em economia política se traduz nestas palavras: 'A utilidade é função da necessidade'. Por causa do princípio e da lei a que corresponde ainda não se suprimiu, aqui, o mercado – contra o qual no entanto têm investido vigorosamente quantos sonham com uma economia socializada, conduzida pelo Estado onipotente e onipresente." (18/09/86)

A partir desta concepção, a subversão do mercado seria profunda, pois, além do mais, este significaria "(...) a aventura humana em sua plenitude" (18/12/86). Além disso, o mercado conteria em si a imprevisibilidade, pois os agentes econômicos, baseados na lei e no princípio acima, se moveriam de acordo com seus interesses, reequilibrando-se. Por isso, "(...) não há livro que seja capaz de conter todas as caracterizações do mercado, nem que seja capaz de prever todos os seus comportamentos" (08/08/86).

O jornal, contudo, não se oporá em tese (por princípio) a certas intervenções, curtas e corretivas, do Estado na economia. Se requer, aqui sim como princípio, a precedência da iniciativa privada sobre o Estado, possuindo um forte discurso privatista, jamais, por outro lado, requereu um "Estado Mínimo", assim como não pareceu adotar os cânones do ultraliberalismo, por mais que, retórica e paradoxalmente, declarasse simpatias por um e outro. Entre a mera simpatia – sendo-lhe oportuna a chamada "onda neoliberal" por representar a ofensiva liberal havida durante toda a década de 1980, que se constituiu numa poderosa trincheira no embate político/ideológico – e o perfilhamento de fato a estes pressupostos há uma enorme distância. A dimensão da intervenção operada com o Plano Cruzado extrapolara, contudo, qualquer margem de tolerância existente em *OESP*, que previra vários dos fracassos das medidas adotadas. Assim, para o jornal:

"(...) o País está mergulhando na clandestinidade e a moral social está sendo corrompida. A entrada do Brasil no mundo da clandestinidade e do mercado negro [ágio, sonegação, maquiagem de produtos etc – FCPF] é conseqüência inelutável do fato de ninguém mais, cidadão poderoso ou comum, ter norte a que se referir. O *preço*, permita-nos (...) tocar nessa palavra-tabu, é o único referencial que empresário e consumidor têm para navegar nas águas procelosas da vida econômica.

“Quando deles se retira esse ponto de referência, quando se impede os agentes econômicos de ter bússola a orientar sua derrota, eles entram na zona turbulenta e cheia de neblina, navegando ao acaso e procurando a qualquer custo dela sair. [em razão da intervenção do Estado na economia – FCPF] (...) os cidadãos poderão ser compelidos a investir onde o governo desejar se as medidas decretadas não surtirem – como não surtirão – os efeitos esperados. O caminho da servidão é, no seu início, suave para muitos; no final é desastroso para quase todos. (...)” (03/08/86, ênfases do jornal e grifos nossos)

Portanto, a passagem acima, assentada em conceitos e denominações de Friedrich Hayek (o grande líder intelectual do ultraliberalismo), casos da noção de que o preço das mercadorias é o único sinalizador fidedigno aos agentes econômicos, necessitando para tanto o mercado estar "livre" da intervenção do Estado, e do mote "o caminho da servidão", isto é, da possibilidade de ocorrência do socialismo sem revolução, através da interferência do Estado nas relações econômicas; a passagem acima revela, então, que as influências do jornal, já sedimentadas, o possibilitam adotar certos pontos ultraliberais sem aderir ao ultraliberalismo. Ou melhor, utilizá-lo como forma de reforçar seus pontos de vista anteriormente matizados. Afinal, *o caráter secular de OESP, sua postura não vinculada exclusivamente ao panfletarismo* (por mais que também se utilize deste expediente em inúmeras circunstâncias, como veremos), *suas vinculações a tradições político/ideológicas*

dísparas, amalgamadas contudo em sua ideologia, entre outros fatores, parecem explicar essa postura.

Efetivamente não sendo, portanto, ultraliberal em termos de pensamento econômico – veremos ao longo deste trabalho esta posição –, *OESP* caracteriza-se por requerer uma economia liberal. Nesta, se não apóia o radical "Estado Mínimo" (ênfatize-se) – aliás, afirma explicitamente não considerar possível o "laissez faire" –, insiste dogmaticamente caber à iniciativa privada o papel de produzir riquezas. Ao *Estado* caberia por um lado uma *postura suplementar* no que diz respeito ao seu papel como *agente econômico* e, por outro lado e de suma importância, acreditamos, uma *atuação pragmática*. Pragmatismo significaria a existência de *política agrícola*, que implicaria a concessão, com critérios rígidos, de subsídios, dependendo do caso, e de *política industrial*, ao incentivar as exportações, desde que não se obstasse a entrada de capital estrangeiro, estimulando a *competitividade da indústria nacional*; enfim, desenvolver o capitalismo brasileiro de forma a possibilitá-lo entrar no seleto clube do "primeiro-mundo".

Essa visão de mundo, no que possui de tradicionalmente liberal e perfilhada a certas linhagens do liberalismo, pode ser observada no apelo que faz à independência do Banco Central. E isto por uma questão de princípio, pois:

"(...) a moeda é um contrato permanente entre o Estado e a sociedade civil, e o Banco Central, numa economia saudável, é o guardião, o árbitro deste pacto. Dar a um dos contratantes o poder de nomear e demitir o guardião é aproximadamente como entregar ao bode a guarda permanente da horta. (...) Uma das causas mais evidentes da debilidade da moeda brasileira é este desequilíbrio existente a partir do fato em que o árbitro do contrato é uma das partes. (...)

"Dar autonomia ao Banco Central, capacitando-o a arbitrar e guardar o pacto monetário entre o Estado e a Sociedade, é um imperativo a ser

considerado, neste momento em que se tenta construir a democracia no Brasil." (23/04/87, ênfases nossas)

Se é verdade que também o ultraliberalismo advoga esta tese, o faz articulada a uma concepção que radicaliza a idéia de mercado, tomado como panacéia no contexto mais amplo de um ideal privatista da sociedade, donde o indivíduo é alçado à referência valorativa máxima. Em *OESP*, o conjunto de valores que o informa permite que vejamos a defesa de um Banco Central independente muito mais como uma vinculação à expressão mais geral ao liberalismo enquanto: a) separação entre sociedade e Estado; b) proteção dos indivíduos perante o aparato estatal; c) valorização do Estado como árbitro do cumprimento de contratos; d) precedência da iniciativa privada em relação ao Estado; e) necessidade de previsibilidade na gestão monetária; f) maior possibilidade de aplicação do monetarismo ortodoxo; e g) vigência da “liberdade negativa”, entre outros³⁷.

O Plano Cruzado teria, por outro lado, se desvirtuado ainda mais de “política correta” devido às pressões por sua utilização como instrumento político com vistas a influenciar a vitória dos partidos governistas tendo em vista as eleições parlamentares e aos governos estaduais em novembro de 1986 – no estado de São Paulo, *OESP* apoiara ostensivamente a candidatura natimorta de Olavo Setúbal ao governo e, com a desistência deste, a candidatura de A. E. de Moraes, respectivamente pelo Partido Popular (PP), que se extinguiu, e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não pertencente à aliança governista. Em alguns editoriais, contudo, tal caráter eleicoeiro do Plano – que num primeiro momento

³⁷ Também não se pode descartar a similitude de pressupostos entre o neoliberalismo (hayekiano, por exemplo) e certas correntes liberais clássicas, sobretudo das que pregam a chamada “liberdade negativa”. Afinal, a posição ultraliberal extrai das vertentes conservadoras (especialmente) do pensamento liberal e mesmo do conservadorismo como doutrina, seu corpus doutrinário, elevando-as ao paroxismo, o que o faz aproximar-se em demasia ao próprio conservadorismo. De todo modo, todas as vertentes liberais (assim como qualquer outra ideologia), por mais divergências que eventualmente tenham entre si, possuem eixos estruturantes, pois, caso contrário, não pertenceriam à mesma matriz intelectual. Ainda assim, ao jornal o caráter negativo da liberdade não é exclusivo nem radicalizado, justamente por sua visão de mundo ser um amálgama de correntes.

assentou-se na expansão do congelamento de preços para além do previsto – parece ser aceito com resignação, pois o jornal, durante o período de maior popularidade do Plano (os primeiros três meses) jamais se posicionou frontalmente contrário ao governo federal. Isto porque, parece-nos, a popularidade do mesmo era incontestável, o que fez com que considerasse não ser conveniente ir contra o quase consenso existente, por mais que não deixasse de, com comedimento, alertar e criticar sobre os perigos, riscos e efeitos colaterais do Plano. Assim, considerando o descongelamento de preços uma questão difícil, constata que:

"Sabe-se que o presidente Sarney não está muito disposto a correr riscos antes das eleições, sobretudo porque diversos amigos o advertem de que não se deve abrir bruscamente uma panela que está sob forte pressão. (...) É preciso preparar a Nação para renunciar à pretensão de uma inflação zero antes que ela tome consciência de que o congelamento pode redundar no desaparecimento de muitos produtos (...)" (31/05/86)

Contudo, essa moderação inicial será substituída por uma forte oposição quando, além do prolongamento claramente eleitoral do congelamento, houve o confisco de gado bovino (como aludimos acima em relação às Leis Delegadas) com o mesmo objetivo, pois:

"Os liberais e democratas deveriam ter presente que para confiscar o boi se mobilizaram frigoríficos e se conscreveram os peões que irão apanhar os bois. Nazismo? Comunismo? Democracia brasileira? (...) O Executivo confiscou o boi para manter alta a credibilidade do governo federal até 15 de novembro. Se haverá ou não carne nos açougues no ano que vem, pouco importa." (10/10/86, ênfases do jornal)

Esse tom progressivamente radicalizante diagnostica os efeitos deletérios do Plano à sociedade, já tendo ultrapassado portanto a fase do apontamento dos riscos. Trata-se

agora da constatação de tais efeitos para criticá-los no âmbito do Plano Cruzado. Assim, ao comentar a comemoração do governo federal pela passagem do 6º mês de sua edição, crê ter havido uma completa dissonância entre a realidade da economia e a postura governamental, pois:

"Vivemos sob uma ditadura econômica coercitiva, onde a delação leva a um sistema autoritário e socializante. *A condenação do regime de mercado prepara o fim do sistema capitalista e a instauração do socialismo entre nós.* A política do medo tem sido o caminho escolhido pelas ditaduras. (...) *Acreditamos haver ainda numerosos 'inocentes úteis' entre os que apóiam o Plano Cruzado.* Mais cedo do que se pensa, todavia, verificarão eles (...) [que há] um objetivo muito claro: criar condições para que se estabeleça (...) após o malogro (cuidadosamente urdido) do Plano Cruzado, o regime socialista com que sempre sonharam". (29/08/86, ênfases nossas)

O “diagnóstico” da subversão de valores capitalistas (em vários níveis), com o passar do tempo associado a “intenções sinistras de natureza socialista” não impedirá, contudo, a recorrente pregação do jornal no sentido de que “Ainda há tempo para salvar o Cruzado”, título expressivo de um editorial que demonstra seu esforço no sentido de, praticamente durante toda a vigência do Plano, influenciar os rumos da aplicação do mesmo. Este aspecto é de grande importância por reiterar que *a atuação de OESP é, de certa forma – mesmo com seus exageros retóricos –, pragmática, voltada à negociação.* Logo, por mais que enfatizasse e alardeasse princípios, atua na prática como agente político/ideológico concreto, movendo-se com a lógica deste. Tal lógica, no caso específico do jornal, implica a capacidade de “negociação política” (em sentido amplo e figurado), senso de oportunidade, realismo na avaliação das situações que se apresentam, preocupação com as consequências das ações ou inações, entre outras. *OESP*, enfatize-se, possui sobejamente todas estas características, utilizando-se dos instrumentos que possui – a comunicação diária – com maestria retórica, donde seus princípios liberais

emergem ou não (de forma adaptável, portanto) de acordo com as conjunturas. No caso em questão, como dizíamos, a reversão dos efeitos deletérios das medidas econômicas poderia ocorrer:

"(...) se o governo adotar, com urgência, as medidas de contenção que signifiquem (...) exemplo de austeridade recomendado ao setor público, [assim] o plano ainda será administrável. E, em o sendo (...) [a "Nova República" – FCPF], poderá encarar o amanhã com otimismo".
(28/09/86)

Concretamente, o receituário apresentado significaria, imediatamente, "(...) voltar à ortodoxia, que, ao contrário do que dizem muitos de seus assessores [do presidente], não implica optar pela recessão" (28/10/86). Mais ainda, esse receituário é detalhadamente apresentado, ponto por ponto, demonstrando (ênfatize-se) que, por mais que fosse contrário ao Plano Cruzado, pretendia influir em seu destino, isto é, no destino da economia e da sociedade brasileiras por todo o tempo, *não se batendo monotematicamente nas discordâncias de princípio ou de concepção*. Tais sugestões iriam se adequando conforme a evolução da economia como um todo, através da análise dos macroindicadores. Assim, propõe:

"Em primeiro lugar, controle real e não, apenas, contábil do déficit do setor público; em segundo lugar, a redução da liquidez (...); em terceiro lugar, uma política de rendimentos mais responsável, em que se mostre a coragem de explicar aos assalariados que é impossível, ao mesmo tempo, conter os preços e elevar os salários; em quarto (...) o ajuste de alguns preços (...)" (13/06/86)

Como as sugestões, fartamente apresentadas, não foram adotadas pelo governo federal, transgredindo-se, na avaliação do jornal, violentamente as ordens jurídica e do mercado, o balanço que *OESP* faz do Plano é muito negativo, pois teria significado:

"(...) [a] expressão ressentida de voluntarismo, de espírito anticapitalista, de ranço fascista e totalitário. Foram poucos (...) aqueles que concordaram com as críticas que desde o início fizemos ao fato de o Plano haver deitado por terra a Constituição, transformado a vontade do Príncipe em fonte de Direito (...) [os formuladores do Plano – FCPF] desorganizaram a produção, desincentivaram o investimento, permitiram que se consumisse a poupança acumulada no passado. (...) A lição do desencontro entre a vontade e a realidade não mudou o espírito (...) com que se governa o Brasil e se pretende impor de cima para baixo reformas profundas, sem atentar para a economia de mercado e sem respeitar a lei. (...) *Pior ainda* (...) [permitiu-se] *que fomentasse no espírito do povo a convicção de que todas as dificuldades enfrentadas no plano do abastecimento decorreriam tão-só da capacidade e da cobiça dos empresários. (...) o empresariado é apontado como inimigo do bem-estar popular (...)*" (01/01/87, ênfases nossas)

Esse conjunto de oposições evidencia o nível de contrariedade para com as medidas econômicas. A "Nova República", com isso, teria enveredando pela destruição do capitalismo e, conseqüentemente, da democracia, pois o primeiro seria pré-condição da última. O sombrio futuro apresentar-se-ia: o socialismo. Por isso, ao imputar aos empresários o malogro das medidas econômicas, encarando-os como "bodes-expiatórios", a "Nova República" estaria atentando ao mesmo tempo contra o próprio capitalismo e a configuração liberal democrática do país³⁸.

³⁸ O nível de contrariedade em relação ao Plano Cruzado, em seus múltiplos aspectos, no contexto da decepção geral com a "Nova República", fez com que *OESP* requeresse, extemporaneamente tendo em vista o quadro e as forças políticas, eleições gerais diretas em 1987. Afinal: "(...) a situação é de desordem – provocada pelo presidente da República – (...) [por isso] se torna imperioso abrir ao País uma perspectiva de ordem, progresso, respeito à lei, abandono da mentalidade de que os burocratas são a encarnação do Estado (...) É por eleições diretas já, hoje mesmo se possível, e em todos os níveis, de vereador a presidente" (13/11/87).

É instrutivo observar que, quando da reprovação da emenda que restituía as eleições diretas e, mesmo depois, quando da vitória da "Aliança Democrática" no Colégio Eleitoral, em 1985, o jornal considerou "impatriótico" continuar pressionando por eleições diretas.

Por outro lado, a concepção acerca do capitalismo em *OESP* é de fundamental importância para compreendermos o inicial apoio tópico, porém entusiástico, a uma das medidas do Plano Cruzado – o fim da correção monetária –, pois embasaria, em parte, uma das soluções preconizadas para a crise econômica. Mais importante, contudo, tal concepção revela a visão de mundo e o conteúdo/natureza da representação de interesses do jornal. Este requer um sistema capitalista num certo sentido "puro", isto é, voltado exclusivamente à produção, e jamais à especulação financeira. Aos capitalistas caberiam, portanto, desenvolver o país através do trabalho e do investimento produtivo.

Afinal, a especulação do dinheiro (e mesmo dos jogos de azar) estaria se erigindo como um valor cultural e como prática econômica da sociedade brasileira mesmo nos estratos sociais mais baixos. Com isso, o capitalismo perderia bases de apoio, pois cada vez menos a população como um todo acreditaria nos benefícios trazidos por este modo de produção. Tratar-se-ia, em última instância, da *perda de bases que sustentassem a hegemonia capitalista*. Por isso, a pregação por um capitalismo produtivo e voltado ao desenvolvimento serão uma constante em oposição à especulação, que representaria o anti-espírito empresarial. Em razão da valorização deste "ethos", criticou os empresários que recorriam ao Estado quando estivessem em dificuldades financeiras à procura de crédito com juros subsidiados, caso da ajuda estatal a uma empresa de aviação em apuros, pois:

"O empréstimo concedido à Transbrasil pelo Conselho Monetário Nacional (...) é desserviço ao capitalismo e ao regime de livre empresa que se pretende fortalecer no Brasil.

"(...) [trata-se de um] golpe em uma mentalidade capitalista sadia em que o risco é tão inerente à atividade quanto o lucro. O volume e a oportunidade do investimento em uma economia de mercado é de exclusiva responsabilidade do empresário (...) [os milhões emprestados – FCPF] serão sem dúvida bom argumento a quantos pregam em prosa e

verso que os capitalistas brasileiros não querem riscos, só lucros, e que o dinheiro do contribuinte serve para cobrir suas desventuras.

"(...) É bom lembrar que estes recursos são oriundos da mão bem visível do contribuinte. (...) [estaria ocorrendo, contudo – FCPF] uma estranha mão visível [do Estado na economia – FCPF] – que Adam Smith absolutamente não conheceu (...)" (01/11/87, ênfases do jornal)

Igualmente, certos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) a determinadas empresas foram criticados com os mesmos argumentos. O empresariado brasileiro abriria flancos aos inimigos do capitalismo ao não se embuir, nem praticar, o capitalismo de risco, concorrencial e produtivo – *shcumpeteriano*, em outras palavras. O que parece confirmar nossa análise tanto em relação à valorização de um modo de operar do sistema capitalista – o que confere a *OESP* uma função "orgânica" de defesa do capitalismo enquanto modo de produção –, como do papel do jornal como partícipe vigoroso do embate pela hegemonia, expresso pela disputa em relação às idéias. Tal organicidade liberal – diferentemente da *Folha de S. Paulo* – imiscui-se, contudo, a valores tradicionais, positivistas, autoritários, entre outros, sobretudo em razão da defesa da ordem e da autoridade, como veremos detidamente, o que confere certa especificidade ao periódico, tornando-o um agente político/ideológico de extrema complexidade. De todo modo, o jornal, ao diagnosticar a tradição empresarial brasileira, constata ser o capitalismo aqui praticado pouco favorável ao espraiamento deste modo de produção. *O que demonstra não ser, o jornal, portavoz de interesses setoriais ou tópicos e sim de uma visão de mundo inegavelmente ampla: a defesa da reprodução, em bases sólidas, da sociedade capitalista.*

Assim, o liberalismo propugnado por *OESP* requer, à guisa de certos países de capitalismo desenvolvido, notadamente os EUA, não apenas a atuação empreendedora dos empresários, pois as outras classes sociais, notadamente os trabalhadores, também deveriam introjetar os valores liberais. Afinal:

"Entre empregador e empregado (...) [os] interesses se conciliam, não colidem. E a conciliação haverá de operar no sentido em que a empresa, prosperando, proporcionará aos assalariados melhores condições de vida e bem-estar. Ao lucro, ao investimento e à poupança corresponderão o pagamento devido, melhores condições de trabalho e promoções."
(13/10/87)

Esta introjeção teria nos liberais como um todo, aí necessariamente incluída a imprensa (donde *OESP* se sobressai), e nos empresários em particular, o papel de propagadores do liberalismo. À imprensa (que também atuaria empresarialmente) caberia a divulgação das idéias e aos empresários a prática transformadora das crenças antiliberais, casos do intervencionismo/socialismo e do capitalismo financeiro. Por isso, seria fundamental a participação política dos que expressam a crença liberal, que, para *OESP*, "(...) é muito mais um estado de espírito (...) do que um conjunto de idéias alinhavadas, compondo uma espécie de utopia" (15/07/86). Tal participação deveria ocorrer, portanto, nos poderes executivo e legislativo, na produção econômica e, claro, na imprensa. Assim, as mudanças, em sentido amplo, a serem realizadas pelos liberais:

"(...) serão promovidas mediante a evolução consentida da mentalidade dominante, no povo e nas elites, segundo a lição de Milton Campos. O preço de uma suposta igualdade, sempre inatingida, não pode ser, como pretende o *socialismo*, o garroteamento da liberdade. Daí se haver mencionado alteração consentida, a qual pressupõe precisamente a custódia da liberdade: só exprime seu consentimento quem decide por si mesmo, sem tutelas (...) ou mesmo a interferências que reflitam jugo humilhante das ditaduras. Eis o que se entende por liberalismo, o qual também não se afirma sem uma concepção ético-metafísica do homem, sua vida e seu destino.

"Tudo o mais que não afinar por esse diapasão tenderá ou a um materialismo que esvazia a natureza humana de seus valores transcendentais e a amesquinha ou, a pretexto de exaltar o social, abre caminho para regimes de força, nos quais a pessoa humana se metamorfoseia em homem-formiga ou em peça de engrenagem estatal (...)" (05/03/86, ênfases do jornal, grifos nossos)

O liberalismo como um "estado de espírito" parece ser assim definido como uma estratégia, com vistas a retirá-lo da seara das ideologias, diferenciando-o das demais, pois, como atesta a passagem acima, a definição do jornal delimita o pensamento liberal a certos aspectos. O mais significativo, contudo, diz respeito à afirmação de que somente o liberalismo garantiria a liberdade (tomada em abstrato), conseqüentemente excluindo toda e qualquer outra possibilidade de vivência social, seja qual for. Esta posição apresenta-se como intolerante para com outros tipos de sistema social. A concepção autoritária – hierarquizada, enfatizadora da harmonia, ordenada e conservadora – da sociedade, por um lado, e a disputa pela hegemonia (claramente externada acima) durante todo o período da transição para o que viria a se configurar como democracia, por outro lado, parecem responder por essa formulação intolerante. Mesmo os sistemas capitalistas de caráter atenuadamente liberais, caso dos países modelados pelo programa social-democrata, ou mesmo aqueles que se desenvolveram através da denominada "via prussiana", são criticados e tidos como pouco democráticos pelo jornal.

Voltando ao papel de *OESP* em relação ao empresariado, sua postura no que tange ao setores ligados à indústria e ao comércio é voltada à atuação como guia, conselheiro destes segmentos, pois com freqüência procurou mostrar o caminho a que os industriais e comerciantes deveriam seguir. Crescentemente, no entanto, discordou da posição pró-Plano que adotaram, devido especialmente ao aquecimento da demanda, que os levou a produzir, e vender, mais. Assim, ao comentar um documento elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) condenando as greves durante a vigência do Plano, além de outros

aspectos atinentes aos empresários em decorrência das medidas econômicas, acredita que:

"(...) a Fiesp tardou em descobrir os perigos incluídos no próprio Plano do governo, por ela recebido com euforia, numa visão de curto alcance. (...) Os industriais acolheram, na sua quase totalidade, o Plano Cruzado, sem perceber que, em razão das contradições internas, a política econômica, compulsoriamente, acabaria por favorecer reivindicações incompatíveis com uma economia alicerçada no congelamento dos preços. (...) Ainda hoje, podemos verificar que o CNI [Confederação Nacional das Indústrias] defende tal providência por estar, sua diretoria, acostumada a não combater frontalmente o protecionismo estatal. (...) [o aumento da demanda – FCPF] seduziu num primeiro tempo os industriais (...) [que não puderam] realizar, no quadro do congelamento, os investimentos necessários ao acompanhamento da explosão da demanda.

"A Fiesp cometeu o erro de considerar apenas o lado econômico da questão num prisma de curto prazo, que propiciava o aumento dos seus lucros, menosprezando, paralelamente, o aspecto jurídico, a cada dia desrespeitado pelas autoridades. Deste modo, os empresários estão verificando, com certo atraso, que se transformaram no vilão da história (...) Tardou a Fiesp em denunciar o papel de bode expiatório que se pretende atribuir-lhe.

"É preciso que as entidades de classe tomem coragem para assumir posições de coerência. Devem ousar dizer que não é possível (...) acompanhar (...) o ritmo atual de crescimento; e exigir o respeito à lei, não aceitando (...) reajustes salariais contrários à legislação. Para tanto, deverão solicitar o apoio das autoridades (...)" (19/07/86)

Reafirme-se que o jornal se posiciona como porta-voz, guia e conselheiro no intuito de defender interesses que considera dos empresários como um todo e do capitalismo em geral. A representatividade que expressa aparenta ser efetivamente generalizante no sentido do *Capital Global*, mesmo que eventualmente privilegiasse certos setores. As críticas ao fato de não terem se apercebido, os empresários, da visão de curto prazo que adotaram; de sua transformação em vilões dos fracassos do Plano; dos flancos que as medidas econômicas abririam ao movimento sindical, entre outras, significam a tentativa do jornal de recolocar o empresariado no comando da economia, pressionando o Estado tanto no sentido do reordenamento das medidas econômicas quanto da obstrução às greves. Isto significa que, ao Estado tenuemente interventor (enquanto intervenção direta, enfatize-se) na economia corresponderia um Estado robustamente atuante na política em relação aos trabalhadores. João Almino já observara na Constituinte de 1946 esta concepção dual do papel do Estado, pois: "Os que sublinham o 'interesse nacional' [caso ostensivo de *OESP* – FCPF] tendem (...) em geral, a *ressaltar a importância da não-intervenção do Estado na esfera econômica e social*, à exceção da 'valorização do trabalho', ou seja, da intervenção do Estado para resolver os assuntos trabalhistas; tendem, além disso, a *acentuar a importância do Estado na esfera política*, entendendo que a liberdade deve se exercer no Estado e que *cabe a este harmonizar os conflitos sociais*"³⁹.

É clara, portanto, a importância do Estado para o liberal/conservadorismo, notadamente em *OESP*. Reafirme-se que, por seu turno, esta "tênue" (ou melhor, pragmática) proposição da intervenção estatal na arena econômica é suficientemente distante de qualquer postulado vinculado ao "laissez faire", o que é expressamente assumido, entre outras situações, quando do encaminhamento sugerido pós-fracasso do Plano Cruzado, pois:

³⁹ ALMINO, João. Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo, Brasiliense, 1980, pág. 255, ênfases nossas.

"Não se perca (...) a fé quanto à eficácia do mercado em corrigir as distorções. Tal não significa que estejamos pregando um laissez-faire, do tipo do século 19. Ao contrário, cabe ao governo intervir para que o mercado funcione da melhor maneira, procurando atuar globalmente para impedir os desvios. Dispõe-se, para tanto, de um instrumento de grande valia: a política monetária, que constitui a correia de transmissão das pressões inflacionistas." (15/01/87, ênfases nossas)

Voltando à relação com o empresariado, as posições do jornal seriam reforçadas, portanto, pelo fracasso consagrado do Plano. Isto fez com que a transformação do empresariado em "classe dirigente" fosse ainda mais requerida, extrapolando, dessa forma, sua exclusiva condição como "classe dominante" – intuito este, contudo, freqüentemente transgredido pelo empresariado, como atestam os editoriais que o criticam; a própria concitação à "coerência" empresarial revela integralmente a insatisfação de *OESP* em relação ao papel desempenhado por seus pares, requerendo, portanto, pela "consciência de missão" (expressão do próprio jornal), eufemismo de consciência classe.

O mesmo procedimento, porém incomparavelmente menos recorrente, deu-se em relação aos empresários do comércio. Por isso, o apoio da Associação Comercial de São Paulo ao congelamento de preços irritou profundamente o jornal, por considerar que o setor privado como um todo teria um papel político/ideológico a cumprir e que, além do mais, lucros fáceis e rápidos, ancorados no intervencionismo estatal, não deveriam seduzir o empresariado. Estaria-se observando que, "(...) entre a fidelidade aos princípios e a conduta prática, é a perspectiva do ganho – e, o que é pior, do ganho ilusório – que rege a política de determinadas entidades de classe" (23/10/86). Ao lembrar que a Associação Comercial normalmente fizera oposição à intervenção do Estado na economia, constata, com desolação, que: "Mudou, porém, de atitude no dia em que percebeu que o governo estava conseguindo incrementar a demanda". (idem) Por outro lado, é importante notar o aplauso entusiástico ao empresariado, de todos os ramos, quando se posicionam e tomam

atitudes às quais o jornal concorda. A consideração de que estão no caminho certo implica na concordância de posições entre representante (*OESP*) e representados. Dessa forma, *esse movimento pendular por parte do jornal* – ora criticando ora aplaudindo as decisões empresariais, sempre no intuito de guiá-las com vistas a moldar o capitalismo brasileiro – *é perene*.

Finalizando e reiterando esse ponto, *OESP* procurou apontar a distância entre uma posição principista e a prática tópica, *ad hoc*, no tocante à atuação do empresariado como um todo, tendo em vista os seguintes objetivos que deveriam ser perseguidos, segundo o programa do jornal: a) a instauração de um capitalismo produtivo que levasse ao desenvolvimento econômico; b) a independência dos empresários em relação ao Estado; c) o assumir, o empresariado, postura (de classe) dirigente, para além de sua posição enquanto "classe dominante", com vistas à obtenção da hegemonia liberal. Se, como procuramos demonstrar, *OESP atua pragmaticamente como porta-voz e guia do empresariado como um todo*, tendo em vista a consolidação, em sentido amplo, do capitalismo, por outro lado *tem na classe média um elemento-chave em seu projeto capitalista*. Em diversos aspectos concretos, como a voracidade fiscal, o *déficit* habitacional, a corrosão salarial, entre outros, ressaltou sua importância (ênfases-se que seus leitores, da mesma forma que os da *Folha de S. Paulo*, também pertencem a esta classe). Assim, durante todo o Plano Cruzado – assim como em relação à toda política econômica governamental – procurou influenciar seus rumos também em benefício da classe média. Por isso, logo no início do Plano ao mesmo tempo em que defende seus interesses (da classe média), define seus componentes e analisa suas características, pois:

"(...) será contraproducente apostar na classe média, crendo que ela será a base da democracia brasileira, se não se reconhecer que dela fazem parte não apenas os *colarinhos brancos* (...) mas também os pequenos e médios empresários urbanos e os pequenos e médios proprietários agrícolas.

"São eles, especialmente estes últimos, que dão à classe média seu caráter de defensora do que as tradições têm de melhor – enquanto os *colarinhos brancos* formam muitas vezes à frente de movimentos de renovação. A combinação de tradicionalismo de uns com o reformismo de outros permite o avanço democrático – desde que o governo não retire as condições institucionais para que a classe média exista, uma das quais é a economia de mercado". (26/03/86, ênfases do jornal e grifos nossos)

A aspiração a um ponto de equilíbrio, agora por intermédio da classe média, devido às características de seus componentes é um importante sinalizador da visão de mundo do jornal⁴⁰. Trata-se, portanto, de uma convicção arraigada, que implica, ressalte-se, a afirmação de seu conservadorismo. Por outro lado, a classe média como base, isto é, esteio da democracia, aparentemente contempla várias funções, entre as quais o potencial consumidor representado pelo mercado interno, o papel ideológico de espriar valores referentes à sociedade (liberal) de consumo e, por extensão, o mercado como valor (como se subentende da passagem acima) e como celeiro de líderes, pois a sociedade que *OESP* requer é a:

"(...) sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes que necessita. (...) [esta classe é] permeável, a que ascendem não poucos dos melhores e dos mais capazes, procedentes de setores de renda mais baixa." (19/06/86)

A *classe média* é, então, de fundamental importância ao projeto do jornal de transformar a sociedade brasileira dotando-a de um capitalismo produtivo e desenvolvido. Seu fortalecimento implicaria a consolidação dos valores liberais, à guisa dos Estados Unidos, por ter interesses na manutenção de uma economia de mercado, da qual seria beneficiária direta, da mesma forma que funcionaria como

⁴⁰ Para *OESP*, a própria "Nova República" teria nascido sob o espírito conciliatório (que remete ao equilíbrio), especialmente no que diz respeito às tradições do estado de Minas Gerais – donde proveio Tancredo Neves –, refreadoras dos impulsos demasiadamente renovadores. Tal espírito teria, contudo, se desvirtuado com José Sarney.

trampolim ascensional às "classes baixas", tornando-se referência a estas. Ao espalhar os valores liberais, mesmo que por interesses vinculados eminentemente à sua classe, contribuiria para a consolidação do capitalismo. Na "guerra de trincheiras", a qual o jornal se encontra envolvido, a classe média seria um posto avançado. Por isso, concretamente criticara a alta carga tributária, em especial a referente ao imposto de renda, considerada corriqueira, esta prática, do Estado brasileiro, pois: "Mais uma vez a classe média brasileira foi escolhida como presa das garras vorazes do Leão, uma vez que os *reajustes salariais que obterá (...) serão totalmente absorvidos (...) [representando] novo assalto perpetrado*" (01/09/87, ênfases do jornal).

O temor da pauperização desta classe, possibilitado pelo excessivo gasto público (via estatais, *déficit* em geral etc) e pelo descontrole da economia, através da inflação, transparece com nitidez nos editoriais. Daí um motivo a mais para a precedência da iniciativa privada em relação ao Estado, o que implicaria no apoio e promoção de campanhas pela desestatização.

Os assalariados – de "colarinho branco" – jamais são vistos da mesma maneira que os trabalhadores caracteristicamente proletarizados; logo, as políticas salarial, fiscal e creditícia, entre outras, são requeridas, por *OESP*, apenas à classe média, o que, uma vez mais de forma *pragmática*, implicará num distanciamento de certos valores típicos do ideal liberal, pois solicita a concessão de subsídios, em especial relacionados ao financiamento de imóveis, tendo em vista o déficit habitacional.

Mesmo condicionando os subsídios, não os têm, também neste caso, como um princípio, pois aceita-os ou não de acordo com os interesses que defende. A temporariedade, por seu turno, que remete a um prurido principista, representa ou um ideal longínquo ou mera peça retórica. O pragmatismo transpõe o mundo das idealidades em defesa de interesses, modelados por uma visão de mundo específica, concreta. É significativo notar que a corrosão salarial, provocada tanto pela política salarial restritiva como pela inflação, é observada pelo jornal apenas e tão-somente

em relação à classe média; a maioria absoluta da força de trabalho, que não pertencente às camadas médias, é preterida das preocupações do jornal, o que demonstra ser seu projeto voltado às classes proprietárias, das quais se incluem os gestores e agregados do capital, tipicamente provenientes dos setores médios.

Em resumo, é possível dizer que o projeto político de *OESP*, com sua correspondente atuação político/ideológica, implica, como pano de fundo, a defesa de um capitalismo produtivo que fincasse bases sólidas na sociedade, concebida esta nas vertentes econômica (produção material), sócio/ideológica (introjeção de valores liberais) e político/ideológica (preeminência das classes empresariais enquanto dominantes e dirigentes e hegemonia liberal). Para tanto, torna-se estrategicamente importante, e vigorosamente enfatizado, o papel da classe média assalariada (os "colarinho branco") e dos *micros e pequenos, e mesmo médios empresários*, (que, num conceito ampliado, também pertenceriam às camadas médias) *urbanos e rurais*. O capitalismo requerido jamais poderia prescindir do setor agrícola, por razões de ordem econômica e político/ideológica, o que revela um projeto relativamente articulado ao mesmo tempo que a preocupação com o *Capital Global*. Ao Estado, reitera-se, caberia atuar pragmaticamente, apesar de sua retórica enfatizar as práticas liberais, o que significa proteger a economia brasileira sem, contudo, isolar o país da economia internacional. Abertura econômica seletiva paralela à imposição de barreiras alfandegárias, desestatização, diminuição de impostos, concessão de subsídios, entre tantas outras medidas promovidas pelo Estado teriam a capacidade de alçar ao comando dirigente, portanto da economia, da sociedade e das relações políticas e ideológicas, as classes (dominantes) empresariais.

A atuação Estado, portanto, repercutiria no âmago do embate político/ideológico ao inocular valores estatais em extensas camadas da população – tratar-se ia de uma “ampliação” do papel do Estado, pois voltado à hegemonia liberal. Dessa forma, para o jornal, há claramente uma disputa pela hegemonia, tendo de um lado os grupos à esquerda e todos os que teriam no Estado a principal referência

(burocratas, tecnocratas, "rendeiros", oportunistas de todos os moldes, entre outros) e, de outro, os liberais. Por isso, para *OESP* a própria substituição da expressão "livre empresa" para "livre iniciativa" seria fundamental, pois significaria a tentativa de – ao ampliar seu espectro tornando-a genérica – associá-la a algo ao alcance do cidadão comum. O *conquistar terreno para as idéias liberais* passaria necessariamente por uma atuação cotidiana dos que se perfilham ao liberalismo, ao estilo de uma "guerra de posições", em que cada setor da vida econômica, política e cultural deveria ser ocupado de forma a conquistar a hegemonia liberal; a associação indelével entre democracia e iniciativa privada seria justamente uma das idéias centrais a ser alçada a valor incontestável nesse processo por resumir o projeto liberal de forma simples ao homem comum. Por isso é perceptível a ênfase – a rigor assumida explicitamente – no *empresário do tipo schumpeteriano* (aliás, como para a *Folha de S. Paulo*, mesmo que por caminhos diferentes), no papel das idéias, na escola (em todos os níveis) assim como em todo e qualquer aparelho privado (e mesmo estatal) passível de influenciar os valores que perfizessem a hegemonia liberal. Este aspecto é ostensivo em *OESP*. A imprensa, como não poderia deixar de ser, seria imprescindível nesse embate, devido às suas características de publicização e formação de opinião, entre outras, das quais *OESP* procura explorá-las ao máximo.

Já em 1988, como vimos anteriormente a agenda nacional continuou marcada pela batalha – na Constituinte – em torno da elaboração da nova Constituição, assim como pelas idas e vindas dos Planos de estabilização sucessores do Cruzado. Em verdade, reitera-se que, tendo em vista a fase final de elaboração da nova Constituição, 1988 é um ano chave em termos desta questão.

Por outro lado, o tema da crise fiscal, alimentada pelo *déficit* público, permeará tanto o diagnóstico como as soluções acerca dos problemas da sociedade brasileira. Por isso, tanto os sucessivos planos de estabilização como o conteúdo e vetor da nova Constituição serão tidos como primordiais para a eliminação do referido *déficit*, pois considerado um verdadeiro nó górdio da economia brasileira. Daí o

permanente tema da “austeridade” nos gastos do Estado, mas que seria contrastado pelas gigantescas resistências dos setores privilegiados, tais como a burocracia, setores do empresariado, entre outros. Para *OESP*, que, apesar de manter-se vigorosamente crítico em relação à “Nova República”, passou a apoiar o último ministro da Fazenda do Governo Sarney, Maílson da Nobrega, em razão justamente deste propugnar ajustes fiscais. Afinal, para *OESP*:

“No Brasil, os governos habituaram-se a expedir *pacotes*, destinando-os, porém, unicamente ao setor privado, como se este fosse o culpado pela inflação. Agora, é a vez de atirá-los sobre o setor público e de deixar o setor privado respirar mais livremente. O novo ministro da Fazenda parece ter tomado consciência de que é a casa do próprio governo que precisa ser arrumada para que o setor privado possa concorrer para a causa do *crescimento sem inflação*.”

“(…) Sem a menor sombra de dúvida, urge dar prioridade absoluta à redução do déficit público, por via da restrição dos gastos e não da majoração dos impostos.

(…) Advogamos (...) a redução da folha de pagamentos dos servidores públicos e a extinção dos privilégios de alguns, bem como das contratações paralelas que conduzem a abusos. (...) é necessário impedir o aumento descabido e exorbitante de empréstimos ao setor público.”
(25/02/88, ênfases do jornal)

Entre outros aspectos, este editorial, intitulado “Pela austeridade rigorosa”, contém uma série de temas que permeiam tanto o discurso como a visão de mundo do jornal, tais como: a incansável luta contra a inflação, que seria resultante justamente do histórico excessivo gasto do Estado; a contraposição entre os setores público e privado, em que este último seria fortemente sufocado pelas atividades estatais; a burocracia, através de seus inúmeros tentáculos, sobretudo o funcionalismo; a

necessidade do país estar ligado ao exterior, notadamente o chamado 1º mundo, o que implicaria retomar as relações com o FMI e a comunidade financeira internacional, obstadas (tais relações) pela gestão do então ministro Dilson Funaro.

A crise fiscal, portanto, é o aspecto fundamental a ser resolvido pelo país, na visão de *OESP*, o que implicaria cortar recursos com vistas ao equilíbrio orçamentário em todos os setores, sem exceção, inclusive no setor social. Afinal:

“Programa de austeridade algum poderá ser implantado sem que, em reação, haja ressentimentos, choro e ranger de dentes em todas as áreas, da indústria de base aos produtores que fornecem leite ao social (...) Apesar disso, esse programa precisa ser levado a cabo, pela simples e boa razão de que não é a popularidade do sr. José Sarney que está em jogo, mas o sistema político brasileiro, o futuro da Nação.” (28/02/1988)

Para além, portanto, da necessidade de se cortar os gastos “na carne”, não poupando qualquer área, há dois outros aspectos que chamam atenção neste editorial, sintomaticamente intitulado “E o Brasil?”, pois recorrentes na visão de *OESP*, especialmente em 1988, quando a popularidade do presidente Sarney atingiu níveis baixíssimos. O primeiro é justamente a crítica ao suposto manuseio da política econômica com objetivos político/eleitorais, que seria típico do governo Sarney. Segundo, a vinculação entre estabilidade econômica e democracia (sistema político), isto é, a democracia – mesmo ao estilo de *OESP*, que, como se observa, é possuidora de tonalidades fortemente conservadoras – somente se sustentaria tendo como pressuposto a estabilização monetária. Para tanto, um encadeamento de ações deveria ocorrer, e que chamaremos aqui de agenda de *OESP*, pois, a partir de um diagnóstico de que há uma “Crise do Estado” (título ilustrativo de um editorial, que citaremos abaixo), o jornal propugna, de forma militante, por medidas que a solucionasse. Antes de discutirmos essas medidas, que compõem a referida agenda, vejamos a avaliação, essencialmente política (note-se), do que *OESP* considera o

fulcro da crise brasileira: a intervenção do Estado na economia. Para o jornal, assim são avaliados os componentes da crise:

“Em primeiro lugar, o cartorialismo, que envolve toda a política industrial, necessita de uma profunda revisão. É preciso ver que esse tipo de neomercantilismo não decorre apenas do fato de alguns setores industriais desejarem manter íntegra a sua fatia do mercado, impedindo a concorrência (...). Vem, também, e nisso é preciso insistir, da presunção da burocracia estatal de que incumbe ao Estado promover o desenvolvimento *contra* o estrangeiro (...). Esse tipo de neomercantilismo vem (...) da ideologia do nacional-oligarquismo (...) [que] veio cristalizando a idéia – falsa – de que o Estado pode criar riquezas e deve controlar o processo econômico.

“(...) a Presidência [da República] está fraca e o Estado brasileiro está em crise porque o presidente da República não conseguiu impor a sua vontade à oligarquia, à comunidade de informações e à esquerda tupiniquim no caso da informática.” (14/04/88, ênfases do jornal e grifos nossos)

Se a passagem acima nos informa sobre vários aspectos da visão do jornal acerca da crise brasileira, isso não significa que sua argumentação seja esclarecedora, pois a profusa utilização de *conceitos vagos*, tais como “oligarquismo” e “burocracia”, *mais encobrem do que revelam* sobre a efetiva compreensão dos problemas brasileiros. Trata-se de uma estratégia retórica (mais abaixo a comentaremos detidamente) que mantém o discurso num terreno indefinido, em que cabem diversos atores escolhidos por *OESP* como causadores dos males nacionais.

De toda forma, expressões como “oligarquismo” – que, por excelência, são polissêmicas – querem identificar, mesmo que de forma extremamente vaga, tudo aquilo que *OESP* se opõe: a existência de grupos organizados, do funcionalismo às classes trabalhadoras, que, de uma forma ou de outra, alinham-se à esquerda no espectro ideológico; os setores do empresariado nacional que se beneficiam da proteção do Estado às suas atividades, sobretudo na área da informática; os setores militares identificados com causas nacionalistas e, por fim e mais importante, todos aqueles que simplesmente atuam ou compreendem o mundo de forma diversa da considerada correta por *OESP*.

Tendo identificado “o problema” e “aqueles” que dele se locupletam, respectivamente o Estado e o “oligarquismo” – problema que, além do mais, seria agravado pela pusalinimidade do Presidente da República, representante máximo da autoridade constituída, porém marcado pela fragilidade, caso de Sarney –, *OESP* procurou influenciar a busca por soluções. Soluções que, repita-se, equivaleriam a uma agenda de reformas. Tal agenda pode ser observada quando propõe em editorial que se “proclame a República”, isto é, promova (a “Nova República”) reformas que alterem profundamente o Estado brasileiro, reformas estas informadas pelo liberalismo, pois, para o jornal: “O liberalismo do último quartel do século XX não é, de maneira alguma, anárquico; não deseja, porém, que o governo seja sempre pensado em primeiro lugar quando se tiver de resolver qualquer problema social” (05/02/98). Logo, menos governo e mais iniciativa privada, pois: “O ideal, neste momento, seria instituir no País uma grande ‘desregulamentação’, antecedida pela negociação livre dos salários e por grande abertura, no âmbito internacional, do mercado brasileiro” (26/03/88). Reitere-se que as mazelas do Estado seriam simbolizadas pelo déficit público que, por seu turno, gerariam (altas taxas de) inflação. Daí estabelece-se um conjunto de premissas e conclusões apresentadas como “naturais”, e que podem assim ser definidas: a intervenção do Estado na economia (possível graças à atuação de grupos organizados, que dele se beneficiam) gera *déficits* que, por sua vez, geram inflação; esta, por seu turno, empobrece o país

e afasta investidores estrangeiros, também ausentes em razão do grau de intervenção estatal na economia.

Uma série infindável de variantes sobre este tema é esgrimada pelo jornal quase que cotidianamente. A raiz, contudo, é sempre a mesma. É o caso, entre outros, da avaliação de que a própria democracia (como nos referimos há pouco) teria como pressuposto o mercado livre, pois, para *OESP* “(...) verifica-se que o próprio fortalecimento da democracia implica liberalização do comércio (...)” (13/04/88). Afinal, a diminuição do Estado e a abertura do comércio acarretariam investimentos, que, por seu turno, gerariam empregos. Estes, fariam com que a insatisfação social (presume-se) fosse contida, o que possibilitaria a preservação da democracia, entendida, portanto, como asseguradora da ordem⁴¹. Por caminhos diferentes chega-se à mesma conclusão acima (Estado como mal), dado que a raiz do problema, como afirmamos, se mantém.

Por outro lado, a reforma do Estado voltada à dinamização do mercado possuiria, na lógica de *OESP*, um objetivo ainda maior: inserir o Brasil no seletivo grupo pertencente ao (chamado) 1º mundo. Daí a profusa referência aos países capitalistas centrais, sobretudo os EUA – país referenciado pelo jornal como símbolo de prosperidade e exemplo a ser seguido. Em contraste, *OESP* demonstra uma verdadeira aversão aos movimentos políticos e aos intelectuais que não só valorizam a idéia de América Latina como, principalmente, de 3º mundo. Conseqüentemente, demonstra brutal intolerância com aqueles que, no Brasil, quisessem ver o país próximo ao bloco terceiromundista. Neste sentido, *OESP* se pergunta – deixando explícita a resposta afirmativa – se o chamado 3º mundo não seria “(...) o mundo da antimodernidade, do isolamento, da pobreza mental e da opressão cultural das

⁴¹ A concepção de democracia, para *OESP*, aparentemente não inclui nem a participação popular nem a resolução da iníqua situação social brasileira. Estaria circunscrita à estabilidade político/institucional e à preservação da ordem. Mesmo a geração de empregos, citada acima, é vista pelo jornal, reitera-se, como forma apenas de arrefecer insatisfações sociais. Trata-se, portanto, de uma visão restrita e conservadora da democracia.

grandes massas afastadas, pela falta de investimentos, dos progressos das ciências e das artes?” (22/04/88).

É de capital importância observar como os exemplos internacionais marcarão o discurso do jornal, sempre no sentido de demonstrar o atraso do Brasil perante as mais diversas nações, em todos os quadrantes, pois estariam efetuando reformas liberalizantes com vistas a tornar o mercado livre. Sobretudo em 1988 (Constituinte) e 1989 (eleição presidencial), mas mesmo em 1987 (início dos trabalhos constituintes no Brasil), quando diversos países europeus supostamente teriam aderido à “onda liberalizante” iniciada com os três mandatos de Margareth Thatcher na Inglaterra, *OESP* faz desta “onda” um modelo a ser copiado pelo Brasil. O fato da “Nova República” – que, sarcasticamente, passa a denominar de “Novíssima República” – não aderir a esta tendência internacional, que teria começado na Europa mas que se espalhou por todo o mundo, inclusive para o bloco socialista, é visto como fator que atrasa e torna o país antimoderno. Portanto, há uma profusão de editoriais comentando as reformas havidas em diversos países, com o intuito, reiterar-se, de, ao compará-las com o Brasil, demonstrar nossa obsolescência, pois seríamos míopes para enxergar o que acontece em quase toda parte do mundo.

Na verdade, os *exemplos internacionais* são demonstrados tanto para o que deveria ser seguido – por estarem atinentes à tendência da história – como para o que deveria ser rejeitado. Quanto a estes últimos, a causa é sempre a mesma: a intervenção do Estado. O Brasil teria, portanto, que optar entre os modelos tidos como liberais, e os modelos fracassados baseados no intervencionismo. É fundamental observar que, deliberadamente, *OESP* oculta (diferentemente, neste caso, da *Folha de S. Paulo*) o fato de que certos países considerados promotores de reformas liberais, caso da Coreia do Sul, entre outros, contam com Estados interventores, caso das *chaebols*, em que os capitalistas nacionais foram extremamente privilegiados pelo Estado coreano que, além do mais, caracterizara-se pelo autoritarismo. O privilegiamento ao capitalismo nacional ocorreu de forma diversa ao existente Brasil, pois na Coreia a proteção ao capital nacional foi mais

seletiva, isto é, envolveu apenas os setores considerados competitivos e, além disso, voltados à exportação ⁴². Todas essas diferenças, que tornam o modelo coreano distante do receituário liberal, são obscurecidas pelo discurso do jornal, que, apesar disso, insiste em incluir a Coréia do Sul no rol dos países que se reformaram tendo como premissa o capital externo e o mercado. Se é verdade que o mercado foi revalorizado, o foi tendo como pilar – a rigor, umbilicalmente ligado aos capitais nacionais – o Estado. Nada disso, contudo, aparece no discurso de *OESP*.

Para além dos editoriais que comentam corriqueiramente os exemplos internacionais, também é comum o expediente das **reportagens** (em menor extensão e alarde do que na *Folha de S. Paulo*), que supostamente “registrariam” os fatos, tidos como inquestionáveis – os editoriais, com isso, apenas “comentariam” tais registros objetivos. É o caso da Coréia, em que uma reportagem na Editoria de Economia, em agosto de 1988, assim apresenta o caso coreano: “Coréia mostra como progredir”, em que afirma: “Um suicídio tecnológico e científico: é o que inevitavelmente ocorrerá com as nações que vierem a adotar as *medidas protecionistas radicais (...)*” (ênfases nossas). A reportagem publica uma entrevista com um cientista que ocupa um alto cargo no Ministério da Ciência e Tecnologia daquele país, e interpreta a fala do mesmo como se a Coréia fizesse (reitere-se) parte da “onda neoliberal”. Daí grifarmos o adjetivo “radical” na passagem acima, pois é visto como ausente nas medidas protecionistas; na verdade, contudo, este adjetivo quer dizer que aquele país é protecionista, porém tal protecionismo não é radical, isto é, xenófobo – diferentemente, portanto, do que pretende sugerir a reportagem. Estas diferenças demonstram que falar de uma “onda” liberal que varre o planeta – com um vetor único – é muito mais uma avaliação ideológica do que uma realidade histórica em sentido estrito. Em outras palavras, a generalização

⁴² Reitere-se – dado que o exemplo também fora utilizado pela FSP – que, na Coréia, como se sabe houve uma verdadeira revolução na educação pública, o que permitiu uma enorme requalificação da mão de obra. Note-se que também aqui o papel do Estado foi fundamental.

Tal como neste caso, *OESP* omite que o modelo japonês é, sobretudo no pós guerra, fortemente intervencionista, intervencionismo voltado, contudo, tanto à alta tecnologia como à exportação.

permite a ocultação, o que, por seu turno, interessa aos objetivos de *OESP* que, se continua não sendo ultraliberal, é fortemente contrário ao chamado modelo nacional desenvolvimentista, vigente no país até 1989.

Para *OESP*, portanto, o Brasil deveria optar por qual modelo seguir. Por isso, em forma de pares antitéticos, exagera ao dizer que seremos ou Moçambique ou o Japão, pois, para o jornal, as definições do Congresso Constituinte acerca de temas econômicos a serem inseridos na futura Constituição nos levariam a um ou outro modelo. Para o jornal, portanto:

“A definição do Brasil pela modernidade ou pelo atraso dar-se-á a partir desta semana. (...) se na (...) Constituinte forem aprovados os textos do projeto da Comissão de Sistematização referentes à definição de empresa nacional, à presença do capital estrangeiro no País, ao monopólio estatal sobre a produção, distribuição e transporte de petróleo (...) à reforma agrária.

“É o futuro do Brasil que está em jogo – vale dizer, o futuro das gerações futuras que correm o risco, a prevalecer o nacionalismo exaltado, de não ter as condições indispensáveis a usufruir dos resultados da moderna tecnologia. (...) É por isso que se pode dizer que o que está sendo decidido é se o Brasil será Moçambique ou Japão” (26/04/88)

É evidente que a associação do Brasil a Moçambique é forjada, pois, tanto o desenvolvimento iniciado no Brasil desde 1930 como a inserção do país no sistema internacional (havida, a rigor, desde a Colônia), além do grau de diversidade econômica existente, tornam tal comparação totalmente desprovida de significado.

Seja por estratégia – o que nos parece mais factível, diga-se – seja por crença, que a tudo enxerga sob um determinado prisma (no caso, liberal), mesmo que a realidade a contradite, *OESP* expõe os exemplos internacionais como forma de,

ostensivamente, compará-los ao Brasil. Citaremos outros casos que ilustram esta estratégia. Note-se que os exemplos citados encontrar-se-iam em todos os quadrantes, não sendo portanto privilégio de um continente. Dada a proximidade, os países latino-americanos serão alvo privilegiado. Nesse sentido, a Bolívia será tida como verdadeiro modelo, pois, para *OESP*:

“O segredo do êxito (...) [é proveniente dos] deveres que devem cumprir os bons governantes, em todo tempo, em qualquer lugar [tais como:]

“Rígida contenção das despesas oficiais, com redução dos gastos públicos ao essencial, inclusive quanto ao número de funcionários, (...) fechamento de empresas estatais deficitárias ou improdutivas, (...) estímulo à liberdade de empreender, equilíbrio constante entre arrecadação de tributos e despesa pública.

“(...) é esse pequeno país que também serve de modelo, pela capacidade que demonstra de suportar os sacrifícios impostos pela recuperação da economia.

“Não é só da Europa que sopram os ventos do liberalismo; da Bolívia sofrida, eles vêm com força. Pena é que essa força renovadora se perca no Pantanal...” (01/03/88)

O editorial é claro quanto às tarefas a seguir e como tais tarefas são (apregoadas como) vinculadas ao liberalismo, pois a Bolívia – no contexto da América Latina – seria mais uma amostra de outras tantas provenientes de outros continentes. Há, contudo, grande descrença por parte de *OESP* quanto às possibilidades do mesmo ocorrer no Brasil, em razão da falta de vontade política da cúpula dirigente da “Nova República”, mancomunada com a burocracia e com determinados setores empresariais. Por isso, o jornal busca os exemplos mais diversos, tanto para demonstrar a correção de sua tese, procurando com isso conquistar uma nova

hegemonia ideológica, como para influenciar o poder decisório, isto é, o Poder Executivo e o Congresso Constituinte. Daí o autoritário Chile do Gal. Pinochet também ser considerado um modelo no que tange às reformas econômicas, e válido apesar do autoritarismo do regime. Para provar tal tese, o jornal utilizou-se do expediente de reportagens especiais, que, ademais, queriam demonstrar um lado pouco conhecido do regime chileno: a economia liberal lá vigente desde o golpe militar em 1973. Para *OESP*, esta face liberal (considerada extremamente positiva) do regime na arena econômica seria:

“(...) até aqui envolta em sombras graças também à ação das patrulhas ideológicas que se movem no Continente e influenciam fortemente o discurso de largos setores da imprensa. A exposição desse outro lado (...) permite contemplar a boa saúde da economia nacional, batida por ventos favoráveis que a vão distanciando dos demais países da América Latina, atormentados por crises endêmicas, pelo crescente endividamento externo e pelo fantasma da hiperinflação.

“Esses estimulantes resultados decorrem da coerente firmeza com que vem sendo executada uma política econômica adotada ainda em 1973, e desde então, mantida a todo custo em seus caracteres essenciais. Um deles é a crença na eficácia da economia de mercado, conjugada com a certeza de que o peso da máquina do Estado deveria ser reduzido a seu limite mínimo.

“O Brasil, por exemplo, só teria a aprender se olhasse sem preconceitos um país que, se ainda é o Chile de Pinochet, já é também o Chile da economia de mercado e do Estado moderno.”(14/08/88)

O editorial acima é revelador em pelo menos dois aspectos: o primeiro diz respeito à absoluta convicção de *OESP* quanto à contenda ideológica travada no mundo e sobretudo no Brasil, tendo em vista tanto a elaboração da nova Constituição como a

eleição presidencial (em 1989). Portanto, procurara obter uma nova hegemonia em meio à disputa pela implementação de um projeto pós-transição. Daí a explícita referência à imprensa que, segundo *OESP*, seria submetida pela hegemonia do que chamara (pejorativamente), inúmeras vezes, de visão “esquerdoide nacionalisteira” (sic).

O segundo e mais importante aspecto refere-se à *concepção de democracia*. Afinal, como expusemos anteriormente, para o jornal o mercado livre, isto é, a economia de mercado, é pressuposto para a existência da liberdade e sobretudo da democracia. Ora, o que o exemplo acima do autoritário regime Pinochet revela é que, para *OESP*, a liberdade de mercado não tem como consequência necessária a democracia. Em outras palavras, o mercado parece conter a essência da (concepção de) liberdade. Logo, se puder haver liberdade de mercado conjugada com a democracia (pensada em termos estritamente político/institucionais) tanto melhor. Se não, o quesito “liberdade de mercado” seria suficiente – até onde pode-se inferir – para considerar-se um regime adequado a um país. No limite, parece ser preferível um país ser “livre” economicamente e autoritário politicamente do que o inverso. Trata-se aqui de um ponto fulcral para a compreensão da visão de mundo e do papel de *OESP* ⁴³.

As experiências internacionais, portanto, seriam cruciais para o Brasil abrir seus olhos para a “modernidade”⁴⁴. O país precisaria mudar seu modelo de desenvolvimento, superando, portanto, o (considerado esgotado) modelo “nacional

⁴³ Do ponto de vista teórico, a doutrina que concebe liberdade como liberdade de mercado é chamada de *liberismo*, distanciando-se portanto do liberalismo clássico. Por outro lado, é interessante observar que *OESP* não utiliza a expressão neoliberal. Pode-se levantar algumas hipóteses sobre isso: porque considera que pratica um liberalismo coerente, desde sempre; porque tal expressão não era tão popularizada no período em foco; pelo fato de achar que só há um único liberalismo; entre outras interpretações possíveis.

⁴⁴ Assim como “opinião pública”, “nação”, “patriotismo”, “soberania”, entre outras, a expressão “modernidade” mais encobre do que revela, pois para cada uma destas expressões universalizantes cada corrente ideológica pode preenchê-la com conteúdos radicalmente diferentes, chegando mesmo a interpretações antitéticas. Portanto, é necessário precisar o que *OESP* entende por modernidade, pois sua utilização, da mesma forma que as outras expressões, dá-se de maneira a provar teses, por parte do jornal, que o mesmo considera indiscutível, quando, na verdade, o conteúdo das mesmas são intrinsecamente controversos.

desenvolvimentista”. Para *OESP*, então, o modelo de intervenção vigente – construído desde os anos 30 e levado adiante pelos militares pós-64 – estaria levando o país a distanciar-se inapelavelmente dos países desenvolvidos, afastando-nos perigosamente de uma possível (e ansiosamente desejável, pelo jornal) inserção no seleto clube do 1º mundo. Por isso, segundo o periódico, “(...) temos [*OESP*] de reconhecer que o processo de substituição das importações a qualquer preço esgotou sua força e custou bem caro ao País.” (21/05/88). De forma mais abrangente, assim pensa *OESP* sobre o significado do desenvolvimentismo, que, como se sabe, guarda forte distanciamento com o liberalismo:

“A criação de empresas públicas, tecendo a trama do braço empresarial do Estado, se em algum momento da história desses países [latino-americanos] provocou um crescimento econômico, ao fim e ao cabo acabou gerando déficits públicos descomunais, que geraram inflação e em seguida desestimularam a produção do setor privado e do próprio setor estatal, pois os empresários privados e os gestores públicos passaram a preocupar-se em realizar rendimentos financeiros e não em criar riqueza pela produção de bens e serviços.” (08/07/88)

O grande problema brasileiro, como se percebe exaustivamente, continua sendo a intervenção do Estado nas relações econômicas, seja (principalmente) através de seu braço empresarial, seja em razão da regulamentação excessiva e da burocratização, pois impedoras da expansão da livre iniciativa. O empresariado nacional, com isso, teria se associado ao Estado – e, no interior deste, à burocracia –, deixando de operar com independência e, mais importante, transferindo seu papel “dirigente” para a esfera estatal.

Afinal, beneficiário do Estado interventor por décadas, o capitalista nacional perdera o ímpeto do *empresário schumpeteriano* (aquele que, como vimos anteriormente, é por excelência um empreendedor autônomo), pois subjugou-se ao guarda-chuva estatal. Por isso, quando dos trabalhos constituintes em que sobretudo

o conceito de empresa nacional, assim como do papel do Estado na economia, foram discutidos, *OESP* bateu-se por uma Constituição enxuta e que fundamentalmente não privilegiasse o capital nacional em relação ao estrangeiro, além de diminuir fortemente a intervenção do Estado nas relações econômicas. A rigor, durante todo o período de elaboração da nova Constituição o jornal procurou influir nos debates constituintes através da construção de argumentos fortes quanto aos efeitos maléficos de uma economia em que o Estado participasse das relações produtivas, além da criação de imagens no que tange ao progresso dos “países liberais”, e liberalizantes, em contraste à pobreza e subdesenvolvimento dos que, como o Brasil, possuem modelos protecionistas e interventores. As contradições quanto aos países considerados liberais ou em fase de liberalização foram obnubiladas, pois muitas vezes o apregoado liberalismo, como vimos, contou com a forte presença do Estado, seja para beneficiar setores nacionais à exportação, seja para planejar o desenvolvimento. Em razão disso, o ponto fundamental a ressaltar diz respeito, primeiramente, ao papel do empresário nacional para o desenvolvimento, e, em segundo lugar, como *OESP* se portou perante as decisões da Constituinte no tocante a este papel – daí seu “diálogo” com o agrupamento liberal/conservador, o “Centrão”, assim considerado justamente por incorporar um amplo leque de interesses postados do centro à direita no espectro ideológico, e que, no Brasil, significa mais um conjunto de procedimentos quanto à vida política e de interesses materiais do que propriamente filiação a certas doutrinas. Desta forma, quando da derrota das teses liberalizantes, sobretudo na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, o jornal se posicionou claramente perante os empresários, mostrando, por outro lado, sua própria visão empresarial, pois, afinal, paralelamente à sua atuação como “aparelho privado de hegemonia”, é também uma empresa capitalista. Assim, para *OESP*, inúmeros empresários nacionais:

“(…) que, embora integrem o setor privado, não vêem com bons olhos a concorrência das empresas de capital estrangeiro e, por vezes, preferem que o Estado prevaleça na economia, seja para conseguir crédito mais facilmente, por força de influências políticas, seja para competir com

sociedades de economia mista que não têm índices sequer sofríveis de produtividade.

“(…) Opta [tais empresários] pela reserva de mercado para fornecer ao Estado produtos obsoletos, desde que a colocação de tais produtos signifique lucro – à custa do progresso do País, que vê ampliar-se progressivamente o gap que o separa do mundo industrializado.

“Por certo, tais empresários, de vários setores, varreram do léxico a palavra patriotismo: e dão as mãos a políticos que se deixam seduzir por ideologias do século XIX ou pela satisfação de interesses imediatos – não raro subalternos e inconfessáveis.” (28/04/88)

A passagem acima demonstra, portanto, o grau de insatisfação do jornal para com seus pares, pois os considera – ao menos uma parte expressiva deles – míopes por não enxergarem a importância do capital estrangeiro para os próprios capitalistas nacionais assim como para o país como um todo. Ao concebê-los como oportunistas, sobretudo quando o que está em jogo é a elaboração da nova Constituição⁴⁵, *OESP* procura concitar a parte internacionalista do empresariado – que, supostamente seria representada pelo “Centrão”, ao menos idealmente – a reagir no sentido de integrar o país ao capitalismo internacional através da elaboração de uma Carta estruturada a partir destes eixos, entre outros: texto sucinto, à guisa da Constituição norte-americana; precedência do capital privado, independentemente de sua origem, em relação ao capital estatal, tendo-se como pressuposto a desestatização; papel tutelar sobre as instituições por parte das Forças Armadas, mantendo-se o que vigia na Constituição do período militar; papel do

⁴⁵ A Constituição de um país representa, para o jornal, mais do que uma Carta Magna reguladora das relações políticas, econômicas e sociais; em sua concepção, a Constituição Federal insere-se dentro de um marco jurídico mais amplo em que o Estado é tanto o garantidor dos contratos entre os seres privados como (deveria ser) um árbitro moral da sociedade – trata-se aqui de seu legado positivista.

Estado voltado fundamentalmente à arbitragem dos contratos privados⁴⁶; atuação pragmática, quando necessária, do Estado na economia (desde que secundariamente), dentre outras propostas.

O aspecto principal a ressaltar diz respeito à crença no empresariado como fator preponderante – econômica, política e culturalmente – no sentido de estar à frente de uma cruzada liberal com vistas a construir um capitalismo de risco no país, e que contasse com a concorrência estrangeira e tivesse no Estado um agente de arbitragem e não um jogador, isto é, um concorrente do empresariado. Por isso, quanto mais a Constituinte se aproximava de definições acerca da ordem econômica (principalmente), mais o jornal concitava seus pares empresariais a fazer *lobby* no Congresso, assim como os próprios congressistas, sobretudo os de alguma forma identificados com o “Centrão”, para que vencessem os nacionalistas, a esquerda e os empresários protecionistas. Para *OESP*, portanto, ao comentar a aprovação do tabelamento de juros na Constituição (os famosos 12%), tal fato só ocorreu em razão da desunião do empresariado, que atuariam (seus diversos setores) de acordo com interesses imediatos, não possuindo um sentimento comum e mesmo estratégico da classe a qual pertencem. Para o jornal:

“O patronato brasileiro demonstra aguda sensibilidade quando vê seus interesses setoriais ameaçados, mas deixou patente, no decorrer dos trabalhos da (...) Constituinte, não ter visão do que sejam a longo prazo os seus reais interesses. O texto da Constituição aprovado até agora pela Assembléia espelha concretamente essa falta de coesão: empresas brasileiras tiveram interesse em reservar para si o mercado nacional, e afastaram dele, na medida do possível, as estrangeiras; proprietários de

⁴⁶ O fato do jornal requerer um Estado mais arbitral do que atuante não quer dizer necessariamente que seus pressupostos e perspectivas sejam ultraliberais, como continuaremos a observar, pois sua visão de mundo, apesar da onda ultraliberal da década em foco, é constituída, como vimos observando, de elementos anteriores e solidamente erigidos. Isso significa concretamente que *OESP* utiliza-se da avalanche ultraliberal mais para ajudar a destruir os muros do nacional desenvolvimentismo – no âmbito do intervencionismo – do que como forma de adesão propriamente dita a esta onda.

terra fizeram questão de tomar posição contra os banqueiros, que para eles são os responsáveis pelas altas taxas de juros que pagam – esquecendo completamente o déficit público e a inflação ao fazer esse tipo de acusação. Há *empresários que se imaginam progressistas* e por isso se sentem compelidos a ceder às provocações das lideranças sindicais mais radicais. Temem ser chamados de ‘reacionários’ ou, o que é mais ultrajante para muitos deles, de ‘liberais’.

“Assim, sem coesão e sem identidade doutrinária, as classes empresariais brasileiras deram contribuição não pequena para que o País se tornasse inviável. Inviável antes de mais nada para o capitalismo liberal, depois para um tipo de capitalismo patrimonialista. Por falta de visão de longo termo e de falta de consciência da solidariedade de seus interesses, o empresariado nacional reforçou o capitalismo de Estado burocrático”. (15/05/88, ênfases nossas)

Esta longa passagem é primorosa, pois expõe com precisão os pressupostos e postulados de *OESP*. Sem meias palavras, sem artifícios retóricos, está aqui colocada a visão de mundo de um jornal que tem sua história marcada, de um lado, pela crença no *caráter iluminado das vanguardas*, nas quais se auto-insere⁴⁷ e, de outro lado, pela tentativa de dirigir as classes nacionais, tornando-as permeáveis (no caso) ao capital estrangeiro e à empresariais competitividade com vistas a dirigir econômica, política e ideologicamente a sociedade brasileira. Numa palavra, o jornal tentara atuar, neste momento crucial da vida brasileira, como partido político do empresariado, ou, em outras palavras, como “*intelectual coletivo*”⁴⁸ das classes empresariais. Por mais que sua visão de mundo tenha, de certa maneira, sido

⁴⁷ Para *OESP* haveria um caráter iluminado em certas vanguardas, caso dele próprio. Tal visão é claramente perceptível quando se observa os editoriais dos anos 30 – reproduzidos nos anos 80 – em relação à fundação da Universidade de São Paulo, que teve no jornal um dos principais líderes, entre inúmeros outros eventos culturais, e políticos.

⁴⁸ Para Gramsci, certas instituições funcionam como “*intelectual coletivo*” de uma ou mais classes, sedimentando interesses ao dar organicidade às mesmas. Este parece ser o papel de *OESP*.

derrotada – o exagero com que propagara a vitória das teses nacionalistas faz parte de sua estratégia de fazer ver “besouro através da luz”, o que o torna um monstro, virtual contudo, para, com isso, conferir uma imagem de gravidade que, na maioria das vezes, não encontra base na realidade econômica do país –, na verdade a Constituição representou muito mais um grande acordo entre as principais correntes que se digladiaram na Constituinte, expressando, desta forma, a ausência de uma dada hegemonia.

O papel perante os empresários implica, por outro lado e conseqüentemente, a problemática relação entre o Capital – como um todo – e o Trabalho. Para o jornal, a ordem da sociedade capitalista deveria ser inquestionável, devendo a autoridade pública garantir prioritariamente o direito de propriedade – que, para *OESP*, correria riscos com as greves, em razão da descomunal “desordem” causada por elas. Daí a intolerância do periódico para com os movimentos grevistas, concebidos via de regra como perfilhados a grupos e ideologias revolucionários, portanto voltados à desestabilização da sociedade capitalista. Trata-se de um caráter fortemente conservador, em termos ideológicos, e intrinsecamente patronal, posicionando-se (reitere-se) de forma extremamente intolerante⁴⁹ perante o mundo do trabalho. Nesse sentido, não bastassem as greves ser um mal em si no que tange à relação Capital/Trabalho, ainda mais absurda o seriam quando praticadas nas empresas estatais – consideradas, como vimos, uma excrescência –, pois ao Estado caberia manter a ordem, ordem que, no imaginário de *OESP*, seria ameaçada a partir de dentro da esfera estatal. Por isso, assim se posiciona em relação à paralisação de trabalhadores de empresas estatais:

⁴⁹ Paradoxalmente, o liberalismo clássico valoriza o dissenso – logo, a tolerância – entre posições e interesses díspares, considerados “naturais” aos homens, pois estes seriam desiguais por excelência. O intuito de derrogar os conflitos de classe para *OESP*, contudo, supera a própria filiação doutrinária alegada – ma não praticada – pelo jornal.

“As greves que irromperam em empresas estatais (...) mostram com clareza o quanto a sociedade é impotente diante dos resultados da intervenção do Estado na economia.

“(...) São exércitos de empregados que agem com todas as regalias, direitos e mordomias de funcionários públicos, promovendo greves que se iniciaram com reivindicações salariais e ganham, hoje, aspectos nitidamente políticos e ideológicos, que levam à violência.

“(...) Tudo isso mostra a incompetência do Estado empresário que, ao centralizar tudo em suas mãos, mostra fragilidade ao negociar com os trabalhadores que sabem ter um opositor incompetente, politicamente minado e, acima de tudo, contaminado pela praga do empreguismo.”
(19/11/88)

A passagem é clara, portanto, quanto à matriz de todos os problemas, sobretudo por envolver a organização dos trabalhadores: uma vez mais, a intervenção do Estado através de seu braço empresarial. Por outro lado, a percepção acerca do mundo do trabalho estrutura-se na suspeição intrínseca de que os trabalhadores são revolucionários, tendo por trás de si “grupos radicais”. Trata-se também de uma imagem exagerada, entre tantas outras produzidas estrategicamente pelo jornal, pois, com isso, intenta-se desqualificar a organização sindical, seja ela pública ou privada.

Por fim, tendo em vista que em 1988 a nova Constituição fora elaborada – através, enfatize-se, de um longo processo constituinte –, a avaliação sobre a mesma por parte de *OESP* complementa sua visão de mundo sobre a nova estrutura político/econômico/social do país assim como do ano em foco. Por isso, o jornal usa simbolicamente o fato da caneta com que o presidente do Congresso Constituinte – deputado Ulysses Guimarães – assinou as cópias da Constituição ter sido ofertada pelos funcionários do Congresso para tecer considerações sobre os que, segundo o

periódico, venceram a batalha constituinte. Tal imagem é bastante ilustrativa, ao mesmo tempo em que representa uma síntese do pensamento e da postura do jornal, sobretudo em 1988, quando encerraram-se os trabalhos constituintes e promulgou-se a nova Constituição. Para *OESP*:

“(...) Da mesma forma que o Congresso Constituinte dificultou a entrada do capital estrangeiro no Brasil, seu principal líder e condutor [o referido deputado – FCPF] não aceitou a oferta de uma indústria multinacional de produzir *uma caneta apenas* para o ato.

“(...) A firme disposição dos constituintes de romper todos os laços com a tradição e o passado histórico impediria a aceitação do empréstimo da caneta de Prudente de Moraes (...)

“(...) não ocorreu aos banqueiros dar o presente, e se o fizessem o gesto estaria revestido da mais incoerente ironia: o clima das votações (...) foi claramente hostil aos empresários do setor financeiro.

“(...) O presente poderia ter sido dado ter sido dado pelos pequenos e microempresários enganados pelos governo federal no episódio do Plano Cruzado, pois os constituintes (...) os premiaram com uma anistia generosa e inexplicável. Mais sentido ainda teria se o presente fosse dos produtores rurais, pois, além do perdão de suas dívidas, eles afastaram por mais algum tempo o espantinho da reforma agrária de suas terras produtivas.

“A burocracia sindical, cevada por meio século de peleguismo, também foi descortês ao deixar de oferecer a oportunidade de o dr. Ulysses Guimarães assinar uma Constituição de espírito corporativista com uma caneta comprada com recursos provindos do imposto sindical, cuja livre e irrestrita manipulação lhe é assegurada agora pela letra constitucional.

[além de ter concedida:] A consagração da unicidade sindical, o direito irrestrito de greves (...)

“Da mesma forma, seria legítimo que a Constituição fosse assinada com uma caneta presenteada pelos empreiteiros de obras públicas e por mineradores nacionais, que mantiveram fora das fronteiras nacionais a ameaça de competição da possível eficiência estrangeira. Ou pelo presidente José Sarney, premiado com cinco anos de mandato pelos constituintes.

“O gesto do presidente da Câmara, ao usar a caneta oferecida pelos funcionários do Poder Legislativo, justifica-se plenamente. (...) porque os servidores do Congresso são funcionários públicos e esta corporação foi a mais beneficiadas de todas no texto constitucional.

“(...) [mantiveram-se na Constituição – FCPF] os velhos hábitos do empreguismo, do nepotismo e do patrimonialismo da política brasileira. Foi um gesto de afirmação e de permanência [simbolizado pelo uso da caneta ofertada por funcionários públicos – FCPF], que não pode deixar de ser registrado. E condenado.” (08/10/88, ênfases do jornal e grifos nossos)

A extensa passagem acima demonstra claramente, portanto, que, para *OESP*, diversos grupos sociais – setores do empresariado nacional, trabalhadores e funcionários públicos – se aliaram com vistas a locupletar-se do país através da Constituição. Teriam dividido o “butim nacional” de forma interesseira e patrimonialista, sem qualquer preocupação com os “verdadeiros interesses nacionais”, apesar da retórica “patriótica” que frequentemente teriam invocado para defender seus próprios interesses.

Esse ceticismo expresso pelo jornal quanto à obstaculização da “modernidade” do país em razão da nova Constituição – como vimos em diversas ocasiões, e que agora teria se confirmado definitivamente – se contradiz, contudo, pelo fato de que os interesses do capital, entre os quais de certa forma encontra-se o próprio jornal, foram preservados. Afinal, a retórica de que o “espírito” da Constituição – assim como da “Nova República” – seria contrário à “livre iniciativa” se desfaz, pois o privilegiamento ao capital nacional de alguma forma o promove.

Além disso, reitera-se que, se é verdade que a Constituição aprovada não possui uma perspectiva hegemônica, também é correto afirmar que seu resultado final incorporou interesses, pressões e visões de mundo de diversos segmentos, que, desta forma, conferiram à Carta Magna um caráter plural e mesmo desconexo em diversos aspectos. O ponto central, contudo, diz respeito ao fato de *OESP* generalizar as “derrotas” – isto é, os aspectos que considera antiliberais ou vinculados a interesses que não comunga – , aumentando-as. Seja como for, *o editorial acima é uma peça argumentativa e de retórica que desnuda sua visão conservadora*⁵⁰ de mundo, ao criticar a rejeição ao passado simbolizada pela caneta de Prudente de Moraes. A manutenção de um certo *status quo*, mantenedor da ordem social (contra os trabalhadores), além de um “ethos” saudosista acerca da “hierarquia social” certamente têm grande apelo para o jornal. Daí seu desconforto quanto à negação do passado que, além do mais, seria conspurcado (juntamente com a idéia da autoridade) devido ao direito à greve – considerada pelo jornal como “irrestrita” –, inclusive para o setor público.

Exageros ceticistas à parte, OESP influenciou significativamente os trabalhos constituintes, sobretudo através do “Centrão”, por mais que não obtivesse a hegemonia quando da finalização da nova Carta Constitucional. Não deixaria,

⁵⁰ O conservadorismo enquanto doutrina provém originalmente de Edmund Burke. Em tal doutrina, valoriza-se o passado, a tradição, desconfiando-se de toda inovação, sobretudo social, considerada perigosa por atentar justamente contra os valores considerados imutáveis. *OESP* bebe na fonte conservadora seja por valorizar a tradição e a hierarquia social seja por repelir, via de regra, transformações sociais mais amplas.

contudo, de continuar perseguindo-a, sobretudo no que tange à próxima batalha político ideológica: a campanha presidencial, que marcou profundamente o ano de 1989. Paralelamente a esta, lembre-se que a grave crise econômica dominou nosso último ano de análise neste estudo, num contexto internacional, além do mais, marcado pela derrocada do socialismo no leste europeu.

Em 1989, particularmente a crise econômica se agravou no decorrer do ano, como vimos. Apesar do Brasil ter reatado suas relações com a comunidade financeira internacional, superando a moratória, para *OESP* os grandes males da economia/sociedade brasileiras não teriam sido superado: o excesso de estatização, a proteção ao empresariado nacional, o poder e a extensão da burocracia, a pusilanimidade da autoridade pública – enfraquecida, aliás, em razão do fracasso da “Nova República” – e a nova Constituição (como vimos acima). Como síntese de todos estes males, o jornal continuou apontando as tendências internacionais como sinalização a qual o país deveria se orientar. Em outras palavras: privatização, abertura da economia, aumento da presença do capital estrangeiro, reforma do Estado orientada para o mercado (enxugamento do mesmo) e leis complementares à Constituição que atenuassem os “excessos” nacionalistas/protecionistas. Esta agenda deveria, contudo, ser iniciada imediatamente, não devendo se aguardar as eleições presidenciais, pois o país estaria bastante atrasado para reatualizar sua agenda, o que, na prática, implicaria não perder o “bonde” da história (argumento semelhante ao da *Folha de S. Paulo*, neste caso). Contudo, por mais elementares que fossem estes itens, os mesmos seriam, para o jornal, transgredidos frontalmente pelos planos de estabilização desde o Plano Cruzado. Em 1989, o Plano Verão igualmente incorreria nos mesmos erros, sobretudo o congelamentos/administração de preços no contexto de tolhimento da iniciativa privada. Por isso, para *OESP*, as crises nos serviços de infra-estrutura do país estariam se exacerbando, pois:

“(...) *A miopia estatizante*, que impede que empresas privadas respondam pela geração e distribuição de energia e pela instalação de serviços de telecomunicações, agrava a situação criada pelo próprio governo, que não

aumentou as tarifas (altas, repetimos, para o consumidor final). Diante do *dilema* [aumento de tarifas ou não, com as respectivas implicações – FCPF], *ao invés de sair dele pela solução lógica, que seria o mercado, privatizando uma série de serviços, o Executivo parece propenso a conservar as empresas nas mãos do Estado e a aumentar as tarifas. (...)*

“Se o governo necessita alinhar as tarifas dos serviços públicos nos patamares reclamados pela racionalidade econômica, que permita aos trabalhadores negociar livremente seus salários com as empresas, e a essas o direito de aumentar seus preços quando lhes aprouver no quadro de sua política mercadológica e de sua realidade econômica. O mercado (...) é o tribunal diante do qual cada empresa responde pelo acerto de sua política de preços. Mercado livre, em que no máximo o Estado funciona como árbitro, garantindo a vigência das leis dele, mercado.” (11/03/89, ênfases nossas)

Como se vê, a passagem acima reitera que a matriz dos problemas brasileiros – a intervenção do Estado –, da qual provém a maior parte dos problemas do país, permanece como tema central na agenda do periódico. Por outro lado, chama-nos a atenção a “solução” proposta pelo jornal em relação ao reajuste dos preços praticados pela iniciativa privada: a “livre negociação” salarial. Isto porque, num momento em que as contas públicas (incluindo-se a dívida externa) encontravam-se fortemente em crise, assim como a economia como um todo em processo estagflacionário, a proposta de livre negociação beneficiaria apenas e tão-somente o capital. A negociação seria, portanto, claramente um engodo, pois a parte mais vulnerável – a força de trabalho – ficaria ainda mais desprotegida do que já o seria, sobretudo após duas décadas de regime autoritário. Trata-se aqui do referido caráter empresarial do jornal, e, mais ainda, de seu papel como “partido” do capital.

Um outro aspecto que merece registro na passagem acima diz respeito, uma vez mais, à concepção de mercado para *OESP*, pois a idéia de um “tribunal” que julga

os acertos e erros empresariais confere ao mesmo (mercado) um poder que, se deixado livre, mantém-se incólome às relações de poder. No que tangesse ao mercado, caberia ao Estado fundamentalmente o arbitramento dos contratos elaborados pelos particulares. Observe-se, contudo, que, apesar desta concepção de mercado (e de Estado), continua não nos parecendo cabível considerar *OESP* ultraliberal, pois sua militante afirmação das virtudes do mercado não transforma sua visão de mundo – que se constitui, reitere-se. como um misto entre liberalismo, conservadorismo e positivismo –, formada centenariamente. Da mesma forma, não lhe retira uma certa “ética da responsabilidade” (aliás, também semelhante à *Folha de S. Paulo*). Tal responsabilidade, que veremos mais detidamente a seguir, impede o jornal de possuir apenas convicções, pois transita – “negociando” consigo próprio, com os interesses que representa e com os diversos pólos de poder – entre suas crenças históricas, que, de alguma forma, foram reforçadas pela “onda neoliberal” do período em foco, e a responsabilidade de quem se preocupa com as implicações potencialmente desencadeadas das ações, e opções, tomadas. Vejamos como esta “ética da responsabilidade” é plenamente expressa quando da redução da lista de produtos até então proibidos à importação. Para *OESP*:

“(…) Ainda que haja abusos (...) no processo de substituição de importação, não devemos incidir no erro contrário. Podemos baixar as tarifas de alguns produtos, sem renunciar, porém, a restrições quantitativas, no intuito de reduzir o contrabando.

“Quanto aos produtos de preços excessivos, cabe ao governo iniciar conversações com os produtores para estudar a melhor maneira de reduzir tais custos sem necessidade de imediato recurso a importações suscetíveis de fechar nossas indústrias. Deste diálogo poderia surgir um programa de liberalização progressiva, mas nunca abrupta. A indústria de base, implantada ao preço de grandes sacrifícios, está hoje em crise. (...) Impõe-se ajudar, mediante *importações de máquinas para fazer máquinas,*

o setor, e não começar por medidas que levariam à morte uma indústria que, antes de tudo, precisa modernizar-se.

“A política industrial transcende, amplamente, a uma simples liberalização das importações, esta representando apenas o instrumento de um processo que deve definir seus objetivos, visando sempre à expansão da produção nacional.” (02/06/88, ênfases do jornal, grifos nossos)

Fica claro, como dissemos, que, para o jornal, as conseqüências (no caso, das importações, mas que seria válido para qualquer ação, sobretudo por parte do Estado) da políticas precisariam ser “bem pesadas”⁵¹, tendo em vista que as implicações poderiam ser altamente danosas para diversos setores sociais e mesmo para a sociedade como um todo. O caso em foco demonstra portanto que a preocupação com os efeitos empresarias (fechamento de empresas nacionais), sociais (desemprego) e, no limite, fiscais (perda de impostos, envio de *royalties* e dividendos), entre outros, distancia o jornal de uma filiação exclusiva a um sistema de crenças. Seus propalados valores liberais procuram adaptar-se pragmaticamente à realidade concreta, num constante processo de articulação entre convicção e responsabilidade. Por seu turno, os interesses sociais que representa – antes de tudo, o capital, independentemente de sua origem; depois, o capital industrial nacional e, sobretudo, paulista; além da classes médias, notadamente aquelas postadas na faixa superior da hierarquia social – impedem um radicalismo em seus posicionamentos. Dessa forma, sua visão de mundo liberal/conservadora adapta-se a interesses ao mesmo tempo distintos e semelhantes da base social – mesmo que difusa, muitas vezes – por ele representada.

⁵¹ Para Alexis de Tocqueville (que é simultaneamente liberal e conservador), a *justa medida* implica justamente *pesar os diversos lados*. A busca de equilíbrio – dado que certas transformações e inovações são inevitáveis – entre a incontestabilidade das reformas e as contrapartidas a estas são o fulcro do pensamento do autor, que desta forma, consolida o “realismo” e o “pragmatismo” na ação política.

A relação entre o seu liberal/conservadorismo – emblema da ética da convicção no caso de *OESP* – e a preocupação com as conseqüências por vezes é ambígua, como veremos nas passagens a seguir. Afinal, possuir crenças tão arraigadas, que, além do mais, são autoproclamadas secularmente, faz com que a convivência com o pragmatismo e a responsabilidade pelas conseqüências acarrete necessariamente tensões, pois tratam-se de dois campos antagônicos. Somente uma postura muito “bem pesada”, que ora afirma peremptoriamente ora concede, é que permite tal conjugação. Por isso, o primeiro caso pode ser exemplificado com a greve geral em março de 1989, em que uma parte dos governantes, sobretudo de esquerda, teria, segundo *OESP*, sido pusilânime em relação aos grevistas, pois, para o jornal:

“Esse afagar de cabeças, essa falsa idéia de que é preciso evitar que aqueles que violam a legalidade fiquem indispostos com o Poder Público porque esse exercita a autoridade de que está investido, essa postura é retrógrada e faz o Brasil regredir ao populismo janguista, senão aos piores momentos do governo Figueiredo, quando as autoridades federais negociavam passando por cima de decisões de tribunais. A conseqüência trágica do populismo e dessa postura falsamente conciliadora foi que o princípio da autoridade ser esgaçou, com os efeitos que todos experimentamos.

“A acomodação com a greve tenderá daqui para a frente a tornar-se norma (...) (16/03/89, ênfases nossas)

Claro está, como dissemos, que a crença conservadora, e mesmo autoritária, imbricada com a postura patronal, faz com que o jornal demande pelo cumprimento da lei, por mais que esta fosse obtusa e ilegítima, como o demonstra a referência ao período Figueiredo – um período de transição, e que, por isso, necessariamente deveria, segundo a regra liberal democrática, não aplicar as leis ilegítimas da era militar mais autoritária, e sim negociar, tendo em vista o novo momento. Na era democrática, caso de 1989, em que a transição se completaria ao final do ano, com

as eleições presidenciais, *OESP* não se conforma com o fato de governos populares (petistas, no caso) aderirem politicamente a uma paralisação geral – daí o tema do “esgarçamento” da autoridade, histórico, aliás, para o jornal –, pois a autoridade pública deveria “dar o exemplo” aos governados. No caso, o “exemplo” diz respeito seja à repressão (governos militares) seja à oposição que, intrinsecamente, toda e qualquer autoridade deveria possuir, por obrigação portanto, em relação às greves. Logo, greve é sinônimo de desajuste, disfunção, caos, atentado à ordem; numa palavra, *anomia*⁵².

Por outro lado, como dissemos a ambigüidade logo se expressará. No caso, quando a violência entre grevistas e policiais agudizou-se numa greve de metalúrgicos no ABC paulista, *OESP* demonstrara toda a sua preocupação com os potenciais resultados deste conflito, pois:

“(...) a ‘operação arrastão’, que resulta numa invasão em massa das fábricas, para delas retirar à força os que estão trabalhando, é sem dúvida uma técnica intimidadora.

“Do lado da polícia, em contrapartida, aumentou muito – pelo menos em termos potenciais – o grau de violência, a começar pelo armamento utilizado pelos policiais.

“E é dessa maneira que se desenvolve a movimentação sindicalista brasileira, sob o signo da greve sistemática e galopante, com meios sempre mais violentos de pressão – mas que sofre em resposta uma

⁵² O conceito de anomia é derivado dos pensadores positivistas, sobretudo Émile Durkheim, e quer indicar justamente a aversão ao conflito, ao dissenso, à luta de classes. Afinal, a ausência de harmonia social é tida como disfuncional, pois colocaria em xeque a sobrevivência de uma dada sociedade. Dessa forma, tendo em vista que o positivismo postula uma sociedade antiliberal, ao rejeitar o dissenso, é paradoxal que *OESP* adote – secularmente, reitere-se – tais princípios. Trata-se, contudo, de uma concepção que, imiscuída ao liberalismo e ao conservadorismo, moldam as posições patronais do jornal. Como se observa, é possível denominar *OESP* ao mesmo tempo como liberal/conservador/positivista, por mais que, conceitualmente, cada uma destas doutrinas possuam especificidades e mesmo contrastes importantes, como vimos.

repressão cada vez mais violenta, em termos operacionais e de equipamento. *Até onde chegaremos se não prevalecer o bom senso?*" (09/05/89, ênfases nossas)

Como se vê, a preocupação com a violência policial – além, é claro, da condenação das ações sindicais – significa um aspecto de ponderação, que chama-nos a atenção sobretudo por tratar-se da conflituosa relação capital/trabalho, a qual *OESP* historicamente alinha-se ao primeiro, como vimos em diversas ocasiões. Por isso, em situações as mais diversas o jornal transige, “negocia”, pondera, procura observar os diversos lados do mesmo problema tendo em vista as possíveis conseqüências que uma posição inflexível poderia acarretar. Daí, mesmo num tema tão caro ao jornal, este adota a “ética da responsabilidade”, pois desconfia que o conflito físico entre policiais e grevistas levaria a um crescente acirramento dos ânimos, que, desta forma, poderia atentar contra as próprias instituições (ainda tênues) democráticas, levando, por seu turno, a própria liberdade de imprensa.

Por outro lado, no que tange à maneira de ver o mundo, isto é, o diagnóstico e as soluções preconizadas para um dado problema, sobretudo os macroproblemas, como a crise econômica, o modelo de Estado, a relação do país com o exterior, dentre inúmeros outros, o jornal atua de forma intolerante (de forma semelhante, aliás, a *Folha de S. Paulo*). Trata-se, antes de tudo, de desqualificar o adversário – isto é, os que pensam diferente do jornal –, sobretudo se postado à esquerda no espectro ideológico, considerando suas posições “ideológicas”, anacrônicas e derrotadas historicamente. Conseqüentemente, apenas e tão-somente as concepções esposadas por *OESP* é que estariam “do lado certo da história” e, mais, não seriam “ideológicas”, pois desprovidas de pressupostos “irracionais”, sendo, portanto, “natural”. Efetivamente tal postura, que veremos mais detidamente agora, distancia o jornal da tradição liberal que ele próprio tanto faz questão de intitular-se – por mais que, no mundo das relações materiais, continue transigindo. Estamos diante de uma postura autoritária, ao nível das idéias, que, ao obstar a legitimidade de outras formas de ver o mundo, nega o pluralismo e, em conseqüência, a democracia. Nega,

no limite, o próprio liberalismo. Afinal, ao insistir quase que cotidianamente na inexistência de alternativas à crise econômica apenas reitera a velha cantilena de sempre e, mais, ao (reitere-se) desqualificar e mesmo desdenhar do que pregam outras soluções, que não o modelo liberal, obsta o debate em suas páginas e não testa seus próprios argumentos⁵³.

Os exemplos internacionais, que na verdade apontariam para uma tendência incontestável da história, dariam a *OESP* tal sentimento cabotinista. No caso da Nicarágua, entre outros países intervencionistas e/ou socialistas, o caos predominaria em razão das opções equivocadas que foram tomadas, pois: “(...) A revolução sandinista serviu para que se conhecesse até onde pode chegar a estultice dos que vêem o mundo pela lente da ideologia (...)” (02/02/89). Logo, *OESP* enfatiza não enxergar o mundo de forma ideológica, e sim, como apontamos acima, a partir de dados “naturais”.

Para além dos exemplos internacionais, por diversas vezes o jornal apontou sua agenda liberalizante como a única possível – qualquer outra seria absurda. Por isso, ao comentar a crise no setor siderúrgico do país, procura comparar índices de produtividade das siderúrgicas públicas e privadas como forma de constatar de forma incontestável – porém sem considerar o papel das primeiras para a industrialização brasileira, assim como o fato de que o monopólio estatal de aço comercializava o produto às montadoras de automóveis a preços subsidiados, entre outros fatores – a supremacia do privado sobre o público (neste aspecto, a visão da *Folha de S. Paulo* difere da de *OESP*, pois enxergara no nacional desenvolvimentismo certas virtudes, como vimos). A partir de uma comparação em estado “bruto”, conclui que “(...) só há uma solução, que é privatizar (...)”

⁵³ É interessante observar que, na tradição liberal (sobretudo do chamado liberalismo democrático do século XIX), Stuart Mill, num importante (e clássico) livro chamado “Sobre a Liberdade”, afirma que um argumento só pode ser ratificado, isto é, considerado verdadeiro, se provado no debate público. Em outras palavras, um argumento só encontraria validação se pudesse ser contrastado com outros, o que implica portanto desinterdição do debate, da discussão. Não é isso, contudo, que observamos, sobretudo em *OESP*. Logo, trata-se não só de um liberalismo conservador – e, num certo sentido antiliberal! – como típico da tradição autoritária brasileira.

(04/04/89, ênfases nossas). E assim prossegue em outras questões, caso das tentativas governamentais de estabilizar a economia, pois, para o jornal, crítico impiedoso do governo Sarney: “O dramático é que serão os brasileiros (...) que pagarão pela insensibilidade e pela falta de coragem dos governantes, de aplicar *a única política correta*, que é um choque de liberdade de mercado (...)” (21/04/89, ênfases nossas). A expressão que indica haver um *único caminho possível* é, no mínimo, controversa, pois, como se sabe, não só é cabível testar alternativas como diversas experiências passadas mostraram que a inovação surge justamente em momentos de crise ⁵⁴. Mais ainda, mesmo que se promovesse a liberalização, uma série de medidas seria previamente necessária, tais como um novo marco jurídico assim como agências regulatórias, entre outras. Toda a complexidade simplesmente desaparece ou simplesmente inexistente nas soluções preconizadas pelo jornal, para quem, sobretudo desde a Constituinte, teria triunfado no país “(...) o contubérnio da demagogia com o interesse imediato e a *falsa visão* do que sejam os interesses estratégicos e de segurança nacional do Brasil.” (29/04/88, ênfases nossas). Logo, a *verdadeira* – e portanto *única* – visão seria a detida pelo jornal.

Pode-se dizer que esta visão de mundo autoritária de *OESP* imiscui-se às suas estratégicas retóricas e às suas convicções (doutrinárias e ideológicas). Trata-se de um complexo de imagens (normalmente exageradas, sofistas e catastrofistas), símbolos, argumentos e fraseologias que conformam os editoriais. Vejamos, então, como se constitui o referido universo retórico do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Um instrumento fartamente utilizado diz respeito à comparação de algum fato ou ação, normalmente de desagrado do jornal, com determinados momentos da história, sobretudo a Revolução Francesa e o nazismo, tendo em vista a progressiva

⁵⁴ A rigor, a depressão econômica iniciada em 1929 justamente possibilitou a introdução de um conjunto de inovações em termos de políticas estatais, sendo notabilizada pelo New Deal. Mais ainda, a chamada “revolução keynesiana”, como vimos, desencadeou reformas tanto nas políticas públicas como no aparato do Estado. Logo, novas alternativas – historicamente demonstradas – sempre são possíveis, não havendo de forma alguma um “caminho único” como apregoa *OESP* (de forma idêntica, note-se a *Folha de S. Paulo*).

radicalização ocorrida na primeira, e a violência intrínseca do último. É interessante observar que os fenômenos históricos são comparados com vistas a corroborar uma dada idéia ou imagem que o jornal esteja elaborando. Em outras palavras, há uma seleção dos períodos e fatos históricos, que, por seu turno, são interpretados de acordo com a conveniência do jornal. De forma alguma *OESP* vê a história em toda a sua complexidade, o que implica fundamentalmente a observância de suas contradições, controvérsias e perspectivas distintas. Por isso, ao comparar a Medida Provisória que puniria os chamados “atos contra a delinqüência econômica”, praticados por parte dos empresários, no contexto do Plano Verão, o jornal postou-se radicalmente contrário à mesma, pois associou delinqüência econômica à perseguição aos empresários. Por isso, além de comparar este fato aos dois momentos históricos acima referidos, ainda se utiliza da experiência do AI-5 para demonstrar toda a gravidade do problema, segundo sua avaliação, promovendo portanto uma miscelânea histórica tipicamente retórica, pois, para *OESP*:

“Quando o Ato Institucional nº5 foi editado (...) o impacto que provocou na sociedade foi tão grande que poucos se aperceberam de que (...) nele se suprimia o habeas corpus. (...) Fato semelhante poderá vir a ocorrer agora: clamando para que a inflação tenha um ponto final; tendo sido induzida durante meses – por solerte ação de uns e outros, inocentes úteis e provocadores inteligentes – a considerar os empresários (do grande industrial ao pequeno comerciante da esquina) como os responsáveis pela alta de preços, a população aceitará que sobre eles caia o cutelo do carrasco burocrático. É o ser coletivo ‘população’ (...) que agirá movido pelos mesmos sentimentos que agitavam o Palais Royal e punham em marcha a população de Paris contra Versalhes na Revolução Francesa (...) Não erramos em falara em clima nacional-socialista em que o empresário e o estrangeiro serão as vítimas preferidas dos incapazes e dos que até hoje contribuíram para o desastre.

“(...) A partir da edição do Plano Verão, tudo será crime. (...) Nem a guilhotina nem os campos de concentração funcionarão no Brasil – mas os dirigentes de empresas (...) correrão o risco de ficar à mercê de ‘qualquer um do povo’ (...) lutando para provar sua inocência (...) Essa história trágica [de perseguições, ocorrida no nazismo – FCPF] poderá repetir-se no Brasil (...)” (14/01/89)

Como dissemos, as imagens elaboradas pelo jornal são grandiloqüentes e, portanto, poderosas, pois, ao aproximarem a situação brasileira de momentos históricos tão diversos e longínquos constrói para o leitor um mundo cáustico. A gravidade daquilo que o jornal quer denunciar – no caso, uma lei que, podendo ser mais ou menos branda, pune abusos do poder econômico, como existe, aliás, em inúmeros países democráticos – é expressa em termos absolutamente exagerados, a começar pelo título do editorial citado: “Salvar a Liberdade!”.

Por outro lado, referências – ainda mais simultâneas – tão distintas quanto ao processo, ao conteúdo e ao tempo, como a Revolução Francesa, o Nazismo e o AI-5, só adquirem sentido retórico, pois possuem significados demasiadamente complexos e peculiares que qualquer identificação com os mesmos somente pode ocorrer pinçando-se um ou outro aspecto, o que, contudo, implica *descontextualizá-los*. É isso, como fica evidente, que o jornal faz.

Toda essa *parafernália retórico/imagética* justifica-se, portanto, tendo em vista o papel de *OESP* como partido do empresariado, isto é, um intelectual coletivo (e orgânico) do capital – independentemente da origem, tamanho e setor de atuação, reitere-se. Contudo, tais interesses – particularistas – são universalizados, isto é, o jornal procura falar, como vimos, em nome da “nação”, da “sociedade brasileira”, do “bem comum”, quando, na verdade, defende posições tipicamente empresariais. Mais ainda, *se auto-nomeia representante desta mesma sociedade que diz defender*, pois, para *OESP*, a imprensa é constituída de “(...) órgãos a que a sociedade deferiu

a tarefa de guerreá-los” (26/03/89) ⁵⁵. Em outras palavras, a opinião – privada – da imprensa, seria, por excelência, pública. Deliberadamente *OESP* promove esta confusão (assim como a *Folha de S. Paulo*, como vimos, mesmo que com outras estratégias).

Em razão desse conjunto de estratégias os editoriais (comentários) do jornal acerca de diferentes temas e problemas da sociedade brasileira (sobretudo relacionados à política e à economia) apresentam uma baixa densidade analítica. Isto é, o jornal, ao dedica-se tão vigorosamente a tentar provar sua visão de mundo e a defender os interesses que representa que os argumentos escasseiam-se em favor das referidas imagens elaboradas. Por isso, ao “desconstruirmos” detidamente os editoriais observamos a presença exacerbada da ideologia (liberal) – ideologia que *OESP* insiste em afirmar que não mais existe após a derrocada socialista, querendo provar, uma vez mais com isso, que o liberalismo não seria ideológico – em detrimento de análises baseadas em maior rigor analítico. Estas últimas é que, idealmente, fariam com que o leitor se esclarecesse, como diz pretender o jornal, para quem:

“É dever dos órgãos de comunicação de massa chamar a atenção para os males e os perigos da estatização com monopólio, bem mais insidiosos do que os da estatização pura e simples, os quais já nada têm de insignificantes. Existe, não se sabe bem desde quando, uma tendência a considerar com certa simpatia a intervenção do Estado na economia. (...)”

“Nos serviços que presta o Estado ou é lento, ou é oneroso, ou é improdutivo, ou ineficiente, ou impõe ao público preços cuja composição,

⁵⁵ É interessante observar que, neste mesmo editorial, que trata da “imprensa livre” e de seus supostos “inimigos”, o jornal posicionou-se contrário a um projeto que faria justiça contra os abusos da mídia. Neste projeto: “(...) Jornal ou revista que merecesse a condenação [judicial – FCPF] poderia ser obrigado a estampar seguidamente retratações calcadas em explicações que seriam mais ou menos estas: ‘Este jornal ou esta revista foi sentenciado por decisão judicial por ter difamado o sr...’” (26/03/89). Ora, um projeto destes não seria democrático? Na verdade, *OESP* pretende permanecer com a “liberdade” de expressão, mas não requer “controle”, mesmo o democrático, sobre a mesma.

por ser antieconômica, o sacrifica desnecessariamente – quando não combina alguns desses defeitos, somando-os para alcançar resultados catastróficos. *Logo, sempre que se puder impedi-lo de ampliar o âmbito de sua ação ou forçá-lo a recolher seus tentáculos se estará agindo no sentido de atender o bem comum.*” (06/08/89, ênfases nossas)

Como se observa, para *OESP* é dever dos meios de comunicação denunciar apenas e tão-somente os males causados pela estatização, o que implica, como corolário, que não há males oriundos do setor privado. Por exemplo, a ação cartelizada, a prática de *dumping*, o papel dos monopólios e oligopólios privados, entre inúmeros outros, simplesmente não são considerados pelos jornal, depreende-se. Logo, a população não poderia contar com os meios de comunicação – ao menos com *OESP* – na fiscalização e denúncia das mazelas da iniciativa privada. Afinal, o jornal parece acreditar que não as há neste setor.

Por outro lado, a baixa densidade analítica a que nos referimos pode ser claramente visualizada na descrição que o jornal faz das atividades estatais, pois: a) *generaliza*, ao desqualificar “todas” as atividades públicas, b) *faz do Estado uma instituição abstrata*, sobranceira aos interesses sociais, c) *desistoriciza* e descontextualiza o papel do Estado na sociedade brasileira, que, como se sabe, foi fundamental à constituição do desenvolvimento industrial. Logo, os problemas e mazelas existentes só podem ser compreendidos, parece-nos, caso se identifiquem os tipos de problemas, os setores atingidos e a história da intervenção, o que implica observar quais grupos ganham e perdem com modelos concretos de intervenção. A abstração generalizante oculta e confunde muito mais do que esclarece.

Exemplos como este, contudo, existem abundantemente nos editoriais do jornal. Um dos mais marcantes neste ano de 1989 diz respeito à utilização da expressão “bom senso” para tratar de assuntos econômicos controversos para indicar que, uma vez mais, só há uma única solução a adotar. Utilizando-se, para tanto, também uma vez mais, dos exemplos internacionais – que também são comparados ao Brasil de forma

totalmente descontextualizada –, *OESP* usa 11 vezes este adjetivo num mesmo editorial, ora tornado substantivo, para indicar que o Brasil nada contra a maré mundial:

“(...) quando se evidencia em toda parte que o Estado não pode suportar mais (aliás, nunca pôde) o ônus de ser proprietário e gestor da economia, e que é mais rentável para o povo deixar os particulares ter prejuízo, é de elementar bom senso que não se prossiga no caminho da estatização.

(...) A grande oportunidade de mudança só ocorrerá quando o povo estiver suficientemente esclarecido sobre a gravidade da crise e seus condicionantes e tiver instrumentos legais que lhe permitam expulsar dos parlamentos e dos executivos os políticos que não tiverem o elementar bom senso de marchar de acordo com as grandes correntes da história.”
(08/06/89, ênfases nossas)

Como dissemos, a expressão “bom senso” (que só nesta curta passagem aparece por 2 vezes) quer indicar um caminho “natural” a ser seguido, pois se “em toda a parte” há confluência para este caminho, o “bom senso” significa nada mais do que mirar-se na tendência mundial. Aparentemente tal silogismo é vigoroso, pois o argumento baseia-se na exemplificação histórica, ainda mais em países que adotaram modelos díspares, disparidade esta agora convergente. Ora, tal vigor deste argumento desfaz-se na medida em que uma dada direção dos ventos históricos a rigor nada quer dizer enquanto verdade histórica – que, diga-se, não existe. Em outras palavras, quando o mundo parecia, nos anos 30, enveredar em direção ao fascismo, o simples fato de boa parte dos países, quiçá majoritariamente, adotar este caminho, isto também não significou qualquer verdade. Mais ainda, como se posicionaria *OESP* perante uma avalanche fascista, ou socialista, ou outra qualquer? Será que o jornal identificaria o “caráter natural” da opção política a adotar apenas e tão-somente em razão do vetor ser favorável a este ou aquele modelo? Certamente não, o que nos levar a crer que o “argumento” é, no fundo, uma vez mais ideológico e imagético.

Veza por outra, contudo, *OESP* produz análises densas, que destoam da cantilena meramente retórica e ideológica. Quando isso ocorre, tem-se, por contraste, absoluta clareza da diferença entre argumento (no contexto de uma análise densa e complexa) e retórica. Assim ocorre quando o jornal reflete sobre o Brasil à luz das assimetrias internacionais, sobretudo o papel dos EUA – o grande modelo de *OESP* – perante os países periféricos, notadamente os efeitos da ação deste sobre a economia brasileira. Parece outro jornal ao comentar tal relação, tal a amplitude da análise assim como a visão crítica dos problemas. O editorial que reproduziremos abaixo mostra isto claramente ao discutir a posição protecionista e mesmo imperialista norte-americana no Gatt, pois, para *OESP*:

“(...) o que se fala sobre a liberdade de comércio nos Estados Unidos são meras palavras (...)

“A questão não é saber se o Brasil tem ou não razão ao não proteger as patentes farmacêuticas; muito menos é ver se os Estados Unidos agiram corretamente ao impor sanções comerciais ao Brasil em decorrência desse entendimento soberano do governo brasileiro. Estamos à vontade para discutir o problema, pois já mostramos que os *albaneses*⁵⁶ que nos governam tudo farão para isolar o Brasil do mundo civilizado. Os devidos termos da questão são, no entanto, por duros que pareçam, os seguintes: é difícil defender as posições do liberalismo e da democracia, desde que sustentadas pelos Estados Unidos, pois quando os interesses paroquiais norte-americanos entram em jogo (...) [seus] representantes (...) não defendem princípios, mas sustentam, com unhas e dentes, interesses. (...) se de público os delegados do poder norte-americano defendem a tese de que a lei estadunidense é superior aos tratados internacionais subscritos

⁵⁶ Referência provocativa ao mais obscuro – política e economicamente – dos países socialistas, a Albânia. Com isso, *OESP* quer demonstrar que o Brasil seria antiliberal e caminharia para ser anticapitalista. Por mais retórico que seja, trata-se de deixar claro que discorda das posições intervencionistas, o que lhe dá alibi para poder criticar os EUA.

pelos Estados Unidos (...) por que os países com menor projeção de poder nacional não podem invocar igualmente o argumento da soberania para contrapor-se às decisões do governo norte-americano como um todo?

“O incidente registrado no Gatt indica apenas a dificuldade em que se encontram os amigos dos Estados Unidos – enquanto realização da democracia possível – em defender suas posições de *potência*.

“Os tempos mudaram, mas a mentalidade imperial, não. Sendo assim, torna-se difícil defender as posições de princípio sustentadas pelos Estados Unidos, especialmente quando na prática seus representantes as invalidam!” (10/02/89, ênfases do jornal, grifos nossos)

A longa passagem acima é verdadeiramente reveladora do modo de ser de *OESP*, pois este se coloca claramente como “amigo” – leia-se representante – dos Estados Unidos, tidos e vistos como o grande modelo político e econômico (nunca é demais repetir) a ser seguido. No entanto, *dado que o jornal afirma propagar posições principistas – o liberalismo –, justamente o país símbolo de tais posições comporta-se de forma antitética ao que se considera pertencente a esta doutrina*. Daí o desconforto do jornal ao revelar sua imensa dificuldade em defender as posições norte-americanas enquanto “potência” e mesmo como “modelo”.

Nesse sentido, ou *OESP* é ingênuo ao acreditar no principismo norte-americano – o que é pouco provável –, ou sua forma de se posicionar como “partido do capital”, independentemente de sua origem, está equivocada. Em outras palavras, a base de seu argumento, que opõe as “tendências liberais” da história ao protecionismo xenófobo dos países latino-americanos, vai por água abaixo, *o que só confirma o caráter retórico da maioria de seus editoriais*.

Por outro lado, de um jeito ou de outro, isto é, mesmo que a contragosto e de forma reativa, o fato é que o editorial acima claramente avalia situações concretas – para

além da mera retórica, reitere-se – no que tange à dominação norte-americana, inclusive num órgão multilateral como o Gatt, com efeitos fortíssimos sobre a economia brasileira, entre outras. Mas há mais, pois o editorial que veremos a seguir vai além ao mostrar que o desajuste da economia norte-americana impactou diretamente o Brasil, o que demonstra portanto que toda a cantilena de que o Estado brasileiro é o culpado por todos os males da sociedade/economia do país não passa de uma imagem de efeito. Afinal, para *OESP*, que passa cada vez mais a citar o embaixador do Brasil no Gatt, Rubens Ricúpero (claramente vinculado, este, a perspectivas distantes do liberalismo principista, papel típico, aliás, da diplomacia):

“(...) [são] volumosos [os] recursos remetidos ao exterior, desde 1983, para pagamento dos juros da dívida externa. *O Brasil é rigorosamente forçado a manter elevados superávits comerciais para poder cobrir, anualmente, a despesa representada pelos juros.* Mesmo o enorme excedente do ano, US\$ 19,1 bilhões, foi quase inteiramente consumido pelo serviço da dívida, pois o País teve de pagar os compromissos do ano e também os atrasados.

“(...) *A deterioração das contas externas brasileiras, a partir de 1979, foi produzida basicamente pela decisão unilateral e soberana do Banco Central dos Estados Unidos de elevar a taxa de juros a níveis inimagináveis durante décadas.* [em razão do] (...) *profundo desajuste fiscal do governo norte-americano.*

“*Esse desajuste fiscal não terminou até hoje, mas a tentativa de compensá-lo, iniciada há um decênio, desorganizou a economia dos países endividados e – mais que isso – multiplicou a dívida externa do Brasil e de outros países pela mera acumulação de juros sobre juros.*”
(25/06/89, ênfases nossas)

Como se observa, o jornal considera tanto o diferencial de poder entre os EUA e o Brasil (e outros países periféricos) como, principalmente, constata que a economia brasileira sofre concretamente em razão desta assimetria. Afinal, o desajuste fiscal norte-americano é compensado pelo aumento unilateral da taxa de juros que, por sua vez, dobrou a dívida externa brasileira. Uma vez mais, portanto, a cantilena de que os problemas estruturais do Brasil devem-se ao Estado agigantado se desfaz. Não que este não tenha problemas. A questão crucial, contudo, que faz com que o próprio Estado nacional brasileiro perca sua força – por falta de poupança interna e, portanto, capacidade de investimento, com impacto direto nos serviços públicos e nas empresas estatais – diz respeito à estrutura de poder mundial, que confere a um único país a capacidade de, unilateralmente, comprometer profundamente inúmeras outras economias. Desfaz-se, portanto (reitere-se), mesmo que apenas algumas vezes – dado que a grande contenda de *OESP* permanece com a esquerda/trabalhadores –, as imagens fantásticas produzidas com vistas desqualificar: a) à intervenção do Estado, conceitualmente falando; b) a todos aqueles que pensam diferente do jornal; c) às outras alternativas para o desenvolvimento que não o mercado, simplesmente; e d) aos que descrevem do liberalismo e das “tendências da história”.

Por fim, quando da campanha eleitoral à presidência da República, em que um candidato à esquerda (Lula) teve como contendor um candidato ideologicamente pouco definido (Collor), mas que, apesar disso, procurou ocupar o espaço entre o centro e a direita, *OESP* não teve dúvidas quanto ao apoio explícito a este último. Tentou, contudo, influenciá-lo quanto a uma possível opção ao liberalismo. Por isso, num editorial duplamente sintomático, pois denominado “Votar na revolução liberal” e publicado justamente no dia da eleição em 2º turno, assim o jornal se colocou perante ambas as candidaturas, apoiando claramente Fernando Collor de Mello:

“(…) Para um, é fácil compreender o processo que levou estudioso norte-americano, contemplando os ventos que assolavam a URSS (...) a

dizer que a História tinha acabado, porque os princípios gerais do liberalismo haviam triunfado. Para outro, o que se transforma no Velho Continente nada significa. (...) Assim, escolher será fácil porque o que o sr. Fernando Collor de Mello deixa entrever de suas posições é a compreensão de um *mundo só*, interdependente, enquanto o sr. Luiz Inácio Lula da Silva e aqueles que com ele fazem a sua caminhada para trás só sabem acenar com Estado e mais Estado a despeito de ‘desprivatizar’ o Estado.

“A escolha pela modernidade terá conseqüências ainda não previstas sobre o desenvolvimento brasileiro.

“(…) A vitória das teses do *mundo só* e da modernidade permitirá que os capitais europeus e norte-americanos, que agora buscam aplicação seguro nos países da Europa Central, voltem ao Brasil. Isso feito, os passos para retirar a população brasileira de sua situação de miserabilidade serão não mais os normais, que se esperam sejam dados, mas de gigante.

“O voto pela modernidade será assim o voto dado à grande revolução liberal (...) Esta revolução liberal é a da abertura progressiva do mundo, da autonomia da sociedade diante do Estado, do triunfo do espírito do mercado (o espírito do capitalismo), da idéia de que todos são cidadãos por serem iguais em direitos legais e em oportunidades de acesso não só à produção de bens, mas também aos frutos do esforço produtivo humano.

“Esta revolução liberal pode começar a ser feita hoje. (...) Será obra de um movimento popular, amplo e generoso como este que se formou por detrás do sr. Fernando Collor de Mello. Estruturá-lo, dar-lhe vida, afastar dele aquelas velhas raposas que esperam colher os frutos dos esforços populares de renovação será a grande tarefa que se colocará aos brasileiros amanhã.” (17/12/89, ênfases do jornal, grifos nossos)

Este editorial, longamente reproduzido acima, reafirma os pressupostos liberais/conservadores de *OESP* – na medida em que os direitos apregoados são meramente “legais”, isto é, formais – e declara, sem meias palavras, o apoio a Collor (que fora bancado e financiado pelo *establishment*, o mesmo que o jornal tanto critica), tentando, com isso, influenciar o leitor/eleitor.

A vinculação entre “liberalismo” e “modernidade”, encarnada supostamente, mesmo que de forma tênue, em Collor, requereria, contudo, uma “estruturação” que, por seu turno, seria papel de *OESP* – como intelectual orgânico e arauto da livre iniciativa – contribuir para sua promoção. A declaração explícita de voto, por outro lado, convive com um conjunto de ocultações que as estratégias retórico/imagéticas viabiliza. São os dois lados da mesma face.

2.1. À guisa de conclusão (*O Estado de S. Paulo*)

A análise de *OESP* no período em foco demonstrou que sua apregoada filiação ao liberalismo requer a observação de um conjunto de pressupostos normalmente oculto em sua retórica. Dizendo de outra maneira, o jornal – sobretudo nos editoriais – afirma a adesão ao liberalismo, supostamente entendido como valorização da liberdade em todos os campos de atuação humana, mas, em verdade, seu projeto é claramente conservador e autoritário. Afinal, seu posicionamento perante a relação capital/trabalho (incluindo-se a restrição ao direito de greve) e o apego à ordem, entre outros aspectos, demonstram fortemente sua vinculação à tradição, à propriedade e à hierarquia social.

A rigor, a atuação do jornal como “intelectual coletivo” ou “partido do capital”, num misto – ambíguo por excelência – entre defesa de interesses orgânicos e gerais do capital e vinculação à tradição (reitere-se), à moral positivista e ao conservadorismo, se expressam claramente nos editoriais.

Tratou-se, portanto, nesta conjuntura, de compreender o sinuoso caminho de um jornal secular que, por mecanismos diversos, utilizou-se claramente da “onda neoliberal” da década de 80 para tentar estabelecer uma nova hegemonia, em que a esfera privada obtivesse a precedência em relação ao Estado, o capital sobre o trabalho e o liberalismo – ao estilo de *OESP* – o consenso político/ideológico/cultural e sócio/econômico na sociedade brasileira. Para tanto, os exemplos internacionais foram magistralmente utilizados como forma de demonstrar a vitória do capitalismo liberal e o conseqüente “fim da história”. Por detrás do sisudo jornal informativo, como se quer ver *OESP*, esconde-se um robusto jornal ideológico, com objetivos muito bem definidos enquanto ator político, aparelho privado de hegemonia, partido político (em certos momentos) e empresa capitalista.

II. CONCLUSÃO GERAL

A análise dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* revelou posicionamentos e estratégias referentes à transformação da Agenda brasileira. Por mais *semelhantes* que fossem em parte significativa da dos temas observados, houve algumas diferenças importantes que procuraremos aclarar, notadamente em termos de visão de mundo (em certos aspectos) e nas estratégias que adotaram.

Claramente ambos se aproveitaram e se utilizaram da chamada “onda neoliberal”; *tal onda, contudo, não significou uma pura e simples adesão ao manual ultraliberal*, pois, afinal, a *FSP* enfatizou o papel social do Estado em contrapartida à crença de que este era o grande culpado pelos males da economia e sociedade brasileiras; já *OESP* procurou interpretar as reformas nos mais diversos países à luz do liberalismo, porém manteve seus pressupostos conservadores. Ambos agiram mais em função de uma “ética da responsabilidade” do que de um principismo inveterado, por mais que *OESP* assim o declarasse, tendo em vista seu caráter secular, em que se *imiscuem liberalismo, positivismo e tradicionalismo*, o que o

impede de perfilhar-se a uma “ética da convicção” pura e simplesmente. Mais importante, seu papel como “intelectual orgânico”, com uma atuação próxima a um partido político, faz de *OESP* um ator pragmático por excelência, obrigado que está a “negociar” e transigir. *Pragmatismo* que também é observado na *FSP*, porém de uma forma diferente da de *OESP*, pois jamais possuiu uma arraigada vinculação ideológica.

Do ponto de vista das estratégias que adotaram, a *FSP* usou o expediente de reportagens especiais, editoriais de primeira página e do *abuso das imagens antiestatais* como forma de demonstrar – expressando, assim, os preconceitos da classe média, leitora de jornais no Brasil, sobretudo da *Folha* – que os grandes problemas brasileiros seriam provenientes do Estado. Com objetivos semelhantes, porém mais ideológicos, *OESP* fez da *retórica imagética* seu grande recurso à condenação das atividades estatais como a fonte dos problemas nacionais. Vez por outra, contudo, ao se inconformar com a assimetria de poder mundial, pois contrária a uma alegada ordem e/ou *tendência mundial*, deixou antever que sua estratégia voltava-se fundamentalmente construção de imagens “fantásticas” com vistas a diminuir o papel do Estado e, mais importante, sublinhar a atuação de uma “iniciativa privada” intrinsecamente portadora de funções econômicas (produtividade) e ideológicas (espraiamento da ideologia liberal). Nesse sentido, *OESP* demonstrou maior solidez ideológica do que a *FSP*, pois faz da idéia de “iniciativa privada” um princípio a ser perseguido em termos hegemônicos. As estratégias retórico/imagéticas que adotou não podem, por isso, confundir o que é o cerne dos objetivos de *OESP*: *ao mesmo tempo a conquista da hegemonia liberal/conservadora, em que a propriedade privada, independentemente de sua origem, tenha precedência sobre o Estado, e a manutenção de uma sociedade socialmente hierarquizada. Daí a ênfase na autoridade, na ordem, assim como a aversão à greve e à organização dos trabalhadores. Trata-se de um liberalismo conservador e autoritário.*

Já o “projeto Folha” distingue-se do de *OESP* por dois grandes motivos: o primeiro diz respeito ao fato da *FSP* *jamais ter possuído uma linha ideológica fixa* (ênfatize-se), isto é, de alguma forma posiciona-se de acordo com os “ventos ideológicos” – por mais, como vimos, que contribua para a formação dos mesmos; em segundo lugar, devido ao *projeto de certa forma “tecnocrático” do jornal nos anos 90*, em que a expressão “modernidade” quis indicar não só privatização/abertura do mercado nacional como também inovação técnica na redação. Em outras palavras, a *FSP* pretende colocar-se como “vanguarda” na imprensa brasileira, valendo-se para tanto de uma agressiva campanha publicitária, de contínuas pesquisas de opinião pública e de seus leitores e de uma vigorosa estratégia para superar recordes de vendagem de jornais. O projeto comercial da *FSP*, isto é, seu *caráter empresarial*, é, por vezes, mais evidente que seu projeto ideológico. Este, contudo, não só existe como é fundamentalmente volátil, o que significa, concretamente, alterar posições – no caso, do nacional-desenvolvimentismo ao ultraliberalismo, por mais que sua adesão a este, como vimos, fosse parcial.

Por fim, ambos se comportaram efetivamente como *aparelhos privados de hegemonia*, tendo em vista o embate em que se envolveram – notadamente o processo constituinte e a conseqüente reversão da relação Estado/mercado e capital nacional/capital estrangeiro, além da eleição presidencial –, e como empresas, sendo as disputas sobre o “mercado leitor” uma de suas personificações. Também verificou-se a postura voltada à aglutinação de idéias e interesses, típica de um partido político (sobretudo *OESP*), por mais que objetivassem questões tópicas, sobretudo em razão do processo constituinte.

Cada um à sua maneira atuou de forma a desqualificar o Estado interventor, por motivos e interesses diversos. A FSP, tendo em vista a reversão ideológica mundial, embarcou numa “carona” que não era sua até então, e OESP aproveitou da voga ultraliberal para reforçar suas convicções liberal/conservadoras. Ambos, portanto, por caminhos diversos, contribuíram para a Agenda da transformação brasileira, o que implicou a perda de qualquer projeto nacional por parte do país. Esta

certamente é uma *conseqüência nada desprezível do papel da grande imprensa diária paulista*, pois, afinal, seja a cobertura da nova Agenda seja a pregação ideológica a partir dos editoriais (síntese do jornal) contaram com uma baixa responsabilidade em termos jornalísticos – dado o caráter fortemente ideológico do papel de ambos, ao contrário do que proclamavam fazer, sobretudo no caso de *OESP*, que, vez por outra, traiu sua própria cantilena.

Dessa forma, pode-se concluir que o que importa no tocante à imprensa é fundamentalmente sua função social, pois, no caso, a mesma *expressou interesses materiais e ideológicos de setores internacionalistas do capital nacional, do próprio capital estrangeiro e de setores da classe média*.

Por fim, o que mais chama-nos a atenção tanto na maneira de compreender a transição entre as agendas como nas estratégias adotadas diz respeito à *concepção única, simplificada e descontextualizada dos grandes problemas nacionais*, pois a acusação de que o Estado brasileiro é o grande mal não se sustenta por si só. Mais ainda, *a desqualificação aos adversários de suas propostas*, sobretudo à esquerda no espectro, demonstrou que *entre a alegação e a práxis democrática há, na grande imprensa diária paulista, um grande fosso*. Tal postura, contudo, diz respeito, entre outros fatores, à atuação de ambos como *aparelhos privados de hegemonia*, com funções político/ideológicas que, desta forma, *dão sentido às contradições por ambos expressas*.

III. BIBLIOGRAFIA

1. EM RELAÇÃO AOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

ANDERSON, Perry - "The Antinomies of Antonio Gramsci" in NEW LEFT REVIEW, nº100, nov./1976 - jan./1977.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne - Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson - Marxismo e Política (A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios). São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.) - Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRAMSCI, Antonio - Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

----- - Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

----- - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

----- - Quaderni del Carcere. Turim, Einaudi, 1975.

----- - La Questione Meridionale. Roma, Ed. Riuniti, 1972.

HABERMAS, Jürgen - Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

----- - A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

----- - Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

PINTO, F. Cabral - Leituras de Habermas (Modernidade e Emancipação). Coimbra, Fora do Texto, 1992.

PORTELLI, Hugues - Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

REVISTA TEMPO BRASILEIRO (nº 98) - Jürgen Habermas: 60 anos. Rio de Janeiro: jul. - set., Tempo Brasileiro, 1989.

2. EM RELAÇÃO AO LIBERALISMO/ULTRALIBERALISMO E KEYNESIANISMO

ALMINO, João - Os Democratas Autoritários. S. Paulo: Brasiliense, 1980.

BARROS, Roque S. Maciel de - Estudos Liberais. S. Paulo: TAQ, 1992.

BARRY, Norman P. - Hayek's Social and Economic Philosophy. Londres, MacMillan, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita - A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERLIM, Isaiah - Quatro Ensaios sobre a Liberdade. Brasília: Unb, 1981.

BOBBIO, Norberto - Liberalismo e Democracia. S. P.: Brasiliense, 1988.

BORON, Atílio A. - Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

----- - "La Crisis Norte-Americana y la Racionalidad Neoconservadora" in CUADERNOS SEMESTRALES, nº9, México, 1º Sem./1981.

BORON, Atílio A. e GODÍNEZ, Victor M. - "Entre Roosevelt y Reagan: Contenidos y Límites de la Alternativa Neoliberal" in CUADERNOS SEMESTRALES, nº14, México, 2º Sem./1983.

BRUNHOFF, Suzanne de - A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo. São Paulo, Unesp, 1991.

BUCHANAN, A. - Assessing the Communitarian Critique of Liberalism. s/l: Ethics 99, 1989.

DAHRENDORF, Ralf - O Conflito Social Moderno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

----- - Homo Sociologicus. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

----- - Sociedade e Liberdade. Brasília: Unb, 1981.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DUMONT, René - Um mundo Intolerável: O Liberalismo em Questão. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

DWORKIN, R. "El Liberalismo" in HAMPISHIRE, S. (org.) - Moral Publica y Privada. Cidade do México, Fondo de Cultura Economica, s/d.

- FERREIRA, Oliveiros S. et alii - Liberdade: Ensaio. São Paulo: Aleph, 1992.
- FLORA, Peter e HEIDENHEIMER, Arnold J. (orgs.) - The Development of Welfare State in Europa & America. New Brunswick: Transaction Books, 1981.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da - Vícios Privados, Benefícios Públicos? A Ética na Riqueza das Nações. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- FRIEDMAN, Milton - Capitalismo & Liberdade. s/l Artnova, 1977.
- GENTILI, Pablo e SADER, Emir (orgs.) - Pós-Neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático. R. J.: Paz e Terra, 1995.
- GOUGH, Ian - The Political Economy of the Welfare State. Londres: MacMillan Press, 1979.
- HARTZ, Louis - The Liberal Tradition in America. Nova York: Harcourt & Brace, 1955.
- HARVEY, David - Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAYEK, F. A. - O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura/Instituto Liberal, 1987.
- - Os Fundamentos da Liberdade. Brasília: Unb; São Paulo: Visão, 1983.
- HELLEINER, Eric. "From Bretton Woods to Global Finance: A World turned Upside Down" In Stubbs, R. e Undershill, R (eds.). Political Economy and the Changing Global Order. St. Martin's Press, New York, 1994.

HIRSCHMAN, Albert O. - A Economia como Ciência Moral e Política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KEYNES, J. Maynard - A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985.

COCKETT, Richard. Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983). London, HarperCollins, 1995.

LAFER, Celso - Ensaio Liberais. São Paulo: Siciliano, 1991.

LAGOS, Ricardo - "Crisis, Ocaso Neoliberal y el Rol del Estado" in PENSAMIENTO IBEROAMERICANO, nº 5a, Madri, 1984.

MACPHERSON, C. B. - Ascensão e Queda da Justiça Econômica e Outros Ensaio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

----- - Democrática Theory: Essays in Retrieval, Oxford University Press, 1973.

----- - A Teoria Política do Individualismo Possessivo (De Hobbes a Locke). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, KARL - A Miséria da Filosofia. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1976.

MATTICK, Paul - Marx e Keynes. Los Límites de la Economía Mixta. México, Era, 1975.

MERQUIOR, José Guilherme - O Liberalismo: Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

----- - O Argumento Liberal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MISES, Ludwig von - Liberalismo, segundo a Tradição Clássica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

MOGGRIDGE, D. E. - As Idéias de Keynes. São Paulo, Cultrix, 1981.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de - Planejamento: Democracia ou Ditadura? - Intelectuais e Reformas Sócio-Econômicas no Pós-Guerra. Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, FFLCH-USP, 1987.

MOORE, Barrington - As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

NISBET, Robert - O Conservadorismo. Lisboa: Ed. Estampa, 1987.

NOGUEIRA, Marco Aurélio - As Desventuras do Liberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

NOZICK, Robert - Anarchy, State and Utopia. Nova York, Basic Books Publishers, 1974.

O'Connor, James - The Fiscal Crisis of the State. Nova York: Saint Martin's Press, 1973.

PAIM, Antônio - Evolução Histórica do Liberalismo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

PRZEWORSKI, Adam - Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

VALDÉS, J. Gabriel. Pinochet's Economists - The Chicago School in Chile. Cambridge University Press, 1995.

REVISTA USP - Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. Março/Abril/Maio de 1993.

ROBBINS, Lionel - Teoria da Política Econômica. São Paulo: Ibrasa, 1972.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos - Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

----- - Paradoxos do Liberalismo. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

SETÚBAL, Olavo - Ação Política e Discurso Liberal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SKIDELSKY, Robert - The End of the Keynesian Era. London, Macmillan, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck - A Farsa do Neoliberalismo. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

SONNTAG, Heinz R. e VALECILLOS, Héctor - El Estado en el Capitalismo Contemporáneo. México, Siglo XXI, 1977.

STAMPACCHIO, Léo - Brasilbrás: O Capitalismo sem Risco e os Debates sobre a Estatização e a Privatização no Brasil Pós-64. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, 1992.

STEINFELS, Peter - The Neoconservatives. New York: Simon and Schuster, 1979.

VÁRIOS - Eugênio Gudín Visto por seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

VERGARA, Francisco. Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo. São Paulo: Nobel, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VITA, Álvaro de - Justiça Liberal: Argumentos Liberais contra o Neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

WEBER, MAX - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1985.

WEFFORT, Francisco C. (org.) - Os Clássicos da Política. São Paulo: 0tica, 2 volumes, 1991.

WOLFF, Robert - A Miséria do Liberalismo. R.de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZERMEÑO, Sergio - "El Regreso del Líder: Crisis, Neoliberalismo y desorden" in CLACSO, Buenos Aires, 1987.

3. EM RELAÇÃO À IMPRENSA

AGUIAR, Carly Batista de - Imprensa e Eleições de 1989: Razão e Sedução na Opinião das Elites (2v). Dissertação de Mestrado, ECA-USP, 1993.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - Tomando Partido, Formando Opinião (cientistas sociais, imprensa e política). São Paulo: Sumaré, 1992.

- ALMINO, João - O Segredo e a Informação. São Paulo Brasiliense, 1986.
- APOSTILAS DA ECA - A Imprensa como Objeto de Estudos das Ciências Sociais. São Paulo, Série Jornalismo e Editoração, ECA-USP, 1970.
- AUGRAS, Monique - Opinião Pública: Teoria e Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.
- BARBOSA, Rui - A Imprensa e o Dever da Verdade. São Paulo: Edusp, 1990.
- BELTRÃO, Luís - Jornalismo Interpretativo: Filosofia e Técnica. 2ª ed., Porto Alegre: Sulina/ARI, 1976.
- BERNARDI, Maria Amália - "A Arte de Opinar". Revista VEJA. São Paulo, março de 1990.
- BRUM, Eram - Política, o Apelo da Simulação: Estudo dos Fatores que Influenciam a Opinião Pública em um Processo Eleitoral. Tese de Doutorado, ECA-USP, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim - Os Arautos do Liberalismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- - Imprensa e História do Brasil (Imprensa Oficial e Imprensa Contestadora, o Jornal como Documento, o Papel do Jornal na História). São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia - O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia: o Jornal *O Estado de S. Paulo*). São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

- COHN, Gabriel (org.) - Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- CORREA, Tupã Gomes - Contato Imediato com Opinião Pública (Os Bastidores da Ação Política). São Paulo: Global, 1988.
- CRUMP, Spencer - Fundamentals of journalism. New York, McGraw-Hill Book Co., s/d.
- DINES, Alberto - O Papel do Jornal, 4ª ed. São Paulo: Summus, 1986.
- ERBOLATO, M. - Técnicas de Codificação em Jornalismo: redação, captação e edição do jornal diário, 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FARIA, Armando Medeiros de - O Jornalismo Econômico e a Cobertura sobre a Privatização (1990/1991). Dissert. de Mestrado ECA-USP, 1994.
- FOLHA DE S. PAULO*. Manual Geral de Redação. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Folha da Manhã, 1987.
- FONSECA, Francisco César Pinto da - A Imprensa Liberal na Transição Democrática (1984-1987): Projeto Político e Estratégias de Convencimento (revista Visão e jornal *O Estado de S. Paulo*). Campinas, IFCH, Dissertação de Mestrado, 1984.
- HALEBSKY, Sandor - Sociedade de Massa e Conflito Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- IMBERT, G. (org.) - Métodos de Análisis de la Prensa. Madrid: Casa de Velázquez, 1987.

IMBERT, G. e BENEYTO, J. V. - El País. O la Referencia Dominante. Barcelona: Mitre, 1986.

LACERDA, Carlos - O Poder das Idéias. Rio de Janeiro: Record, 1963.

LANDOWSKI, Eric - A Opinião Pública e seus Porta-Vozes. Porto: Renascença, 1981.

MARCONDES Fº, Ciro - O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda natureza. São Paulo: ECA-USP, 1983.

----- - Jornalismo "Fin-de-Siècle. São Paulo: Sritta, 1993.

MATTELART, Armand, PICCINI, Mabel e MATTELART, Michéle - Los Medios de Comunicacion de Masas: La Ideologia de la Prensa Liberal en Chile. Buenos Aires: El Cid Editor, s/d.

MEDEIROS, Iraci Pimentel - O Discurso do Poder e a Imprensa: Análise do Conteúdo de Textos de 4 Diários do Rio de Janeiro sobre as Eleições de 1982. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1984.

MEDINA, Cremilda (org.) - O Jornalismo na Nova República. S. Paulo: Summus, 1987.

MELO, José Marques de - A Opinião no Jornalismo Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador - A Subjetividade no Editorial: Uma Análise Retórico-Argumentativa da Adjetivação. Tese de Doutorado, FFICH-USP, 1990.

NASCIMENTO, Milton Meira do - *Opinião Pública & Revolução*. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1989.

ESTADO DE S. PAULO - Manual Geral de Redação e Estilo. São Paulo: O ESP, 1990.

RAMOS, Roberto - *Manipulação e controle da Opinião Pública: A Grande Imprensa e o Plano Cruzado*. São Paulo: Espaço e Tempo, 1988.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da - *Mil Dias: Os Bastidores da Revolução em um Grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SOARES, Ismar de Oliveira (org.) - *Para uma Leitura Crítica dos Jornais*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck - *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TARDE, Gabriel - *A Opinião e as Massas*. São Paulo: M. Fontes, 1992.

TASCHNER, Gisela - *Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THE NEW YORK TIMES - *Manual of Style and Usage: A desk Book of Guidelines for Writers and Editors*. N. York: The New York Times Co., 1976.

4. EM RELAÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

BENJAMIN, Walter et alii. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas - A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOUDON, Raymon - A Ideologia ou a Origem das Idéias Recebidas. São Paulo: Ática, 1989.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine - Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.
- CHAUÍ, Marilena - Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- GREIMAS, Algirdas Julien e LANDOWSKI, Eric - Análise do Discurso em Ciências Sociais. São Paulo: Global, 1976.
- HIRSCHMAN, Albert O. - A Retórica da Intransigência (Perversidade, Futilidade, Ameaça). São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- JAKOBSON, R. - Linguística e Comunicação. 2ª ed., São Paulo: Cultrix, 1969.
- MARIAS, Julian - A Estrutura Social. São Paulo: Duas Cidades, s/d.
- ORLANDI, Eni - A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OSAKABE, Haqira - Argumentação e Discurso Político. São Paulo: Kairós, 1979.

5. EM RELAÇÃO À ANÁLISE HISTÓRICA

ALMINO, João. Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo, Brasiliense, 1980.

ANDERSON, Perry - O Fim da História: De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BOSCHI, Raul Renato, DINIZ, Eli e LESSA, Renato (orgs.) - Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas e Perspectivas da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

CAMARGO, Aspásia e DINIZ, Eli - Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

CANO, Wilson - Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional. São Paulo: Unicamp/ São Paulo: Fapesp, 1993.

CARR, E. H. - O que é História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

VAITSOS, Constantine V., "Radical Technological Changes and the New 'Order' in the World-Economy" In Review, vol. 12, nº 2, 1989.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e - Empresariado e Estado na Transição Brasileira (Um Estudo sobre a Economia Política do Autoritarismo: 1974-1977). Campinas: Ed. Unicamp e São Paulo: Fapesp, 1995.

DICIONÁRIO DE POLÍTICA. Brasília: Unb, 1986.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. RS, Ed. Globo, 1959.

FUKUYAMA, Francis - The End of History and the Last Man. New York: 1992.

- HELLER, Agnes - O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HIRST, Mônica (org.) - Brasil-EUA na Transição Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KOUTZII, Flávio (org.) - Nova República: Um Balanço. RGS: L&PM, 1986.
- KURZ, Robert - O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LANOUNIER, Bolívar (org.) - De Geisel a Collor: O Balanço da Transição. São Paulo: Sumaré, 1990.
- MOURA, A. Sobreira de - O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- O'DONNELL, Guillermo e REIS, Fábio Wanderley (orgs.) - A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de - Collor: A Falsificação da Ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- PRADO, Sérgio - "Crise do Estado e Privatização: Limites da Visão Neoliberal" in Crise Brasileira: Anos 80 e Governo Collor. Programa de Pesquisa e Formação Sindical. São Paulo: IRES - CGIL/CUT, 1993.
- SANDRONI, Paulo (org.) - Constituinte, Economia e Política da Nova República. São Paulo: Cortez, 1986.

SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda M. (org^{as}) - Lições da Década de 80. São Paulo: Edusp e Genebra: Unrisd, 1995.

SOLA, Lourdes (org.) - O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República. Rio de Janeiro: Vértice/Rev. dos Tribunais, 1988.

----- (org.) - Estado, Mercado e Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

STEPAN, Alfred (org.) - Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIANA, Luís Jorge Werneck - A Transição (da Constituinte à Sucessão Presidencial). Rio de Janeiro: Revan, 1989.